

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD

CÉLIA MARIA FLORES SANTOS

PODEROSA POÇÃO.
Experiências de “Bruxas”, ativistas e militantes: o Movimento Popular
de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990.

DOURADOS
2009

CÉLIA MARIA FLORES SANTOS

PODEROSA POÇÃO.
**Experiências de “Bruxas”, ativistas e militantes: o Movimento Popular
de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:
Profa.Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias

DOURADOS
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

305.428171 Santos, Celia Maria Flores
S237p Poderosa Poção. Experiências de “Bruxas”, ativistas
e militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato
Grosso do Sul, década de 1990. / Celia Maria Flores
Santos. Dourados, MS : UFGD, 2009.
131p.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa de Fátima Lomba de
Farias
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
Federal da Grande Dourados.

1. Mulheres – Movimento popular – Mato Grosso do
Sul. 2. Mulheres – Condições sociais. I. Título.

CÉLIA MARIA FLORES SANTOS

**PODEROSA POÇÃO. Experiências
de “Bruxas”, ativistas e militantes: o
Movimento Popular de Mulheres de
Mato Grosso do Sul, década de 1990.**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º examinador _____

3º examinador _____

Dourados _____ de _____ de _____

DADOS CURRICULARES
CÉLIA MARIA FLORES SANTOS

NASCIMENTO 10/06/1965 – BARRA/BA

FILIAÇÃO: Alderice Flores Santos
Agostinho de Oliveira Santos

2002/2005: Curso de Graduação em História
Centro Universitário de Dourados – UFMS

2007/2009: Curso de pós-graduação, mestrado em História
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Resumo

Esta dissertação investiga o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul (MPM), no período que compreende a década de 1990, revelando uma pesquisa no campo da *História Imediata, do tempo presente ou da micro-história* em um contexto no qual as mulheres são o *sujeito da história*. Tece uma breve retrospectiva sobre as manifestações femininas desde a primeira República, no Brasil, viajando por tempos mais recentes, até chegar à década de 1990, em Mato Grosso do Sul, para discorrer sobre a origem do Movimento, que esteve presente em vários municípios. A cidade de Dourados é evidenciada por uma característica singular: foi uma das primeiras em que as mulheres se uniram às de Três Lagoas e iniciaram o Movimento, em meados de 1986 e ainda, na atualidade, encontra-se em atividade, com uma atuação tímida, porém, importante. Para a compreensão do MPM desenvolve-se, ainda, uma breve abordagem sobre “poder” e “dominação”, através da concepção do patriarcado e segue conferindo o resultado do processo de participação no qual as mulheres, ativistas desse Movimento, estiveram envolvidas; demonstra-se os pontos de empoderamento e em que nível este aconteceu. Estes assuntos foram analisados com respeito aos momentos significativos da “luta” dessas mulheres e foram divididos em temas, definidos como poderes: educação, saúde, política e combate à violência. Enfim, esta dissertação encerra-se discutindo qual o sentido do empoderamento para cada uma das entrevistadas, e a leitura que as mesmas fizeram ao longo dessa militância no movimento popular.

Palavras – Chave: mulheres, movimento popular, empoderamento

Abstract

This dissertation investigates the Women Popular Movement (MPM) in Mato Grosso do Sul, in a period that covers the 1990's, revealing a research in the field of *Immediate History, of the present time or micro history*, inside a context in which women are the *subject of history*. It develops a brief retrospective about women manifestations since the first Republic, in Brazil, passing through most recent times, until arrive in the 1990's, in Mato Grosso do Sul, to deal with the origin of the Movement, that had been present in several cities. Dourados city is shown by a singular feature: it was one of the first cities where local women came together with Três Lagoas women, starting the Movement, in the middle of 1986. Nowadays, it is still in activity, with a shy performance, however, important. To understand the MPM, it is also developed a short approach about "power" and "domination", through the conception of patriarchy. The work follows checking the result of the process in which women, activists of this Movement, were involved; it is demonstrated the points of empowerment and in which level it happened. These subjects were analyzed taking into consideration the meaningful moments of these women's "fight" and were divided in themes, defined as powers: education, health, politics and the fight against violence. At last, this dissertation ends in a discussion of what is the meaning of empowerment for each of the interviewed women, and the understanding that they had along this militancy in the popular movement.

Key words: Women's, popular movement, empowerment.

À Alderice Flores Santos (*in memoriam*), mãe adorada, amiga e “briguenta”. Somente a ela poderia dedicar este trabalho, pois fora a primeira mulher da minha iniciação social, que resistiu e rompeu com algumas regras que lhe foram impostas. Para a sua época, com certeza causou alguns desconfortos para a família, núcleo principal, mas, em número infinitamente maior, conquistou uma legião de admiradores e admiradoras. Eu sou uma delas.

AGRADECIMENTOS

Às minhas filhas, Nádia e Nayara, e filho, Danilo, que me ensinaram mais do que pude...;

Aos netos Adhonis e Ana Lua que me tiram o fôlego, mas devolvem pulmões;

À Ivando, meu “comparsa” admirável e... criativo;

Ao Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, e a partir dele, às mulheres que foram entrevistadas e àquelas que, de uma forma ou outra, compuseram este trabalho e com as quais aprendi muito: Cida Gonçalves, Cida Palmeira, Bárbara Nicodemos, Amália Araújo, Enereilda, Zandira Luvison, Dona Maria Ferreira, Odete Ferronato, Bel Prates, Dorcelina Folador (*in memoriam*), Leyde Pedroso, Jucélia Campos, Selma Campos, Atiliana Bruneto, Maria Helena, Cláudia Thomaz, Cilene, Ruth Alves, Adelaide Elisa Kill, Angelita, Zilda Moura. E aos homens: Paulo Matoso, Jair (*in memoriam*), Paulinho Ueti;

À “Zé Wilson”, amigo e colaborador.

Aos amigos e amigas, nem todos “flamenguistas”, mas torcedores fantásticos;

À minha orientadora Prof^a Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias, pela dedicação e carinho.

*[...] E toda mulher é bruxa! Olha a vantagem
Já nasce com o codnome magia, já nasce com o mistério na veia...
a introspecção do nosso sexo, o profundo e escuro mistério das
entranhas nos incita aos mistérios do Universo que se faz em nós
de maneira simples e complexa ao mesmo tempo, clara e confusa,
mística e científica.*

*Ser mulher é ser um misto de força e paz, de amor e explosão, de
paixão e placidez. Ser mulher é descobrir em si o infinito milagre
da vida nos ciclos que se findam no início dos outros tantos...*

*Hoje eu te convido a dobrar-se em gratidão ao feminino, ao teu
feminino ou ao feminino da mulher que te gerou, ou que gerou teu
filho. Bendito sejam os homens, benditas as mulheres, bendito
sejam os seres humanos, divinos em sua natureza dual.*

*A magia do ser, do estar, do viver e amar, ahhh magia!!! Que
mágico vivenciar essa experiência humana!*

(Andréa Magnoni)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE FOTOS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: Ingredientes Mágicos: Dedos, Suor e Lágrimas de mulheres oprimidas = “elixir” Movimento Popular de Mulheres	19
1. Escritos fantásticos	22
2. Trégua entre “Bruxas e Inquisidores”	24
3. Primeiros vôos em suas vassouras	30
4. Gritos agudos de denúncias ecoam	41
5. O “Clã” Lilás formado e consolidado entre ambigüidades, desafios e perspectivas	46
CAPÍTULO II : Virando o caldeirão: “entornando encanto na magia de ser mulher”	54
1. “Pirlim pim pim” em Dourados.	56
2. “Magas” alfabetizadas: “PALMAS para a cidadania”	66
3. “Poderes” concedidos às iniciantes	80
4. “Mal agourando” a violência	86
CAPÍTULO III: Poderosa Poção	93
1. Da palavra	99
2. Da coragem	102
3. Da cura	103
4. Da ousadia	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Convite produzido pelo Movimento Popular de Mulheres, em parceria com a Associação Campo Grandense de Professores – ACP, para a comemoração do dia 08 de março de 1997.21

Figura 2 – Texto produzido pela educanda Maria M. Viana. Exercício elaborado pela monitora Enereilda Gomes, em uma das salas do PALMAS, no Bairro Cel. Antonino, em Campo Grande.....99

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Mística apresentada pela militante Selma Campos, na abertura do XIV Encontro Estadual “Virando o caldeirão das injustiças sociais”, 1997.....	21
Foto 02 - Apresentação da delegação de Mato Grosso do Sul, na abertura do Encontro Nacional do Setorial de Mulheres, organizado pela Central de Movimentos Populares e sediado pelo Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual Hercules Maymone, em Campo Grande, 1995.....	46
Foto 03 - Curso de Formação das monitoras do PALMAS, em 1998, na Comunidade Católica dos Vicentinos, em Campo Grande.....	54
Foto 04 – Onorail e a criança Dandara, no momento da inauguração da nova sede do Movimento Popular de Mulheres, Av Candido Mariano, em Campo Grande.....	69
Foto 05 – Comemoração ao 08 de Março e campanha contra o analfabetismo feminino, na praça do Rádio Clube, em Campo Grande, 1996.....	73
Foto 06 – Ato de assinatura do Convênio entre Secretaria de Estado de Educação e Movimento Popular de Mulheres, para execução do projeto PALMAS,, 08 de Março de 1996, Campo Grande.....	73
Foto 07 – Primeira capacitação de monitoras do PALMAS, em julho de 1996, na Escola Estadual Professor Hercules Maymone, em Campo Grande.....	74
Foto 08 - Primeiro grupo do PALMAS, residência da militante/monitora Amália Araújo, no Bairro Guanandy, em Campo Grande -MS, em agosto de 1996.....	75
Foto 09 - Coordenação pedagógica do projeto PALMAS.....	77
Foto 10 - Uma das salas de aula do projeto PALMAS, em Dourados, 1996, coordenada por Maria Aparecida Palmeira.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS

AGM-MS = Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul
AIDS = Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMMS = Articulação de Mulheres de Mato Grosso do Sul
CEDAMPO = Centro de Apoio aos Movimentos Populares
CMP = Central de Movimentos Populares
CNBB = Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CPI = Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT = Comissão Pastoral da Terra
CUT = Central Única dos Trabalhadores
DST = Doença Sexualmente Transmissível
DVD = Digital Versatile Disc
FAT = Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAD = Instituto Pastoral de Dourados
IPAS BRASIL = Organização Não Governamental Internacional
MMA = Movimento de Mulheres Agricultoras
MPM = Movimento Popular de Mulheres
MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUR = Missão Urbana e Rural
OMS = Organização Mundial de Saúde
PAISM = Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher
PALMAS = Programa de Alfabetização de Mulheres Adultas
PEA = População Economicamente Ativa
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN = Partido da Mobilização Nacional
PRN = Partido da Reconstrução Nacional
PT = Partido dos Trabalhadores
SIM = Serviço de Informação Mulher
SUS = Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

Às Madalenas¹
(Maria Célia Domingos)

Quando vivi nessa terra fui apedrejada,
ignorada e menosprezada
Fui meramente um número,
um ser qualquer.
Chorei de dor, fome e expiação.

Consortes eram paparicadas, enaltecidas
Eram o umbigo do mundo.
Mulheres moldadas e educadas
para serem musas ou mudas?

Hoje daqui de onde estou, vejo que nada mudou
E se viva estivesse eu
Doer-me-ia o queixo de tanto rir
Fitando a face lameada do orgulho de tal nobre sociedade

Ainda me chamam de perdida
Como se em corpo ainda vivesse
E as damas da sociedade?
Com um filho de cada homem
Essas são exaltadas
Até pela igreja que me condena

E continuo sendo apedrejada
Até quando me chamam santa.

Ao final do curso de graduação em História – que resultou o trabalho de conclusão de curso intitulado *Mulheres sob as 'rédeas' cristãs* – ratificou-se o meu interesse por temas relacionados à vida de mulheres e, ainda, percebi a possibilidade de novo direcionamento das reflexões, desenvolvidas naquele momento, para a realização de uma dissertação, com a continuidade do assunto alicerçada em aprofundamento teórico. Interesse também, fruto da militância nos Movimentos de Mulheres. Entretanto, existiam muitas dúvidas referentes ao *quê e como* pesquisar.

O projeto inicial se pautava em uma pesquisa sobre o Movimento Popular de Mulheres, no Estado de Mato Grosso do Sul, da década de 1980 ao ano 2000. No decorrer do processo observou-se amplitude da delimitação temporal, além de existir um número elevado de fontes, estas poderiam ser analisadas em diversos momentos e temas. No

¹ Poesia gentilmente cedida pela amiga Maria Célia, moradora em Fátima do Sul, e autorizada para compor este trabalho. Importante destacar que é obra inédita em trabalho científico, entretanto já passou pelos olhos dos membros da comunidade virtual “Bar do Escritor”, postada em 02 de agosto de 2009.

entanto, verificou-se que a década de 1990 apresentava uma maior quantidade de fontes documentais proporcionando, nesse período, as ações mais elaboradas.

Esta constatação gerou a conclusão da necessidade de redefinição do período histórico que compreenderia esta dissertação.

Portanto, o tema a ser pesquisado e sua delimitação temporal ocorreram a partir da experiência das militantes atuantes no Movimento (naquele momento e na atualidade) e da seleção de algumas fontes escritas. A pesquisa se resumiu, portanto, à década de 1990.

Os documentos do MPM estavam distribuídos em várias residências da sua militância, guardados de forma aleatória e sem qualquer cuidado; mais de duas mil fotografias não catalogadas, relatórios de encontros estaduais sem data e, apesar de conseguir uma considerável quantidade e diversidade de fontes, ao manuseá-las, não sabia exatamente o que fazer com todas aquelas informações. Foi necessário selecioná-las por período, por temas e por eventos, haja vista a desorganização do arquivo. Outros recursos relevantes foram: a identificação das militantes/lideranças e análise de projetos desenvolvidos, através da fonte documental do Movimento e o uso do método de História Oral.

Durante a pesquisa foram analisadas; fontes impressas (recortes de jornais), documentos (relatórios, atas, folder de divulgações, cartilhas, informativos, dentre outros); fontes orais: entrevistas com militantes e lideranças; fotografias dos diversos momentos da organização das mulheres); arquivo pessoal das entrevistadas; além das fontes bibliográficas e audiovisuais. Para a análise das fontes orais, fotográficas e documentais foram utilizadas como referência, as obras: *Fontes Históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky, por abordar inúmeros instrumentos de análise das mais variadas fontes, inclusive as documentais, mas, principalmente aquela considerada “recente metodologia interdisciplinar”: as fontes orais; e *Fotografia e História*, de Boris Kossoy, que reconhece a fotografia como “[...], uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural (KOSSOY, 2001, p. 55)

Para Verena Alberti, “ [...] uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas efetuaram e elaboraram experiências, [...]” (2005, p. 165), ou seja, a fonte oral está relacionada ao cotidiano, modos de vida de diferentes grupos sociais descortinando suas experiências. Para João Carlos de Souza, a fonte oral vai além: “[...], apreender pontos de vista dos excluídos socialmente, cuja exclusão já começa pela própria falta de acesso à alfabetização” (1995, p.20), ponto fundamental discutido no segundo capítulo desta dissertação.

Para a História das Fotografias, esta se apresenta como “meio de comunicação e expressão em um processo histórico”, tem um caráter de divulgação e construção de uma memória cuidadosamente escolhida, e fundamentalmente importante, o rastreamento dos autores das fotografias. Todavia, não foi possível identificar todos os registros das imagens que compõem este trabalho, por não estarem catalogadas.

No caso das fontes documentais, esta carrega intenção de quem as produziu. É preciso entendê-las levando em consideração também o período em que foram escritas. Para Bacellar, as fontes documentais somente serão entendidas com “[...] o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos” (2005, p. 64).

A perspectiva deste trabalho não priorizou as relações tecidas entre o Movimento e seus parceiros políticos, financeiros ou de apoio, mas evidenciou as atitudes sociais de um processo de construção de vivências: como se perceberam no processo e quais os resultados para seu empoderamento. Procurou-se revelar lembranças, saudades, convicções, destacando as vozes dessas mulheres: tanto as militantes quanto as educandas.

A proposta do título e dos capítulos deste trabalho surgiu a partir do manuseio das fontes documentais e imagéticas. Há muitas fotografias, panfletos, boletins relacionando às atividades do Movimento Popular de Mulheres e das militantes, com as bruxas. Bruxa em sânscrito significa “mulher sábia”. As bruxas eram denominadas sábias, até a Igreja Católica lhes atribuir o significado secundário de mulheres dominadas por instintos inferiores. Ao analisar esses documentos, percebeu-se que a representação da bruxa com sabedoria e poder, foi um referencial importante para o empoderamento das mulheres do MPM.

Assim, o Capítulo I, investiga o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul (MPM), no período que compreende a década 1990, revelando uma pesquisa no campo da *História Imediata, do tempo presente ou da micro-história* em um contexto no qual as mulheres são o *sujeito da história*. Tece uma breve retrospectiva sobre as manifestações femininas desde o período que compreende a primeira República, no Brasil, viajando por tempos mais recentes, até chegar à década de 1990, em Mato Grosso do Sul, para discorrer sobre a origem do Movimento. Essa origem reforça a magia dos ingredientes que culminou neste trabalho, incrementado com uma pitada de ações, projetos e a perspectiva de empoderamento dessas mulheres.

O segundo capítulo fala das atividades desenvolvidas pelas militantes do Movimento. A paixão de cada uma das entrevistadas pelo desenrolar das suas ações e como exploravam o campo da afetividade através da mística, para mobilizar outras

mulheres para o enfrentamento das dificuldades e projeção dos sonhos. O Movimento Popular de Mulheres esteve presente em vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul, entretanto, neste capítulo, a cidade de Dourados é evidenciada por uma característica singular: foi uma das primeiras em que as mulheres se uniram às de Três Lagoas e iniciaram o Movimento, em meados de 1986 e ainda, na atualidade, encontra-se em atividade, com uma atuação tímida, porém, importante, fruto daquele período histórico, anos de 1990.

O terceiro capítulo traz uma breve abordagem sobre “poder” e “dominação”, através da concepção do patriarcado e segue conferindo o resultado do processo de participação no qual as mulheres, ativistas desse Movimento, estiveram envolvidas; demonstra os pontos de empoderamento e em que nível este aconteceu. Estes assuntos foram analisados com respeito aos momentos significativos da “luta” dessas mulheres e foram divididos em temas, definidos como poderes: educação, saúde, política e combate à violência. Concluo este capítulo ao discutir qual o sentido do empoderamento, para cada uma das entrevistadas, e a leitura que fizeram ao longo dessa militância no movimento popular.

Esta dissertação, por fim, apresenta o registro do Movimento Popular de Mulheres no estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na análise da participação das mulheres e em que medida este processo propiciou o empoderamento feminino, quando então, essas mulheres olharam o mundo com outros olhos.

Uma Bruxa é assim: estranha gente²

*É gente de conteúdo interno que
transcende a compreensão medíocre, simplória.
É gente que tem idealismo na alma e no coração,
que traz nos olhos a luz do amanhecer e a
serenidade do ocaso.*

É gente muito estranha a Bruxa.

*Gente que erra e reconhece, cai e se levanta,
com a mesma energia das grandes marés, que
vão e voltam em uma harmoniosa cadência
natural.*

[...]

(Graça Lúcia Azevedo)

² Esta poesia constará como epígrafe dos 03 (três) capítulos deste trabalho. Foi copiada do sítio <http://casatelucama.blogspot.com/2007/03/uma-bruxa-assim-estranha-gente.html>, acessado em 06/08/2009, às 20:42 horas.

CAPÍTULO I

INGREDIENTES MÁGICOS

Dedos, Suor e Lágrimas de mulheres oprimidas = “elixir” Movimento Popular de Mulheres³.

A figura emblemática da “bruxa” é muito utilizada por diversos grupos de mulheres no Brasil. Com o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul não foi diferente. Esta figura, símbolo da maldade e da inveja das histórias infantis, foi incorporada pelos grupos de mulheres para desmistificar a mentalidade imposta em relação às mulheres, no período denominado Alta Idade Média. Havia, nesse período, uma significativa participação das mulheres na vida social e econômica. Entretanto, teólogos e pensadores da época afirmavam que a mulher era

[...] uma prova da existência do Diabo e que era desprovida de alma, assim como os animais. Pregava-se ainda que as mulheres eram seres inferiores fabricados por Deus como uma armadilha para que os homens pecassem (AUAD, 2003, p. 35).

Ao fenômeno denominado “caça as bruxas”, a imagem da mulher associada ao demônio provocou um conjunto de atitudes que culminou em extermínio de milhares de mulheres no período da inquisição. Segundo Auad, “[...] muitos estudiosos calcularam que as mulheres eram 90% de todas as pessoas executadas na época acusadas de fazer bruxaria” (AUAD, 2003, p. 35).

Nas histórias infantis de Jacob e Wilhelm Grimm as pessoas bondosas são premiadas e as maldosas são castigadas. Entretanto, as características de pessoas de má índole, sempre foram agregadas à figura feminina, de estereótipo horrendo e assustador: as bruxas. Os autores Grimm⁴, inseridos num contexto histórico alemão de resistência às conquistas napoleônicas, e buscando encontrar as origens da realidade histórica germânica, encontram a fantasia, o fantástico, o mítico, em temas comuns da época medieval como: A

³ Na mitologia grega Panacéia (ou *Panacea* em latim) era a deusa da cura. O termo Panacéia também é muito utilizado com o significado de *Remédio para todos os males*. Aqui o “elixir” Movimento Popular de Mulheres tem, ou teria essa característica “panacéica”, haja vista que, se parte das mulheres sofriam violência doméstica, se subordinavam, sofriam a negação do público, então o movimento é o produto do processo de manipulação dessa “cura”. A partir desta citação, quando referir-me ao Movimento Popular de Mulheres utilizarei a sigla MPM. Ressalto ainda que este estudo centra-se na década de 1990.

⁴ *Boletim Informativo FNLLJ*, edição especial 200 anos de Grimm.

Bela Adormecida e Branca de Neve e os sete anões.

O Movimento Popular de Mulheres, no momento das suas manifestações - encontros estaduais, reuniões da coordenação, nos materiais de divulgação - utilizou fortemente a imagem da bruxa para demonstrar conhecimento, inteligência, resistência, tanto quanto outros movimentos de mulheres espalhados pelo Brasil. Neste convite⁵, (Fig. 01) para comemoração ao 08 de março, em 1997, a frase “... entornando encanto na magia de ser Mulher” revela essa simbologia. O desenho de uma “bruxa” de curvas bem delineadas - uma aparência que reporta aos padrões, atualmente, pré-estabelecidos de beleza - virando um caldeirão, despejando flores e carregando uma coruja no ombro, símbolo da sabedoria, não relembra as figuras deformadas e destilando perversidades apresentadas pelas histórias infantis.



Fig. 1 – Convite produzido pelo Movimento Popular de Mulheres, em parceria com a Associação Campo Grandense de Professores – ACP, para a comemoração do dia 08 de março de 1997.

⁵ Todas as imagens, a partir desta, foram reproduzidas, digitalmente, do acervo original do Movimento Popular de Mulheres e de acervos particulares das militantes entrevistadas, não sendo possível identificar todos os autores dos registros fotográficos.

Na abertura do XIV Encontro Estadual do mesmo ano, adotaram o tema *Mulheres, virando o caldeirão das injustiças sociais*. A mística de abertura, feita por Selma Campos (Foto 01), “bruxas e bruxos entram gritando a realidade”⁶ como se, simbolicamente, esse caldeirão estivesse recheado de analfabetismo, desemprego, falta de saúde, falta de moradia, falta de saneamento básico, divisão sexual do trabalho, educação sexista, dentre outros.



Foto 01 – Mística apresentada pela militante Selma Campos, na abertura do XIV Encontro Estadual “Virando o caldeirão das injustiças sociais”, 1997.

Nesta imagem, a representação através do signo surge, como apresenta Chartier, quando se decifra relações de um conjunto de práticas específicas – neste caso as relações sociais, afetivas, emocionais, tecidas no e pelo Movimento –, pois, “[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo” (CHARTIER, 2002, p.66).

A figura da bruxa, no caso do MPM dava sentido ao mundo das militantes porque para elas a figura temida e perseguida representa a história de resistência e luta das mulheres contra as discriminações sofridas, enaltecendo o poder das mulheres/bruxas - as primeiras médicas/parteiros - contradizendo e a afrontando a idéia geral de que as mulheres possuem uma característica perversa.

Fêmea inebriante ou velha decrépita, a figura da bruxa exprime alguns conceitos que o pensamento ocidental legou ao que se entende por feminino. Trata-se de uma imagem construída por diferentes discursos,

⁶ Relatório do XIV Encontro Estadual, p. 01, manuscrito. A partir deste documento, todos os trechos de documentos do Movimento Popular de Mulheres e documentos do acervo pessoal das militantes, que foram utilizados neste trabalho, foram transcritos conforme consta do original.

um romântico, propagado ao longo do século XIX, e outro eclesiástico, expresso nos enunciados seculares da cristandade contra arcaicas práticas pagãs (ZORDAN, 2005, p. 331)

O ato de entornar o caldeirão remete a uma proposta de ruptura com um sistema de governo ou mesmo com as atitudes de uma sociedade conservadora que insiste em olhar as mulheres como cidadãs “de segunda categoria”.

Relegadas ao segundo plano nos processos sócio/histórico/econômico/cultural, as mulheres, por muito tempo, foram “amputadas” no âmbito do desenvolvimento e uso da razão e do exercício do poder. Mentalmente foram “alimentadas” para desenvolver comportamentos cordatos.

1. Escritos fantásticos

Hahner apresenta algumas feministas, da década de 1880, que iniciaram, através dos periódicos publicados por elas, uma forma de conscientizar outras mulheres, com as mesmas condições de subordinação, já alfabetizadas, onde explicitava os direitos femininos. A autora, ainda é enfática, em dizer que “O Sexo Feminino”, primeiro jornal fundado, em 1873, por uma mulher, Francisca Senhorinha da Mota Diniz

[...] incitava as mulheres a se conscientizarem de sua propriedade e de outros direitos, embora reconhecesse que estes eram insuficientes; as mulheres sofriam de seus status de menores perpétuos diante da lei (HAHNER, 1981, p.62).

Outra autora, Celi Pinto, também afirma que, durante a Proclamação da República, muitas outras mulheres editaram jornais. Alguns preocupados com a questão política, principalmente com o voto feminino, outros como o jornal “A Família” editado por Josephina Álvares de Azevedo que acreditava na educação da mulher como mecanismo de libertação. Importante observar, ainda segundo a autora, que essas manifestações eram restritas a uma elite brasileira, e, não raro, eram provenientes de mulheres educadas fora do Brasil, portanto não atingiam outra camada da sociedade, as mulheres pobres e analfabetas. Entretanto, mesmo sendo um movimento tímido, ainda assim nasceu de um segmento completamente excluído da vida pública (PINTO, 2003, p. 32-33).

Quanto mais a mulher se afastava dos seus “deveres domésticos”, mais oposição encontrava, principalmente, se começasse a adentrar nos espaços políticos, de domínio

puramente masculino. A política estava fora do contexto de suas funções maternais.

Ao final da década de 1880, os desejos por igualdade de direitos chegaram até a reivindicação por condições dignas de trabalho e o sufrágio feminino. A Assembléia Constituinte de 1891, além de outros tópicos políticos, debateu o voto feminino. Os deputados, em sua grande maioria, consideravam as mulheres mentalmente incapazes, outros até faziam menção a “certa intelectualidade” feminina, mas não defendiam o voto das mulheres.

Todo o discurso de oposição se baseava na divisão sexual das atividades elevado à questão doutrinária religiosa, ou seja, a mulher deveria manter-se “domesticada”, pois, pela sua natureza simples, somente lhe caberia o papel de esposa dedicada e mãe amorosa (HAHNER, 1981, p.62).

A naturalização da exclusão da mulher, neste século XIX, era permeada pela conjuntura política e social, da época: país recém-saído de um longo processo de escravidão; sem tradições de valores de igualdade e de valorização do trabalho, conduzido pelo poder dos coronéis, das oligarquias regionais. Assim era o Brasil, regido pelos pactos coronelistas, até a Revolução de 1930, quando surgiram manifestações de grupos excluídos da vida pública e da política. Com o advento de uma cultura urbana, das classes médias e operárias surgem novas formas de organização social. Assim inicia-se o século XX e com ele a eclosão de movimentos de mulheres e, na década de 1960 e 1970 o insurgente movimento feminista (PINTO, 2003, p. 16).

As primeiras organizações de mulheres, na década de 1970, surgiram com uma proposta de atuarem na luta pela igualdade das mulheres “tanto quanto pela anistia e pela abertura democrática” (SOARES, 1998, p.37). A luta pela anistia teve uma relevante participação feminina, iniciando o Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini, em 1975, composto por esposas, mães e outros parentes de vítimas da repressão, no período da ditadura militar no Brasil. A Anistia Política devolveu ao país muitos militantes que forjaram a história da esquerda brasileira, mas, principalmente, o momento de uma sociedade mais participativa que se manifestava sem medos, pela redução da repressão e pelo fim do bipartidarismo (PINTO, 2003, p. 67).

O feminismo formulou, ao longo de décadas, teses onde a desigualdade estrutural da sociedade causava a opressão feminina e, portanto, tornava-se necessário enxergar a sociedade sob a ótica das mulheres, dos seus anseios, das suas aflições, da sua visão de mundo, onde mulheres e homens estavam inseridos, construindo ações e pensamentos essencialmente contestatórios.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES e PITANGUY, 1985 p. 9).

Se por um lado o feminismo brasileiro travou discussões e elaborou propostas contra a opressão social, política e econômica das mulheres, por outro, mulheres - principalmente em bairros e comunidades mais carentes - formaram grupos de reflexão e pressão, e, a partir da sua própria condição de donas de casa, esposas e mães, passaram a ser as dirigentes de suas próprias atuações, intervindo no mundo público

As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis sociais designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transporte, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infra-estrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças (SOARES, 1998, p. 39).

2. Trégua entre “Bruxas e Inquisidores”

Esta dinâmica política própria, para a reivindicação das necessidades básicas para a família, ocorria pautada em outras forças sociais que colaboravam neste processo, como a Igreja Católica – setor progressista – na década de 1970. Esta se apresenta como um apoio forte na organização desses grupos de mulheres, criando espaços que permitiam uma oposição mais articulada contra o regime militar, em conjunto com as diligências religiosas, ou seja, era um “[...] movimento social popular urbano que se vinculava às práticas da Igreja Católica, na ala articulada pela Teologia da Libertação [...]” (GOHN, 2000, p.281).

Poder-se-ia considerar o MPM como um movimento social porque se organizavam para a superação das formas de opressão contra a mulher, apesar de não apresentar características político/institucional/partidário. Poder-se-ia considerar popular porque, a maioria desses grupos organizados, surgia das camadas mais carentes, justamente onde as ações do Estado não atendia e a Teologia da Libertação, nesse processo, trabalhava a participação efetiva dos menos favorecidos a partir das necessidades práticas.

Soares destaca este espaço social e político como conflitivo, mas também solidário:

Criou-se uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Base e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres. Quando essas mulheres ganham formas autônomas de organização em relação à Igreja, constituindo, por exemplo, casas de mulheres, ampliam seu grau de autonomia política e o espectro de suas reivindicações. (SOARES, 1998, p. 41)

Entretanto, mesmo com tamanha participação, e com o apoio de parte da Igreja, esses grupos de mulheres não conseguiram modificar a estrutura patriarcal que mantém a segregação sexual na sociedade, nem alteraram a direção dos projetos sociais de forma estrutural, porque na teoria do patriarcado as relações entre homens e mulheres são de extrema dominação e tem como base a divisão sexual do trabalho e, principalmente, a “posse” da sexualidade feminina. Portanto, nessas sociedades sexistas, o masculino é mais valorizado que o feminino estabelecendo uma relação desigual de poder e prestígio.

Para falar destas representações, Saffioti afirma que há “[...] uma verdadeira gramática sexual indicando as condutas aceitas para homens e os comportamentos admitidos para mulheres” (2004, p. 36). Esta afirmação passeia não só pelas regras sociais, construídas e pré-estabelecidas pela sociedade, como também pela construção do próprio indivíduo, através dos símbolos e signos empregados nas comunicações entre os sujeitos.

A história singular de cada indivíduo só faz sentido na medida em que é determinada⁷ pela instância do particular. Daí a possibilidade de recorrer, com êxito, a história de vida, a fim de, ao lado da utilização de outras técnicas, reconstituírem períodos da história e seus nexos. (SAFFIOTI, 2004, p. 36)

Muitas organizações femininas, que discutiam melhorias nos postos de saúde, a criação de creches, escolas e a ampliação de serviços públicos nos bairros mais carentes “[...] não podem ser consideradas feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos” (PINTO, 2003, p. 44) porque não questionavam o papel da mulher atribuído pela sociedade, como por exemplo, o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, na sua origem.

Teles define a dicotomia entre movimento de mulheres e movimento feminista,

⁷ Nesse artigo, Saffioti cita o autor Edward Palmer Thompson mencionando que este insiste que o termo “determinar” significa “estabelecer limites”, “exercer pressão” e que o autor define “leis de movimento” como “lógica do processo”.

apresentada a seguir e permite compreender as características do MPM de Mato Grosso do Sul⁸:

[...] movimento de mulheres que significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho, e movimento feminista, refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres. Criam meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua própria vida e história. (TELES, 1983, p.12).

Para Teles, qualquer uma das organizações envida esforços para a condução de sua própria vida. O aprendizado permanece na memória destas mulheres impulsionando outras formas de atuação, portanto, continuam exercendo um papel importante, como protagonistas dessa história.

O Movimento Popular de Mulheres, em Mato Grosso do Sul, foi uma organização que surgiu a partir da capacidade de suas militantes em tornar público a reivindicação de suas necessidades básicas propondo melhores condições de vida e, principalmente, a garantia de direitos sociais. O movimento popular inicia-se nos bairros.

Os moradores organizados, a partir de estratégias diferenciadas, mas com objetivos, se não idênticos, semelhantes, representam a visibilidade das práticas reivindicativas dos excluídos, o questionamento da ação do Estado autoritário, e explicitam a constituição de um coletivo mobilizado (JACOBI, 1993 p. 15).

As estratégias diferenciadas estão relacionadas à emergência das lutas pela cidadania. E o Movimento se articulou de forma tal que suas práticas coletivas fizeram com que as mulheres apresentassem uma “maneira própria de estar no mundo” (CHARTIER, 2002, p. 73), marcando de modo visível, a existência e os objetivos do Movimento, cuja atuação contribuiria para a constituição da “representação coletiva”, definida como sendo “[...] matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social” (CHARTIER, 2002, p. 73).

Embora o MPM, no estado de Mato Grosso do Sul, não tivesse ainda uma compreensão da “luta”⁹ pela transformação nas relações sociais de gênero – que para Guaraciara B. Leal e Andréia Monteiro (1998, p. 35), o conceito de gênero “[...] se refere

⁸ As características do MPM serão apresentadas no decorrer deste trabalho e, com mais ênfase no Capítulo II.

⁹ O sentido de *luta* para o Movimento Popular de Mulheres atualmente está, intrinsecamente, ligado à concepção de *empenho*, de *esforço* conjunto para alcançar direitos sociais, políticos, econômicos agregados ao combate à discriminação, à violência e à elaboração de política públicas.

apenas às pessoas e às relações entre os seres humanos. O que é masculino e o que é feminino estabelece 'verdades' de como devem ser as relações sociais.”, amadurecimento já observado nos movimentos feministas nos anos 90 -, muitas lutas foram travadas no âmbito das Necessidades Práticas de Gênero¹⁰ como: reivindicação de água, luz, postos de saúde, delegacia da mulher, creche. Esses grupos, no estado de Mato Grosso do Sul, em sua maioria, se constituíam a partir de iniciativas de partidos políticos e dos movimentos ligados às pastorais sociais da Igreja Católica, às Comunidades Eclesiais de Base, aos programas de mini-projetos da Conferência Regional dos Bispos do Brasil-CNBB/Oeste 1(NICODEMOS, 2007, p. 27).

As Pastorais Sociais são setores propostos ou orientados pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB, que têm como objetivo o envolvimento de cristãos em ações de interlocução entre a Igreja Católica e sociedade, principalmente com movimentos sociais, para aprofundar as discussões e ou ações entre a fé e política, colocando a religião como compromisso social. Esses grupos populares vinculados à Igreja Católica, pelo relato de Aparecida Gonçalves, tinham, aparentemente, a missão de implantar grupos em municípios do Mato Grosso do Sul.

O Movimento de Mulheres ele surge na década de 80 com a vinda, na verdade, num primeiro momento, do João Carlos e Bel que sai de Andradina e vai para Três Lagoas assumir a Pastoral Social e (...) traz uma série de pessoas que tinha já um envolvimento, tanto na pastoral quanto na Igreja, quanto no movimento social, para ajudar a construir a Pastoral Social de Três Lagoas [...] Nessa organização da pastoral social um dos trabalhos era a questão do movimento de mulheres, (...) eram os grupos de mulheres, as discussões a partir da saúde [...] tínhamos em diversos lugares pessoas que pensavam um pouco a Pastoral Social, as Comunidades Eclesiais de Base, e a Teologia da Libertação (...) acho que esse é um pouco o eixo e a conjuntura que vai desembocar depois o que vai ser o Movimento Popular de Mulheres lá na frente. (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007)¹¹

Observa-se por este relato que, também no Mato Grosso do Sul, aflora a temática da “libertação” – surgida no Brasil no início da década de 1960 – que era discutida em setores populares da Igreja Católica com o objetivo de promover ações junto aos operários, aos camponeses, às mulheres, aos jovens, servindo de base para propor um modelo de igreja

¹⁰ MOSER. C. - *¿¿ Planificación de Género y Desarrollo*. Lima: Flora Tristan (Entre Mujeres), 1995. Necessidades Práticas de Gênero (NPG) são as necessidades onde as mulheres se identificam em seus papéis socialmente aceitos. São de natureza prática e frequentemente se relacionam com as deficiências na condição de vida. *¿¿ Planificación de Género y Desarrollo*. Lima: Flora Tristan (Entre Mujeres), 1995.

¹¹ Todas as entrevistas foram gravadas em mp3 e transcritas tal qual a gravação. Foram utilizadas inclusive sem nenhuma correção das falas das entrevistadas. Os parênteses são utilizados para indicar pausas, interrupção durante a entrevista, já os colchetes indicam que algum trecho da entrevista foi suprimido.

mais próximo dos pobres.

Por estar próxima do Estado de São Paulo, a coordenação da Pastoral Social, em Três Lagoas, mantinha um relacionamento mais estreito com as mulheres paulistas de cidades como Lins, Andradina, Araçatuba, Tupi Paulista, São José do Rio Preto, que já desenvolviam um trabalho direcionado às reflexões mais específicas da mulher, por volta de 1984.

O trabalho realizado pelas mulheres sul-mato-grossenses que participavam desses grupos, dirigidos por militantes católicas, muito se aproximava das atividades de clubes de mães: cozer, pintar, fazer tricô, crochê, ou seja, tinham um espaço onde se encontravam, entretanto reproduziam o serviço doméstico. Todavia redirecionaram seu eixo de trabalho: discutindo a importância de terem seu próprio espaço de reflexão, incluindo linhas temáticas sobre as necessidades do bairro, mas também a saúde, a sexualidade e violência doméstica, como destaca Gomes:

Inicialmente, o trabalho levado pela Pastoral vai ser o de desenvolver atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres: crochê, tricô, etc. juntamente com o estudo da Bíblia. Aos poucos, as atividades vão evoluindo para reivindicações como fornecimento de água e luz para os bairros. (GOMES, 1997, p. 01).

Para Bárbara, o início era a discussão da participação da mulher através da bíblia, chegando à reivindicação pelo fornecimento de água, uma necessidade urgente ligada diretamente à vida dessas mulheres.

[...] era a mulher na bíblia, era fé política, como a gente fazia a luta pela água ligando isso com vida das mulheres (...) a questão da iluminação pública, em Três Lagoas foi muito marcada, as mulheres fizeram uma grande luta pela iluminação pública e levou outros movimentos a reivindicarem toda a questão da iluminação pública. E aí a gente viu que a gente precisava se encontrar mais vezes e começou então juntar [...] (Entrevista: Bárbara J. B Nicodemos, 2007).

Neste contexto de ampliação das reivindicações, no ano de 1985, a Pastoral Social de Três Lagoas - que já mantinha contato com outros grupos - realizou o 1º Encontro de Mulheres de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de articular o Movimento no Estado e promover cursos de formação de lideranças (Relatório MPM, 1989).

Para além dos encontros, e a partir desse evento, as mulheres que contribuíram para organizar a Pastoral Social em Três Lagoas, e em outros municípios, sentiram necessidade

de estabelecer um espaço no qual pudessem elaborar ações conjuntas para se fortalecerem, não como instituição (Igreja), mas como atrizes sociais da transformação de suas próprias vidas, deixando de “serem pastoral” para se construírem enquanto Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul. Bárbara relembra os momentos em que a vontade de estarem mais próximas apresenta-se como uma “idéia”, como um “fazer formação” e não como uma necessidade premente de permanecerem em algum lugar, de se deslocarem, de fazerem algo que não fosse o corriqueiro “lide doméstica”.

[...] E a gente então, na idéia de se encontrar mais e fazer uma melhor formação com essas mulheres, (...) pelo menos uma vez no ano a gente se encontrava [...] então a gente escolhia uma dessas regiões. A região sediava e os outros grupos então se organizavam e vinha prá aquele lugar prá gente fazer o encontro. Ali naquele encontro nós discutíamos a organização do movimento, como é que a gente podia se organizar melhor, as lutas que a gente ia fazer naquele ano, e aí não era só as lutas locais. A gente tentava colocar pelo menos uma ou duas pautas de uma coisa mais de Estado né, e aí foi quando começou surgir pra nós algumas questões que ia implicar no futuro das maiores lutas do movimento [...] (Entrevista: Bárbara J. B Nicodemos, 2007).

Diante do estabelecimento deste espaço social e político, as mulheres passam a utilizar a sigla MPM, organizadas em Comissão Estadual de Mulheres, composta por representantes das regiões de Três Lagoas, Dourados, Campo Grande, Coxim, Corumbá e Jardim¹².

Aparecida relembra este momento, enfatizando a força dos grupos de mulheres que ultrapassa a das próprias instituições, por representarem melhor e com mais concretude as necessidades femininas em um contexto de luta por democracia:

[...] muito mais do que a Teologia da Libertação, do que as comunidades de base, os grupos de mulheres foram muito mais fortes (...) elas respondiam mais ao apelo do que a instituição, igreja, os católicos, e tudo mais [...] (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007)

O envolvimento dessas mulheres via Pastoral Social demonstra o momento político que o Brasil atravessava, ou seja, a transição de um sistema ditatorial militar para uma democracia era um momento de incertezas assim definido:

[...] a gente tava saindo da ditadura (...) era um período assim (...) você

¹²Informações descritas em projeto de solicitação de cooperação financeira, elaborado pela Comissão Estadual de Mulheres e encaminhado à Campanha Episcopal da Quaresma Holandesa para financiamento de projetos de pequeno porte e de caráter sócio-econômico.

tem todo um histórico (...) o enfrentamento da ditadura na década, principalmente na década de 70 (...) no final de 70 (...) ele vai se dar através da igreja (...) porque a ditadura não te permitia nenhum outro movimento. Então todo o foco da organização ela ia pra dentro da igreja e em 80, 82, 83, que é esse período, a gente já não tinha (...) já não era uma ditadura como na década de 70, mas a gente ainda não tava numa democracia, quer dizer, você não sabia o que podia acontecer a qualquer momento [...] (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007).

3. Primeiros vôos em suas vassouras

A partir da década de 1980, pós-ditadura, o feminismo assume novas atitudes e um dinamismo considerável, devendo ser compreendido como uma organização que defende o reconhecimento/autonomia das mulheres nos espaços, tanto públicos quanto privados, e que há uma luta cotidiana: a transformação das relações de gênero influenciando a constituição do sujeito social, aqui compreendido como:

[...] o sujeito, tanto coletivo quanto individual, se constrói em virtude de suas relações sociais, portanto, protagonista da sua história e, entre um sujeito e outro, a única diferença existente é adjetiva: “Isso equivale a dizer que o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado nas e através das relações sociais (SAFFIOTI 2004, p. 35).

As reivindicações de outrora – votar e ser votada, redução da jornada de trabalho, inserção nos sindicatos e partidos políticos, entre outras – necessitavam de outros olhares e de novas leituras, principalmente diante de um sujeito social. Sader pensa o sujeito social como dotado, ao mesmo tempo, de autodeterminação e de heteronomia, ou seja, desenvolve ações, mas estas recebem influências externas, que lhe são impostas. Todavia, o agente social consegue (re)significá-las (SADER, 1988, p.55)

Diante de um contexto de transformações significativas, as estratégias deveriam ser alteradas, pois os movimentos foram empurrados pelas mudanças estruturais e conjunturais da sociedade. A década de 1980 foi marcada pelos processos de redemocratização no Brasil: reorganização dos partidos políticos, eleições para os vários níveis, reelaboração da Constituição do País.

Com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, do outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação (PINTO, 2003, p. 68)

Nesse período também surgem os “grupos feministas temáticos” (PINTO, 2003, p. 68) que tratavam do combate à violência e a saúde da mulher e, com eles, há uma efervescência de movimentos populares de mulheres. Foi nessa década, sob a influência dos movimentos de mulheres paulistas, que, no Estado de Mato Grosso do Sul, através das Pastorais Sociais – grupos populares da Igreja Católica –, o Movimento Popular de Mulheres urbanas registrou o seu nascimento na cidade de Três Lagoas, posteriormente estendendo aos municípios de Corumbá e Dourados, entre os anos de 1980 e 1984. Na obra “A Saga Feminista” (2008), Leyde Pedroso afirma que

Estudos realizados por Gomes (1995, p.42) sobre o movimento social de mulheres em Mato Grosso do Sul apontam, que até a década de 1990 “as duas principais forças do movimento urbano de mulheres encontradas na região foram, sem dúvida, o Sistema de Informação Mulher (SIM) e o Movimento Popular de Mulheres (MPM) (PEDROSO, 2008, p. 41)

O Movimento Popular de Mulheres encontra-se parcialmente pesquisado nos três capítulos que compõem este trabalho, entretanto o Sistema de Informação Mulher - entidade que oferecia apoio a grupos que organizavam e trabalhavam com mulheres (GOMES, 1995, p.51) -, criado em 1986, merece uma pesquisa aprofundada. Segundo Pedroso, este foi “Idealizado pela socióloga Regina Arakaky, através do Guavira Grupo de Mulheres de Mato Grosso do Sul que se organizava em 1983” (PEDROSO, 2008, p. 41). O *Guavira* era

[...] uma primeira forma de organização das mulheres sul-mato-grossenses inspirada nos ideais feministas da década de 1970 [...] um grupo de reflexão composto inicialmente por estudantes da classe média, que faziam psicologia, jornalismo, educação física e outros cursos. Este grupo se reunia para estudar, debater e refletir sobre a problemática da mulher. Organizavam eventos para celebrar o Dia Internacional da mulher, ocasiões utilizadas para difundir idéias feministas e promover atividades culturais.

O período da formação desses grupos era o momento de grande movimentação nacional: uma nova Constituição estava prestes a ser redigida e nela a consagração de importantes conquistas em relação a alguns direitos das mulheres.

Em dois (02) de fevereiro de 1987, toma posse o Deputado Ulysses Guimarães, eleito como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, instituída em 1986. No período de 1986 a 1988 foram enviadas 112 emendas substitutivas ou aditivas para o

Congresso Nacional, e essa campanha teve como lema “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”. Esse trabalho foi feito em sintonia com os movimentos de mulheres em todo o Brasil, inclusive o de Mato Grosso do Sul.

Entre as garantias alcançadas, destaca-se a igualdade de direitos civis e de status de homem e mulher no casamento, posteriormente traduzido na reforma do Código Civil. Ainda, a ampliação da licença maternidade de três para quatro meses e a instituição da licença paternidade, o direito das mulheres presidiárias de amamentar seu filho, o direito de propriedade da terra para as mulheres rurais, entre outras.¹³

Em dois (02) de junho de 1987, uma carta é enviada para lideranças de outros municípios do estado esclarecendo critérios para assinatura de proposta de emenda popular. A carta contém a formação de um Comitê da Campanha de Direitos da Mulher, a forma de preenchimento das propostas e o prazo último para envio ao comitê, em 26 de junho, supostamente do mesmo ano. Essa carta foi manuscrita no verso de quatro panfletos, intitulado “Iniciativa Popular na Constituinte: Propostas: instrumentos de participação popular que remete à proposta apresentada à Assembléia Nacional Constituinte para incluir no seu regimento interno a possibilidade de abrir espaços à iniciativa popular”¹⁴. Conforme trechos

Campo Grande, 2 de junho de 1987.
Companheiras (os)!
Esperamos que o trabalho de coleta de assinaturas já tenha iniciado e esteja sendo um sucesso!
Vamos fazer nossas leis!
Sucesso na coleta das assinaturas, estamos juntas nesta luta!

Para a elaboração de propostas para a Constituição de 1988, a mobilização de mulheres em Mato Grosso do Sul conseguiu, proporcionalmente em relação a outros estados, o maior número de assinaturas – onze mil – no projeto de Emenda Popular dos Direitos da Mulher, assim definida por Pinto:

A emenda mais abrangente foi a de número 20, promovida pela Rede Mulher de São Paulo, pelo Serviço de Informação da Mulher de Mato Grosso do Sul e pelo SOS Corpo de Pernambuco, e foi o resultado de um trabalho organizado (PINTO, 2003, p. 77)

¹³ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008-03-05.6242811352/view>, acessado às 20:14horas, em 17 de abril de 2008.

¹⁴ Importante destacar que essa carta, apesar de não estar identificada por quem a escreveu, consta os nomes de contato para o envio das assinaturas. Um deles é o de Bárbara Jandaia Nicodemos, uma das entrevistadas.

E por Gomes:

[...] quando do processo de elaboração de propostas para a Constituinte, relativas à mulher, as mulheres organizadas em Mato Grosso do Sul estiveram ativas a tal ponto que conseguiram ser o segundo Estado no Brasil em número de coletas de assinaturas. (GOMES, 2005, p. 08).

As autoras afirmam a organização de mulheres no Mato Grosso do Sul, mas não especificam se esses grupos organizados eram movimentos populares, sociais ou feministas, ou os três. Reforçam a idéia da formação de um comitê “da Campanha de Direitos da Mulher”, conforme demonstra outro trecho da carta¹⁵, onde

[...] Nós mulheres estamos concretamente trabalhando na nossa Proposta de Direitos e Garantias da Mulher e esperamos que na região de vocês¹⁶ uma das três propostas que o eleitor esteja assinando seja a nossa! Pedimos que seja mantido contato constantemente como o Comitê em C. Grande [...].

Uma das pessoas que participavam do Comitê, Bárbara Jandaia de Brito Nicodemos, era militante do Movimento Popular de Mulheres. Daí talvez a dificuldade em separar movimento popular de mulheres, de movimento de mulheres e de movimento feminista, quando se tem situações específicas sendo pautadas, recrutamento de mulheres para participarem do processo e, principalmente, quando essa emenda teve um grande apelo popular.

Quando a carta menciona: “na região de vocês” devemos considerar as regiões que compõem o Mato Grosso do Sul, estado recém dividido/criado, além do período da coleta das assinaturas, pois nesse momento não existia um movimento feminista – “[...] mulheres militantes identificavam-se como sujeitos de sua causa: elas as vítimas da opressão contra a qual lutavam” (PINTO, 2003, p. 81) -, mas, haviam as oprimidas de fato, as violentadas, as que não eram feministas, as que não tinham formação, e que reivindicavam, mesmo que de forma discreta, inclusive assinando a proposta da constituinte, porque sonhavam em sair dessa condição e começavam a fazer parte de um movimento popular, ainda que esse movimento fosse orientado pela moralidade católica.

Essa representatividade incentivou o MPM a elaborar uma proposta de emenda popular para os Direitos da Mulher no Estado: a única emenda popular para a Assembléia Constituinte Estadual, com 4.700 assinaturas de 32 municípios, garantindo a discussão da

¹⁵ Idem

¹⁶ Grifo meu

participação do movimento de mulheres nas constituintes municipais (NICODEMOS, 2007, p. 27).

A luta feminina no Brasil, nas últimas décadas, foi extremamente importante para o surgimento de organizações de mulheres, desde suas primeiras manifestações até as formas de reivindicações, elaboradas ao longo de sua história, resultando, dentre outras conquistas, na presença visível das mulheres em artigos, livros, dissertações e diálogos. Estas são apresentadas como um novo campo de estudo, fazendo emergir suas histórias.

Considerando os diversos movimentos, estes se expressam através dos movimentos de mulheres, movimento feminista, associações, movimentos por liberdade e orientação sexual, Organizações Não Governamentais, pequenos grupos de bairro, auto-organizados e que são frutos das vivências, das práticas e dos conhecimentos específicos comuns às pessoas envolvidas.

Afinal o que são movimentos de mulheres, movimentos feministas e movimentos populares de mulheres? O que os diferencia? O que os torna iguais? As possibilidades são múltiplas. Quais são as fronteiras entre os movimentos? Para Leyde Pedroso “(sic.) Em muitas ocasiões as mulheres se juntam na articulação política, os movimentos se interagem um com o outro e se confundem. Mas cada um tem suas próprias características” (2008, p. 54).

Para Soares essas fronteiras tem sido “ofuscadas” devido a grande participação de mulheres que não são consideradas feministas, ou não têm uma ideologia feminista, mas ainda assim têm seus elementos de discussão de mudanças do papel da mulher na sociedade, construindo, portanto, vários feminismos.

[...] de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos (SOARES, 1998, p. 46).

De acordo com a “Tese à II Plenária Nacional de Movimentos Populares, 1991”, esses movimentos, pela prática de atuação em defesa ou benefício da coletividade são considerados Movimentos Populares,

[...] todas as formas de associação entre pessoas visando a defesa e/ou a conquista de direitos objetivamente coletivos, de natureza autônoma e de caráter democrático, suprapartidário, laico e sem fins lucrativos.

(Coordenação Pró-Central, São Bernardo do Campo, julho de 1991, p. 676)

Esses movimentos pressupõem “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais” (GOHN, 2000, p. 251). Gohn acredita que as ações desses movimentos são capazes de criar uma identidade coletiva a partir dos interesses que lhes são comuns, através da solidariedade, tendo como base referencial os valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo em “[...] espaços coletivos não-institucionalizados [...]” (2000, p. 251) possibilitando visibilizar suas ações.

Sader, mais específico, acredita que as pessoas se organizam através das mais diversas situações, não necessariamente da solidariedade, embora esta esteja presente porque há objetivos em comum.

As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que os motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega.”(SADER, 1988, p. 313)

Os grupos populares manifestam-se através de cursos, debates, pesquisas, encontros, campanhas e inúmeras formas de expressão criando um espaço onde conseguem compreender-se mutuamente, o mesmo aconteceu com as mulheres.

A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais, mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres (ALVES e PINTANGUY, 1985, p. 67).

No período mencionado por Aparecida Gonçalves (década de 1970/1980) - apesar de ocorrer a organização no âmbito da Igreja, das incertezas da transição política, das situações de repressão ainda presentes para muitas pessoas - foi possível o surgimento de grupos organizados nos bairros das cidades proporcionando espaços e momentos para que os moradores explicitassem publicamente suas angústias e “[...] suas demandas em prol de melhores condições de vida e de acesso a direitos sociais básicos” (JACOBI, 1993, p. 15)

Até 1990, as mulheres urbanas se organizaram em diversos grupos de discussão, inclusive com a participação do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) – espalhados nas regiões que dividem, geograficamente, o estado de Mato Grosso do Sul –, realizaram cinco encontros anuais e estabeleceram pautas de reivindicações a serem

debatidas em todo o Estado. Segundo o histórico do Movimento Popular de Mulheres, escrito pela Comissão Estadual, em 11 de setembro de 1989, os grupos organizados eram, aproximadamente, duzentos no Estado. Encontravam-se para trocar experiências de vida e discutir os problemas sociais, como forma de participarem das discussões políticas.

No material elaborado pelo MPM, consta que o município de Três Lagoas foi um dos primeiros a realizar sua assembléia. Os grupos de discussão ressaltaram temas como:

Mulher e a Nova Sociedade: a mulher deve lutar por salário justo, escola para nossas crianças, boa alimentação, acabar com analfabetismo; Mulher e Educação: educação é a base de tudo. Foram aprovadas na nova constituição, leis que todas as mulheres devem lutar para que sejam cumpridas: todo (a) cidadão (ã) tem direito à educação, educação gratuita ao ensino regular, verbas públicas para escolas públicas, ensino noturno adequado às condições dos alunos (as). (Informativo da Mulher Nº. 03 – ano 1989)

Neste documento as mulheres avançam sobre os espaços públicos. Querem discutir salários dignos, atrelado ao financiamento público da educação. Todavia essa atitude está sempre vinculada às carências do cotidiano e não por uma definição do que é “ser mulher e cidadã”. Ou seja, essas mulheres ainda não tinham uma consciência sobre a discriminação de gênero e sua condição de subordinação e, como estas são mantidas e reproduzidas.

No V Encontro Estadual, em 1989, o Movimento denuncia a dificuldade na obtenção de dados do Governo do Estado sobre a situação econômica e saúde da mulher sul-mato-grossense. A partir disso ficou decidido a realização de pesquisas sobre temas fundamentais para a *luta* e organização das mulheres.

Nesse período, segundo o relato de Bárbara, a discussão nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, alcançou o tema sobre a descriminalização do aborto e as lideranças sul-mato-grossense sofriam uma pressão para que as mulheres do Estado tomassem uma posição em relação a esta mesma temática. Entretanto, as mulheres de Mato Grosso do Sul não tinham maturidade suficiente para travar uma discussão aberta e tão complexa, inclusive em virtude da característica de sociedade extremamente conservadora, onde o papel da mulher ainda passava pela condição de vetor reprodutivo e por estarem ainda muito vinculadas aos princípios católicos. Então, as lideranças optaram por fazer uma formação ligada às temáticas mais próximas das mulheres, que era a saúde, excluindo da pauta de discussões a descriminalização do aborto.

Nos documentos do MPM a opção de inclusão ou exclusão do tema “aborto” não aparece expresso. Apenas o relatório – de 1º de fevereiro a 30 de setembro de 1991 - de

prestação de contas de um financiamento recebido da *Vastenaktie*¹⁷ menciona o tema *Esterilização e Aborto*, para um Seminário, que supostamente, foi fruto do VII Encontro, entre 1991 e 1992, não sendo possível precisar o ano, nem se este seminário de fato aconteceu. Neste relatório a Comissão Estadual escreve, em relação ao tema do seminário:

Isso para nós é um grande avanço quando elas pedem para discutir assuntos que até hoje é tabu e proibido, pois lhe é negada o gostar do seu corpo e de ser mulher, assim se esconde e nega as questões do corpo da mulher. (Comissão Estadual de Mulheres, 1991)

Nos depoimentos o tema sobre o aborto aparece, mas de uma forma velada ou justificada como o depoimento de Bárbara, justamente porque a maioria das militantes tinha uma forte relação com a religião, principalmente a católica.

Eu lembro bem que as primeiras lutas com relação a descriminalização do aborto foi feito num encontro grande em Brasília nós fomos e nós fomos assim (...) o pessoal cobrava muito da gente uma posição (...) então a gente falava 'mas a gente não consegue ainda fazer uma discussão aberta, aqui no estado' [...] e a gente só conseguiu avançar na questão da sexualidade, do corpo da mulher e aí chegar até as questões mais próximas dela (...) mais dela mesmo (...) do íntimo (...) da sexualidade (...) foi a questão da luta pela saúde da mulher[...] (Entrevista: Bárbara Jandaia, 2007)

No relato de Maria Aparecida Palmeira, a concepção de aborto, para ela, não passa pelo processo de descriminalização deste, e sim de planejamento familiar, na escolha de engravidar ou não, dependendo da condição sócio-econômica vivenciada pela mulher. O “impedir essa gravidez” não significa, necessariamente, a interrupção da gestação, mas sim a escolha de métodos que a permitiria “engravidar quando ela quisesse”, ou seja, o empoderamento relativo sobre o próprio corpo. Neste empoderamento relativo sobre o corpo transparece certa dificuldade em debater sobre o assunto. É preferível discutir o planejamento familiar, nos moldes definidos pela sociedade, a decidir sobre o que quer fazer com seu próprio corpo.

[...] que ela podia engravidar quando ela quisesse que ela podia impedir essa gravidez quando ela quisesse (...) não é um aborto, uma abortagem (...) um aborto sangrento, mas dizer assim: 'eu não quero ter filhos agora por que minhas condições não dá'. (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008)

¹⁷ Campanha Episcopal de Quaresma Holandesa – Amersfoort- Holanda

Empoderamento é um termo utilizado pelos movimentos feministas para se referir a Empowerment que se constitui num termo da língua inglesa de difícil tradução para o português. Sendo assim, optou-se por se utilizar a tradução da palavra Empowerment como *empoderamento*, muitas vezes, traduzido como fortalecimento¹⁸

É importante destacar que a dificuldade que o MPM encontrava, na década de 1990, para discutir o aborto, é uma constante e permanece como um dos desafios atuais. A discussão sobre a descriminalização do aborto ainda é pautada pela lógica da religião e não tratada como um problema de saúde pública, conforme descreve Ivone Gebara

Sinto tristeza e vergonha que tenhamos chegado a este ponto. Sinto tristeza e vergonha dos comportamentos retrógrados da maior parte da hierarquia católica romana que não compreendeu os gestos de vida de Jesus de Nazaré e não aprendeu dos efeitos negativos dos comportamentos fascistas e ditatoriais que a Igreja teve ao longo de sua história em relação à ciência, às diferentes culturas e às mulheres. Sinto tristeza e vergonha da insensibilidade com que se trata um problema de saúde pública e da maneira como se usam os textos bíblicos descontextualizados para justificar posturas de um grupo como se fossem posturas da Igreja.¹⁹

O aborto é considerado crime desde o Código Penal Brasileiro, de 1940, que atualmente vigora em nosso país. Os dois primeiros códigos, de 1830 e 1890, eram bem mais rigorosos que o atual, não prevendo a exceção do aborto para salvar a vida da mãe ou em caso de gravidez decorrente de estupro, conforme se tem hoje. Segundo o Código Penal em vigor, o aborto é legal em duas situações: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e em caso de gravidez resultante de estupro. Estas duas modalidades de aborto previstas por lei só podem ser praticadas por médicos; o auto-aborto é punido, teoricamente, da mesma forma que o praticado por terceiros, sendo menor a pena para o primeiro - detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, de acordo com o artigo 124 – segundo o Código Penal Brasileiro.

No Brasil, em 2003, foram registradas 120.212 (cento e vinte mil, duzentas e doze) internações hospitalares por aborto, no grupo de 10 (dez) a 24 (vinte e quatro) anos.

¹⁸ No terceiro capítulo deste trabalho o fortalecimento das mulheres militantes do MPM, em Mato Grosso do Sul, será discutido partindo do pressuposto que, empoderamento, também pode estar vinculado ao poder interior, a auto estima, à força interna em reconhecer, através da experiência como se dá a subordinação feminina. Ver Deere e León, 2002, p. 54.

¹⁹ Texto originalmente publicado no site da Adital, em 18 de março de 2008, intitulado: Brasil - O desrespeito à vida humana por membros da Igreja Católica Romana. <http://adital.org.br>. Acessado em 20 de novembro de 2008, às 22:31 horas.

Segundo o Ministério da Saúde o aborto é a 4ª (quarta) causa de morte materna (Ministério da Saúde, 1998, (SUS)). Em 2008, o aborto se constituiu como a segunda causa de internação de mulheres no serviço público de saúde, no País (Ministério da Saúde, publicado pelo IPAS).

No Mato Grosso do Sul, segundo dados pesquisados pelo Grupo Curumin (Pernambuco); pelo IPAS Brasil (Rio de Janeiro) e; pela Articulação de Mulheres de Mato Grosso do Sul (AMMS), também publicado pelo IPAS, “[...] as mulheres se deparam com um ambiente hostil para seus direitos sexuais e reprodutivos. O acesso a serviços de saúde é insuficiente.” Ainda segundo a publicação,

A taxa de abortamento inseguro entre adolescentes de 15 a 19 anos em Mato Grosso do Sul oscila entre 20 e 40 por cada grupo de mil mulheres. É uma das taxas mais altas do País junto com o Rio de Janeiro e os Estados da região norte (2007, IMS, UERJ)

As origens sobre o controle do corpo feminino são históricas. A Igreja Católica apresenta-se como a grande articuladora de um movimento que defende a relação sexual como função puramente procriativa, seguida por outras denominações religiosas que reforçam essa condição como única capacidade vital da mulher.

A criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez indesejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mulheres (principalmente as mais pobres, pois não teriam acesso às clínicas particulares), a riscos para sua vida e para a sua saúde. Segundo Mori,

[...] a liceidade do aborto remete radicalmente à discussão do papel social da mulher, que até agora parecia ter sido estabelecido pela ‘natureza’, a qual parecia ter sancionado que a mulher é antes mãe, de tal forma que encontraria sua realização não no trabalho e na vida social, mas no matrimônio (de *matris munus*, ‘dever de mãe’) (MORI, 1997. p. 86).

A criminalização, portanto, gera outras situações: o indiciamento de 10.000 (dez mil) mulheres, em 2008, no Mato Grosso do Sul, por terem, supostamente, se utilizado de uma clínica para fazerem aborto. Destas 10.000 (dez mil), 25 (vinte e cinco) foram condenadas a penas alternativas²⁰.

Para a “sociedade” se permitir a liceidade do aborto, a relação com a “natureza”

²⁰ *Justiça processa mais de 10 mil por acusação de aborto.* Fonte: FETEC-CUT, no site www.feteccn.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3903, acessado em 29 de maio de 2008, às 20:55.

extingue-se, ou seja, a mulher pode ser dona do seu próprio destino e, automaticamente, do seu corpo. Observa-se que MPM não conseguiu aprofundar a discussão sobre a descriminalização do aborto, na década de 1990, em virtude de não fazer a defesa da apropriação do seu corpo, a partir do processo de enfrentamento da submissão. No que se refere ao tema “aborto” a capacidade de decisão, de apropriação do próprio corpo, de terem a liberdade de direcionar seus desejos e necessidades, as militantes do MPM não alcançaram o fortalecimento desejado, optando, portanto, pela discussão sobre a saúde da mulher, de forma mais geral.

O MPM define, então, que uma das ações relevantes seria fazer levantamentos sobre a condição do atendimento à saúde da mulher, conforme destaca Bárbara Nicodemos, lembrando o índice elevado de ligadura de trompas.

[...] quando a gente fez aquela pesquisa do Movimento de Mulheres com relação as mulheres que estavam sendo esterelizadas, principalmente na época das campanhas eleitorais, então em Dourados, Campo Grande (...) tava um número muito grande de mulheres laqueadas e aí a gente começou a mexer com isso, a tentar entender o que tava acontecendo (Entrevista: Bárbara Jandaia Nicodemos, 2007).

Assim, o levantamento sobre a saúde da mulher, proposto pelo Movimento, foi realizado em 06 (seis) regiões do Mato Grosso do Sul (Três Lagoas, Coxim, Jardim, Corumbá, Campo Grande, Dourados), durante os anos de 1989, 1990 e 1991. Neste período o Estado era governado por Marcelo Miranda, que administrou, durante os anos de 1987 a 1991. Administrativamente, seu governo foi caracterizado por uma série de greves de funcionários e total descaso com a saúde. De acordo com documentos do MPM, o Secretário de Estado de Saúde Sr. Milton Miranda

Alegou a questão da municipalização pelo descaso da rede de saúde pública ao atendimento e tratamento à saúde da mulher e, como unico documento de compromisso, enviou-nos a lista dos responsáveis em alguns municípios (Documentos Saúde Mulher MS, 1991, p. 729)

O MPM e as entidades parceiras - Movimento de Mulheres Agricultoras e Pastoral da Saúde de Dourados - pesquisaram um número aproximado de 673 (seiscentas e setenta e três) mulheres nas áreas urbanas e rurais. Verificou que 61% das mulheres entrevistadas, em idade fértil (entre 20 e 40 anos) foram submetidas à laqueadura das trompas. O percentual, na área urbana, era de 51 %. Outra observação foi em relação às péssimas condições em que eram realizados os exames preventivos. As espátulas para coleta de

material uterino - exame papanicolau - eram divididas para economizar recursos, o que comprometia a qualidade do exame²¹.

[...] descobriam que no exame ginecológico tavam usando a mesma espátula, e aí quebravam as espátulas pra poder ter como fazer o exame (...) as mulheres começaram a ver isso, e começaram a dizer 'poxa a gente tem que falar disso, a gente tem que denunciar isso' [...] (Entrevista: Bárbara Jandaia Nicodemos, 2007).

4. Gritos agudos de denúncias ecoam

A pesquisa realizada pelo MPM e outras entidades parceiras, acerca da saúde da mulher, constituiu-se em uma iniciativa relevante e destacada durante as entrevistas. A mesma foi desenvolvida em duas etapas (concluídas em 28 de maio de 1990 e 28 de maio de 1991) e tinha um caráter denunciador sobre o descaso das políticas implementadas pelo Estado com relação à saúde da mulher. A organização dos dados foi inteiramente realizada pelas próprias mulheres do Movimento.

Do ponto de vista metodológico, provavelmente houveram lacunas, mas a experiência foi rica para o desenvolvimento dos grupos. Nos documentos coletados, constam algumas informações que permitem a compreensão do processo desenvolvido e demonstram o esforço do grupo para a realização da pesquisa, mesmo sem lançar mão de pressupostos metodológicos esperados para tal atividade, o que não compromete os resultados diante da ausência de outras iniciativas e da experiência vivenciada por essas mulheres. Elas se depararam com realidades comuns, puderam dialogar, expressar sentimentos e angústias semelhantes, silenciadas no cotidiano.

Os registros trazem o número de mulheres envolvidas na pesquisa, inclusive na zona rural e assentamentos, entretanto não há um documento que sistematize e demonstre as informações e os dados pesquisados, bem como os procedimentos para a construção e organização das perguntas. Apenas constam informações nos relatórios do MPM, na cartilha organizada pela Pastoral da Saúde de Dourados e cópia de relatório do Movimento de Mulheres Agricultoras, além de matéria elaborada e publicada na Revista de Cultura Vozes, sob o título “Por uma Central de Movimentos Populares”²², assinada pelas

²¹ Informações contidas na cartilha "MULHERES discutindo sua saúde" elaborada após as pesquisas realizadas pelo Movimento Popular de Mulheres, Movimento de Mulheres Agricultoras e Pastoral da Saúde de Dourados, 1990.

²² Título da matéria “Documentos Saúde Mulher MS, 28 de maio de 1991, p. 728-732.

militantes.

Como descreve Bárbara, foi uma “ pesquisa informal”, mas a experiência foi significativa para o desenvolvimento dos grupos, considerada como um processo educativo.

[...] e foi legal que num dos encontros foi dito 'então vamo fazer a pesquisa', pesquisa informal mesmo, sem nenhum cunho científico (...) as mulheres iam pro posto de saúde conversavam com as mulheres, conversavam com os médicos [...] essa coisa ficou muito mais visível (...) porque as mulheres quando começaram a ir pros bairros, no sentido da pesquisa, de conversar mais com as mulheres, elas descobriram um universo que a gente sabia que tinha (...) algumas lideranças já percebiam isso, mas não se tinha como abordar, e elas, as mulheres quando foram pro bairro, pro posto de saúde foram discutir isso com as mulheres ali que estavam na fila do posto ou sofrendo algum tipo de violência e a falar. A gente começou a ver que elas começaram (...) como fala hoje, 'o empoderamento', mas naquele momento as mulheres começavam a ter voz e falar o que estava acontecendo (Entrevista: Bárbara Jandaia Nicodemos, 2007).

A afirmação de Bárbara: “começavam a ter voz”, - destacando que naquele período ainda não conheciam as terminologias gênero e empoderamento – demonstra que a experiência de pesquisa e, principalmente, o contato direto entre as mulheres, foram acontecimentos importantes em suas vidas, pois constituiu-se um momento de fortalecimento da sua condição de mulher que denunciava a esterilização em massa para políticos angariarem votos em campanhas eleitorais, e as condições precárias e desrespeitosas com que eram feitos os exames ginecológicos.

Em 28 de maio de 1990, concluiu-se a primeira etapa da pesquisa e o MPM remeteu ao Secretário de Estado de Saúde, Milton Miranda, um documento constando o mapeamento da pesquisa, sem resultados concretos. No ano seguinte, na mesma data, a segunda etapa foi concluída e o MPM protocolizou o resultado final à Carlos Ascenço que substituíra Milton Miranda. No documento entregue ao secretário constava uma pauta de reivindicações composta por dez (10) itens:

1. A implementação imediata do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), nos diversos serviços prestados pelo Estado à população;
2. Fiscalização por parte da Secretaria de Saúde Estadual aos municípios, no que tange ao atendimento e ao programa;
3. Garantir a efetiva participação do Movimento Popular de Mulheres na fiscalização e acompanhamento do PAISM;
4. Que o Estado, através da Secretaria de Saúde, inicie uma campanha massiva de esclarecimento e informação às mulheres sobre o PAISM e sua forma de atendimento, através de cartazes, panfletos,

- propaganda na televisão em horários nobres;
5. Implantação do programa de capacitação de todos os profissionais na Rede de Saúde Pública, tendo em vista as atividades de assistência à concepção e ao melhor atendimento da mulher quanto às questões biológica, psicológica e social;
 6. Que os cursos, debates e palestras aos profissionais na área tenham a participação e colaboração do Movimento de Mulheres;
 7. Nos locais onde não há postos de saúde, como nos assentamentos na área rural, que seja designada uma equipe de unidade volante de no mínimo uma vez por mês;
 8. Que seja assegurado pelo Estado em toda a rede de saúde pública o acesso aos métodos contraceptivos reversíveis, não danosos, garantido as informações sobre o uso dos mesmos;
 9. Que seja instalada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para apurar a prática de esterelização em massa no nosso Estado;
 10. Que sejam criados instrumentos legais coibindo e punindo a prática da esterelização feminina (p. 731-732)

No mesmo dia, as lideranças do Movimento estiveram reunidas com os deputados estaduais José Orcírio Miranda dos Santos (PT), Waldemir Moka (PMDB), Humberto Teixeira (PRN) e Franklin Marshua (PMDB), que firmaram compromisso de exigir providências da Comissão de Saúde para averiguar as denúncias²³.

Tomando por base os dados da pesquisa e a exigência da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o MPM apenas conseguiu a formação de uma Comissão Estadual de Saúde que, segundo Bárbara Nicodemos (2007, p. 25), nunca mostrou resultados concretos, apesar de o secretário Carlos Ascenço ter assumido o compromisso em fazer gestões junto ao governador, Pedro Pedrossian, para o atendimento das reivindicações²⁴.

Diante dessa situação de descaso, o Movimento – durante dois anos consecutivos de *luta* – voltou sua atenção às reivindicações e mobilizações, objetivando incentivar um processo de conscientização da população sobre a Saúde da Mulher, dando assim visibilidade ao dia 28 (vinte e oito) de maio – Dia de Ação pela Saúde da Mulher.

[...] a questão da violência a questão da alfabetização de mulheres, a questão da saúde da mulher, eu creio que foi os três eixos mais fortes dentro do movimento e nós levamos muitos anos discutindo isso (...) você pega os materiais do movimento você vê que o encontro tal discutiu isso, e você vai ver o encontro seguinte também discutiu. Mostra toda essa trajetória do movimento onde a gente tentava se organizar (...) onde a gente tentava com que essas mulheres entendesse o quê que tava

23 Jornal Diário da Serra, 29 de maio de 1991. Matéria intitulada "Esterelização já atinge 61% das mulheres" Arquivo do Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares-CEDAMPO

24 Jornal Correio do Estado, em 02 de junho de 1991. Matéria intitulada "Saúde terá representante do MPM". Arquivo do Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares-CEDAMPO

acontecendo (...) isso acho muito legal e diferente no movimento [...] (Entrevista: Bárbara Nicodemos, 2007).

A pauta de reivindicações do Movimento era traçada e definida de um encontro anual para o outro, organizada a partir de eventos e/ou datas significativas – 8 de março (Dia Internacional da Mulher), 28 de maio (Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher), 25 de novembro (Dia Internacional de Combate à Violência), 01 de dezembro (Dia Mundial de Combate à AIDS), dentre outros, além das especificidades como a saúde da mulher, educação (erradicação do analfabetismo), ou política, como a participação efetiva na discussão da Constituinte Estadual e na coleta de assinaturas para a elaboração da Constituição de 1988. Esses encontros anuais permitiam uma visão da luta mais específica, problematizando a condição da mulher sul-mato-grossense, além de tornar visíveis as demandas e ações.

Um outro momento importante na trajetória do MPM aparece gravado em DVD²⁵, no dia 08 (oito) de março de 1989. Quase duas mil mulheres saíram às ruas de Campo Grande, em passeata que marcou o início das manifestações das mulheres no Mato Grosso do Sul. Participaram, dessa mobilização, mulheres da cidade e do campo, que se uniram para dar visibilidade às suas *lutas* “como registra a poesia da Bel, assistente social da diocese de Três Lagoas, da equipe de agentes de pastoral social, que trabalhavam na organização popular daquela região”(NICODEMOS, 2007, p 25).

Na manhã do dia 8 de março as mulheres se reuniram pra fazer uma viagem de Três Lagoas partiram.

Em frente à casa das Irmãs estava o ônibus esperando alegres, umas corriam e outras, chegavam cantando.

O ônibus pôs-se a rodar e as mulheres a cantar, mas logo, logo, alguém gritou: Ir. Zélia, vamos rezar! Em Água Clara paramos, pra tomar um fresquinho, mas estávamos preocupadas pra ninguém ficar no caminho.

O ônibus continuou, em Campo Grande chegou, e na Praça Ari Coelho o mulhero se ajuntou.

Várias cidades se uniram nesta manifestação. E as agricultoras cantavam VIVA, VIVA, A MULHER DESTA NAÇÃO.

Caarapó veio na frente, logo mais veio Jardim que na organização pediu ajuda do SIM²⁶.

²⁵ Esse DVD foi reproduzido de VHS, feito por Bárbara Nicodemos e cedido, a título de empréstimo, para a elaboração desta pesquisa.

²⁶ Serviço de Informação Mulher

O ônibus que se quebrou chegou um pouco atrasado, mas dava gosto de ver, as mulheres de Dourados. Rio Brilhante, Deodapólis, Padroeira do Brasil, Monjolinho, Camapuã, terra de gente gentil (Informativo da Mulher, nº. 03, 1989)

Essa manifestação contou com a presença da Deputada Federal Irma Passoni (PT), e a grande discussão do momento era a eleição presidencial. Após 1988, no Brasil, outro cenário de redefinições políticas: eleição direta para escolha do presidente da república. A disputa se deu entre Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PMN). Este último ganhou o pleito.

De 1989 a 1990, o país vive, segundo Martuscelli “[...] a primeira experiência de implementação das chamadas ‘reformas orientadas para o âmbito do mercado’, no âmbito do poder federal, [...] somente a partir da eleição de Collor em 1989” (2005, p. 9). Obviamente que esta afirmação não caracteriza que o Brasil, ou que a sociedade brasileira, não vivenciava propostas neoliberais antes dessa época.

Partindo do pressuposto que a lógica neoliberal defende uma minoria, atendendo aos seus interesses de forma integral – privatizações, favorecimento ao capital bancário, abertura ao capital internacional, dentre outros –, restringindo direitos, como estabilidade do servidor público, reduzindo empregos formais e precarizando as condições de vida da população trabalhadora, é que o MPM – Comissão Estadual de Mulheres – expõe sua indignação:

A violência volta em cena com os extermínios de menores, violência contra a mulher e assassinatos no campo. Tudo isso é consequência da política adotada pelo Governo Collor, na implantação do neoliberalismo, onde seu alvo de fato seja a miserabilidade das classes populares²⁷.

Durante muito tempo as militantes do MPM desenvolveram atividades que giravam em torno de necessidades relacionadas às comunidades onde moravam: fiscalizavam postos de saúde, reivindicavam creches, faziam trabalhos manuais, discutiam materiais que seriam produzidos pelos grupos.

Quando as militantes resolveram sediar o I Encontro Nacional do Setorial de Mulheres organizado pela Central de Movimentos Populares, em 1995, na Escola Hercules Maymone, em Campo Grande, o MPM utilizou o título “Desatando os Nós” e nesse

27 Matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, página 02. Não consta a data da publicação e o recorte estava anexado ao relatório de prestação de contas e avaliação do projeto de formação de lideranças da Comissão Estadual de Mulheres: REF: 212-35/90-1, encaminhado à Campanha Episcopal da Quaresma Holandesa, em 1991.

encontro e a partir dele, resolveu aprofundar as discussões mais teóricas, principalmente aquelas relativas às relações de gênero, além da aproximação com os grupos feministas (GOMES, 1997, p. 04).

Esta fotografia²⁸ registra as (os) militantes de Mato Grosso do Sul e revela o momento da abertura do Setorial, quando os Estados participantes se apresentavam. Ao fundo é possível observar uma bandeira com as iniciais CMP – Central de Movimentos Populares. A bandeira era da cor lilás como se, simbolicamente, representasse a participação das mulheres.(Foto 02)



Foto 02 - Apresentação da delegação de Mato Grosso do Sul, na abertura do Encontro Nacional do Setorial de Mulheres, 1995.

5. O “Clã” Lilás formado e consolidado entre ambigüidades, desafios e perspectivas.

O MPM se organizou, no primeiro momento, pautado na troca de experiências para a superação do isolamento social e econômico percebido por uma determinada classe social de mulheres: lavadeiras, domésticas, artesãs, dentre outras. No segundo momento, sentiu-se a necessidade de maior articulação entre os grupos, para que as demandas defendidas e reivindicadas por estes, transformassem em ações para conquistas conjuntas. Antes disso, se identificava como uma organização laica, autônoma, com base social nas comunidades mais carentes de algumas cidades do Estado.

Com uma articulação de, aproximadamente, 200 (duzentos) grupos de mulheres

²⁸ Registrada por Celso Amaral, fotógrafo em São Bernardo do Campo-SP

distribuídos entre os bairros de Campo Grande, e em 22 (vinte e dois) municípios do Estado, o MPM organizou suas lutas com outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), além de organizações não governamentais, organizações de apoios aos movimentos, como o Serviço de Informação Mulher (SIM), e a Central de Movimentos Populares (CMP).

A atuação do MPM teve reflexos substanciais na elaboração de ações afirmativas, em toda a década de 1990. Isso se resume na ampliação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em quase todo o Estado; na implantação de Coordenadorias de Políticas Públicas para a Mulher, na esfera governamental (Estado e Município); na alfabetização, através do projeto PALMAS, de, aproximadamente, 2.000 (duas mil) mulheres (1996-2000), em 11 (onze) municípios; na implantação e funcionamento de Centros de Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência em diversos municípios; Casas Abrigos, na Capital do Estado e no município de Dourados; implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). O Projeto Cidadania (1999) qualificou profissionalmente, através de 56 (cinquenta e seis) cursos, 1.090 (mil e noventa) mulheres²⁹.

O Movimento Popular de Mulheres também trouxe à luz das discussões a questão do analfabetismo que atingia as mulheres do Mato Grosso do Sul. Entre tantas propostas para a atuação do Movimento no Estado foi definida, no 10º Encontro Estadual (1994), a necessidade de elaboração de um projeto, numa perspectiva de educação popular que diminuísse o grande número de analfabetas, detectadas por pesquisas realizadas pelo próprio Movimento, além de outros órgãos de informação e pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Projeto PALMAS³⁰ – Programa de Alfabetização de Mulheres Adultas – surge como uma ação efetiva para reverter um dado concreto: a ausência de políticas voltada para a educação das mulheres com faixa etária acima de 35 (trinta e cinco) anos.

Durante o ano de 1996 a atividade prioritária do MPM vai girar em torno da discussão e da implantação do Projeto PALMAS de Alfabetização de Mulheres Adultas. Ao se falar sobre o MPM é necessário ressaltar que um de seus papéis mais importantes é o de dar voz às mulheres das camadas menos favorecidas da população, segmento este que tem em geral maior

²⁹ Relatório de atividades, em 27 de abril de 2001.

³⁰ O PALMAS será melhor analisado no próximo capítulo.

dificuldade de fazer ouvir, no que tange a seus direitos (GOMES, 1997, p. 05).

Entretanto, para que esse projeto – e todos os outros, a exemplo, a Campanha, *Violência: tô de olho em você* – pudesse tomar corpo, o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul foi obrigado a constituir uma Associação, que respondesse juridicamente pelo Movimento, para captar recursos financeiros que garantissem a efetivação das ações. Assim foi criada a Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul – AGM-MS³¹, composta por lideranças dos municípios de Fátima do Sul, Campo Grande, Três Lagoas, Rio Brilhante, Aquidauana, Mundo Novo, Dourados, Corumbá, que tinham grupos populares e organizados de mulheres.

O Movimento Popular de Mulheres, já na pessoa jurídica da Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul, articulava politicamente com governos, em âmbito municipal e estadual, para estabelecer parcerias que pudessem financiar os projetos. Também estabelecia parcerias com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Educação, Missão Urbana e Rural – MUR, Central de Apoio aos Movimentos Populares – CEDAMPO, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A fundação de uma pessoa jurídica, pelo Movimento, apresenta-se como necessária para captar recursos para operacionalizar suas agendas. Com este ato deixa de ser movimento popular porque se apóiam em instituições? Tornou-se Organização Não Governamental porque necessitavam de recursos para financiar os projetos? Para Gohn

[...] os movimentos não são simples idéias ou entes fantasmas. Eles têm uma concretude, e para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação se apóia em instituições e em organizações da sociedade civil e política. Muitas vezes a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que ele deixa de ser movimento e se transforma numa organização (GOHN, 2000, p. 254).

Quando Gohn analisa os movimentos sociais está fazendo uma discussão sobre aqueles formados nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, que tem uma história consolidada de movimentos sociais, populares. Entretanto, algumas características dos movimentos analisados por Gohn são encontradas

31 Ata de Fundação da AGM/MS, em 28 de dezembro de 1995 e Registro de Documentos Particulares (Estatuto): Livro A-29, nº. 12.289, em 09 de janeiro de 1996.

no MPM, principalmente porque este teve como referência a experiência de mulheres vindas de regiões como o estado de São Paulo.

Em suma, o Movimento Popular de Mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul teve como papel relevante *ouvir as mulheres* - esse era o princípio do *empoderamento* feminino quando iniciaram sua organização - principalmente aquelas discriminadas, resumindo sua atuação na voz de Aparecida Gonçalves:

A construção da cidadania das mulheres sul-mato-grossenses tem sido pautada por lutas, conquistas e derrotas, mas principalmente pela resistência meiga e suave que permeia nosso estilo feminino de fazer política.³²

Essa “resistência meiga” proporcionou às mulheres a oportunidade de ler o mundo, através da participação política revelada na carta de Enereilda Gomes de Oliveira, anexada à solicitação de ajuda financeira, para os projetos do MPM, enviada ao Departamento na América Latina da Misereor. Entretanto, não pressupõe uma radicalidade da divisão do poder. Não traz os elementos da transformação das relações sociais pré-estabelecidas.

Eu, Enereilda Gomes de Oliveira, quero falar um pouco da importância do M.P.M. Na minha vida.

[...]. Dentro de mim sempre houve uma angústia, de algo que me faltava, eu não sabia o que, sentia; era a necessidade de ter gente ao meu redor, ver gente, sair da Rotina. [...]. Neste tempo [...] conheci a Cida a Bárbara a Dita a Amália a lilia elas fazendo trabalhos de base levando cursos, ensinando as mulheres da Periferia que elas eram gente, eram capaz [...] entrei já na hora de um trabalho para o 8 de março depois um encontro em Dourados, a minha 1ª viagem. [...] As nossas mulheres podem levar seus filhos, e isso foi fazendo que eu me apaixonasse cada vez mais por esse movimento, cresci, conheci pessoas, viajei, aprendi que o povo tem vez e voz, em 96 surgiu o Projeto Palmas. Aliás, começou³³.

Tiveram oportunidades que se ampliaram, qualitativamente, ao ter acesso a um fazer educativo alicerçado no ato de escrever e ler palavras, por meio do Projeto Palmas. Realizou sonhos de algumas; proporcionou um sentimento de certezas afetivas que impulsionou o engajamento dessas mulheres tornando-as condutoras de suas vidas. Para Leyde Pedroso o Movimento Popular de Mulheres,

Quer seja denunciando mecanismos opressores ou ensinando a reagir a

³² Editorial escrito no Boletim Informativo de setembro de 1996.

³³ Carta manuscrita por Enereilda. Transcrita tal qual consta do documento, exceto as interrupções feitas para utilizar os trechos mais importantes desta.

eles, o Movimento Popular de Mulheres se constituiu em um espaço onde os confrontos, as trocas e reflexões favoreceram novos saberes, valores e comportamentos, que por sua vez ordenaram ações transformadoras e novas práticas sociais.

E as militantes e dirigentes do Movimento Popular de Mulheres foram estrelas guias de um novo alvorecer. Semearam sonhos, plantaram esperança e fizeram com que muitas mulheres sul-mato-grossenses, aquelas, bem simples, do povo, sem eira nem beira, mas cheias de dignidade, colhessem cidadania e liberdade (PEDROSO, 2008, p. 43)

Aqui observamos um sentido de *representação coletiva*, trabalhado em Chartier (2002, p. 73), ao afirmar que “[...] a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade”. Esses grupos descritos por Chartier, como o de mulheres no Mato Grosso do Sul, tiveram práticas coletivas que definiam uma identidade social; simbolicamente marcavam posições: “resistência meiga” e o “jeito feminino de fazer política”, sublinhavam a existência desse grupo. Estas posições significam que mulheres se empenharam numa prática cidadã: sensibilizaram, endureceram quando necessário, educaram e, de uma certa forma contribuíram ou influenciaram para mudança de mentalidades. Suas vozes e suas presenças exibiram simplicidades, mas também geraram conflitos.

Por outro lado, essa “resistência meiga” e “jeito feminino de fazer política” ainda encontra eco na “dependência simbólica” defendida por Bourdieu, quando “Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até apagadas” (1999, p. 82). Para o autor esta forma das mulheres se identificarem, caracteriza um consentimento em relação às expectativas masculinas.

Considerando essas características e os objetivos do MPM, constata-se que este Movimento, naquele período, não apresentava ênfase no âmbito do feminismo e não desenvolvia reflexões pautadas no conceito de gênero, tais concepções, gradativamente, foram se transformando em um olhar mais atencioso. Seus objetivos estavam centrados nas reivindicações imediatas das mulheres, tais como: saúde, educação e combate a violência.

Por um lado, as mulheres caminhavam – de modo e intensidade diferentes umas das outras – para uma ampliação do campo de atuação acompanhada por um processo de conscientização, como bem destaca Aparecida Gonçalves - a liderança mais evidente do Movimento – ao dizer que sua percepção do feminismo iniciou-se em 1986 ou 1987 como relembra

Em 86 a gente começa ter um outro patamar. Em 87 já chega a Jacy, a Regina Arakaki e então você vai ganhar o patamar de níveis intelectuais, feminista. Então o movimento começa a ter um fundo mais feminista. É

quando a Jacy me dá um monte de livros feministas pra eu ler. Então é quando eu começo a perceber que meu cunho era muito mais feminista do que a Teologia da Libertação, qualquer outra coisa. Minha linha era muito mais no campo do feminismo. Então acho que esse foi o início do movimento. E o movimento se constitui pela grande força do encontro, então os grupos de mulheres voltam se reúnem, (...) então nós vamos ter a pesquisa por exemplo sobre a questão da saúde, aí a gente vai ter, em 89, já por consequência de todo o processo dos encontros, a primeira grande passeata [...] (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2008)

Do mesmo modo, o MPM caminhava para a consolidação da formação teórica sobre as relações de gênero acompanhando um processo mais amplo, que foi melhor definida no XI Encontro Estadual, conforme consta do pré-projeto, de 17 de setembro de 1996. O Encontro teve como tema “Elogio às bruxas”. Para o MPM

[...] o tema é uma forma de resgatar os doze anos de luta e história do Movimento Popular no Estado, assim como integrar o que é o *Novo* e o *Velho*, passando por uma avaliação e reflexão da nossa prática (1996, p. 02)

A terminologia “gênero” - utilizada pelos movimentos feministas - surge de uma vontade que vai além de tornar a mulher um ser visível socialmente, mas, principalmente, entender a mulher enquanto sujeito com uma identidade sócio-histórica. Existe a necessidade de construir um novo modo de interação entre homens e mulheres no qual, as diferenças não se constituam na predominância do masculino sobre o feminino – e vice versa - e “a verdadeira igualdade signifique a aceitação das diferenças sem hierarquias” (OLIVEIRA, 1991).

Para Guaraciara B. Leal e Andréia Monteiro, gênero é incorporado como substituto da palavra sexo, especificamente quando se tratar da opressão do sexo feminino, considerando a opressão, “maior ou menor, de acordo com a raça e a classe social a que a mulher pertença” (1998, p. 34).

Portanto, vários elementos, inter-relacionados, constituem o corpo da terminologia gênero: “[...] símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas (e com frequência, contraditórias)” (SCOTT, 1995, p.86) como, por exemplo, Maria e Eva – símbolo de pureza e impureza, respectivamente. Outro elemento são os conceitos normativos “[...] que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p. 86) podendo utilizar, para exemplificá-lo, a palavra “virilidade” sempre associada ao masculino e a “feminilidade” ao feminino, ou seja, dentro das normas sociais um homem jamais deveria

ter um comportamento mais dócil, mais emotivo e uma mulher não poderia ter qualidades e ou posturas consideradas masculinas.

A maioria destes *conceitos normativos* encontra-se expresso nos dogmas institucionais - sejam eles religiosos, políticos, educativos etc. – e, “[...] tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e feminino” (SCOTT, 1995, p. 86), através da rejeição ou repressão, pois o exercício da cidadania está amarrado aos (pré) conceitos dos papéis sexuais, do que é masculino e feminino, do que é normal e anormal, do que é puro e impuro.

Enfim, o MPM estava marcado por ambigüidades, desafios e perspectivas que foram se originando ações específicas nos campos: educação, saúde, violência, temas a serem desenvolvidos no próximo capítulo.

[...]

*São muito estranhas as Bruxas,
Com a mesma habilidade que manuseiam livros codificados,
o fazem com panelas e vassouras...
São aventureiras e criam raízes, dançam rock,
valsa e polka, danças sagradas, e inventam o que precisa ser inventado.*

Interessante essa gente, essas Bruxas.

*Se obrigam tarefas, de evoluir, de amar e dividir...
falam de desapego em plena metrópole, em
meio as tecnologias. Mexem com ervas e chás, são primitivas e avançadas.
Amam em esteiras e em grandes suites, desde que estejam felizes,
pois ser feliz é sempre a única condição dessa gente estranha.
É gente que compra briga pela criança abandonada,
pelo velho carente pelo homem miserável, pela falta de respeito humano...*

[...]

(Graça Lúcia Azevedo)

CAPÍTULO II

VIRANDO O CALDEIRÃO “entornando encanto na magia de ser mulher”

Em princípio, o MPM trazia, para seus encontros, os rituais utilizados pelas Comunidades Eclesiais de Base. Desenvolvia um processo no qual as participantes vivenciavam uma motivação para *luta* cotidiana. Entretanto, o Movimento, ao começar explorar a história das mulheres na Idade Média, as heresias, as bruxas, a medicina alternativa, as flores, recria ou reinventa a sua forma de interagir com outras mulheres e homens, explorando o campo da afetividade.

Exploravam o tema evidenciando o poder que as mulheres tinham no período medieval e o quanto as atitudes dessas eram contrárias a cultura vigente. Nos encontros, organizavam pequenas peças teatrais para que o assunto fosse melhor assimilado, haja vista os diferentes níveis de formação das militantes. Participavam dos encontros mulheres que não tiveram oportunidade de ler e escrever e aquelas que já tinham quebrado as barreiras da academia. A mística para o MPM foi, portanto, um instrumento de mobilização e entusiasmo, como mostra esta fotografia num dos inúmeros encontros. Este momento revela descontração, mas também, demonstra a união e afetividade (Foto 3).



Foto 03 - Curso de Formação das monitoras do PALMAS, em 1998, na Comunidade Católica dos Vicentinos, em Campo Grande.

Os abraços reforçam a união do grupo. Este encontro aconteceu na sede da Congregação Católicos Vicentinos, em 1998, em Campo Grande. Provavelmente³⁴ foi o segundo ano de treinamento das monitoras/militantes do projeto PALMAS. Novamente a dificuldade em precisar o período das imagens e de outros documentos, pois os mesmos não estão catalogados. Importante observar as mulheres em círculo, a bandeira do Movimento ao centro evidencia, simbolicamente, que todas estavam em torno de algo que era comum, primeiro o Movimento, depois o projeto. Pois sem o primeiro o segundo certamente não teria êxito.

Para Leonardo Boff (1999, p. 24), a mística, no sentido sóciopolítico, compreende um “conjunto de convicções profundas” capazes de apaixonar e mobilizar grupos sociais para o enfrentamento de dificuldades ou a “sustentação das esperanças face aos fracassos históricos”. No caso do MPM, esse fracasso histórico pressupõe a submissão feminina, seguida da projeção entusiasmada de uma nova realidade para as mulheres sul-mato-grossenses.

As mulheres do MPM reconhecem os “fracassos históricos” como uma discriminação biológica relativa a diversas características: aparência, idade, violência, desemprego, a não qualificação e reconhecem que

Temos que virar o caldeirão das injustiças sociais. Temos que mudar a realidade, o jeito de conquistar. Não individual, coletivo. Redescobrir a reelaboração de políticas públicas. Sermos capazes de sonhar e realizar (relatório do XIV Encontro Estadual, p.02)

A mística, nascida da necessidade de transformar as relações sociais, é adotada pelo MPM como um dos processos de identificação do grupo. Ela, para o Movimento, é uma forma de celebração, reconhecimento e valorização das (os) participantes e dos esforços conjuntos para a construção de uma sociedade mais igualitária. A mística está para o MPM, segundo Gohn

[...] como dimensão essencial da vida humana. Comporta elementos relativos ao tema da subjetividade, na medida em que trata de aspectos relacionados às emoções das pessoas e à sua forma de posicionar na construção atual de seu próprio futuro. (GOHN, 2003, p. 116-117)

³⁴ Os documentos do MPM retratam o ano de 1996, como o primeiro das capacitações pois este foi ano do início do projeto PALMAS e se estenderia até 1997, numa parceria com o Governo do Estado. Portanto, supõe-se que 1998, foi o ano da segunda fase do projeto de alfabetização.

Para apresentar a dimensão das ações coletivas que mulheres foram capazes de produzir nos diversos municípios - não sendo possível ampliar esta discussão e apresentar todos os grupos que compunham o Movimento -, a cidade de Dourados será, nesta análise, uma amostra do posicionamento de militantes que ousaram desafiar governantes, tráfico de mulheres e a violência.

1. “Pirlim pim pim” em Dourados.

Retomando a formação do MPM no Estado, seu surgimento no seio da Pastoral Social, em Três Lagoas, e o contato entre as freiras da Igreja Católica que articulavam as Pastorais nos diversos municípios, chega-se a Dourados³⁵. A escolha deste município, diante de outros onde se encontravam grupos organizados de mulheres, foi motivada pela existência do Movimento Popular de Mulheres ainda em 2009. Talvez o único que mantém algumas características da formação da década de 1990, procura mobilizar as mulheres, realizar manifestações contra o tráfico de mulheres para o exterior, ainda sai às ruas para lembrar o 08 de março, além de participar, ativamente, de conselhos municipais como os de: Mulheres, Idosos, Saúde, dentre outros.

Nesse município a articulação era feita pela Pastoral da Saúde que, em 16 de outubro de 1982, organizaram um encontro no qual o público alvo eram mulheres e a pauta do evento recaía sobre a questão do alto custo de vida, principalmente das famílias mais pobres, nestas somente o marido trabalhava. A intenção do encontro – apesar do tema ser *Saúde em primeiro lugar*- não era a projeção da mulher nos espaços públicos, ou na defesa de seus direitos, mas a sua contribuição nas despesas de casa e na produção de medicina alternativa para toda a família, conforme anotações, da época, de Maria Aparecida Palmeira, participante do encontro.

[...] há família que só o pai trabalha, ganha pouco, salário baixo [...] então foi por esse motivo que nós escolhemos as mulheres prá falar desse assunto. Somos nós que ouvimos e somos nós que passamos o dia inteiro em casa cuidados da alimentação, da casa enfim tudo. Somos nós que trabalhamos fora e chegamos em casa vamos fazer comida, lavar roupa etc. Somos nós a quem o esposo chega pedindo tudo [...] se nós mulheres não ajudarmos nossos maridos nessa tarefa a coisa fica preta. Não sobra pra comer bem, nem comprar calçados, nem roupas. Por isso nós temos

³⁵ Segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul; localizada geograficamente no centro-sul com uma área territorial de 4.086 (km²) e uma população atual de 181.869. Fonte: IBGE - Censo 2007.

que arregaçar as mangas e ir a luta³⁶.

A frase "temos que arregaçar as mangas e ir à luta" é, ao mesmo tempo, revolucionária e submissa. Nenhuma delas identifica o empoderamento feminino nos moldes atuais, quando feministas discutem o poder ideológico e hegemônico; discutem a modificação do poder, das formas de pensamento, de comportamento, de valores. Entretanto, a frase aparenta surtir efeito, pelo menos contestatório, quando se trata de mudar o curso da situação ou da condição de vida, mesmo que para isso as mulheres precisassem trabalhar dobrado.

A transcrição acima supõe ser a fala da mediadora da reunião, copiada por Maria Aparecida Palmeira. A orientação recebida pelas mulheres que participavam do encontro era no sentido de "ajudar o marido". Não havia emancipação. As próprias mulheres não compreendiam o trabalho como divisão de responsabilidades, de tarefas com valores comuns. Não percebiam que tanto as atividades desenvolvidas por mulheres quanto por homens, eram importantes para a família.

A frase "temos que arregaçar as mangas" reflete o modo de submissão quando são orientadas a fazer receitas de soro caseiro, temperos; como fazer hortas medicinais, além da orientação para que a mulher costurasse a roupa da família importando na redução das despesas com vestimentas. Obviamente que se deve levar em consideração o período do evento e a participação efetiva da Igreja Católica - que ainda hoje reforça uma submissão feminina. As reflexões eram direcionadas ao sentido de que essas famílias tivessem um mínimo de condições sem grandes custos, a partir da contribuição das mulheres. Ou seja, era o homem, chefe de família que estava em evidência, ele era o provedor e o principal responsável pela reprodução familiar, o foco central do auxílio.

Essas atividades voltadas à "socialização" feminina continuam ocorrendo atualmente, nos bairros, através dos clubes de mães e associações de moradores, nos cursos de qualificação profissional promovidos por entidades governamentais e não governamentais, que reproduzem a continuidade das tarefas do lar. Reforçam um processo de socialização no qual às mulheres cabem atividades ditas femininas. Novamente debruçando sobre as reflexões de Bourdieu, é possível concordar com o autor, ao considerar que as instituições: família, igreja e escola são responsáveis pela "reprodução da divisão dos gêneros" e o Estado surge para

³⁶ Anotações manuscritas feitas por Maria Aparecida Palmeira, do seu arquivo pessoal.

[...] ratificar e reforçar as prescrições do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência cotidiana da unidade doméstica (BOURDIEU, 1999, p. 105)

A orientação católica está presente neste contexto – o olhar da mulher é direcionado pelos princípios religiosos. O bem comum, a “conscientização dos oprimidos” – termo utilizado pela Teologia da Libertação – é conduzido de forma ampla, ou seja, para a Teologia da Libertação, as pessoas, ao serem “educadas” a partir das experiências de vida, se apropriariam de instrumentos adequados para se libertarem,

A libertação significa um processo histórico-social que pressupõe a conscientização dos primeiros interessados na libertação, que são os oprimidos, sua organização, a elaboração de uma nova utopia que se traduz num projeto de uma sociedade mais democrática (BOFF; ARRUDA, 1994, p. 1).

No entanto, não discute a libertação da mulher oprimida, cuja liberdade envolveria o seu corpo, suas escolhas e a tomada de decisão. Discute as formas de participação popular, mas não gera instrumentos alternativos para alterar as relações sociais.

A constatação da existência de uma distância entre o que as mulheres, militantes do Movimento, queriam e o que a Igreja poderia oferecer, incentivou a percepção de que uma organização distante do controle da Igreja seria caminho natural para aquilo que almejavam.

E, em Dourados, e a partir do 1º Encontro Estadual de Mulheres, em 1985 - via Pastoral Social –, as participantes (freiras e leigas) sentiram a necessidade de conquistar seu próprio espaço, para além da instituição igreja. Começam a perceber que os direitos das mulheres extrapolavam a contribuição familiar, o cuidado doméstico e a religião. Havia uma realidade diferente do determinismo religioso. As mulheres começavam a pensar sobre a possibilidade de uma organização mais política, com uma tônica principal: a preocupação com a conquista e garantia de direitos. Maria Aparecida Palmeira nos permite uma viagem de volta ao ano de 1987.

Vou voltar nesse momento há 20 anos atrás, 1987. Foi quando eu fui convidada pela primeira vez, pela freira na época, a Odete, irmã Odete e também irmã Olga me convidaram para participar do Movimento Popular de Mulheres, que até então pra mim era muito estranho, pensava que o movimento era pra bater no marido e nessa época eu tava sozinha, solteira, na verdade viúva, né? E fui participar desse movimento (...) dessas reuniões do movimento (...) e aí lá eu vi que a realidade era outra, que a gente tinha muitos direito garantido, mas não tava sendo colocado

em prática. Discutimos o PAISM³⁷ que era o programa de saúde integral da mulher e como eu trabalhava como auxiliar de enfermagem veio a calhar também esse projeto que também me interessou bastante [...] (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008).

Em 1984, o Ministério da Saúde, ao atender às reivindicações do Movimento de Mulheres, elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando, sobretudo, uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo. O PAISM incorporou como princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção, num período em que, paralelamente, no âmbito do Movimento Sanitário, se concebia o arcabouço conceitual que embasaria a formulação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Este Programa incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, de tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres (Site Ministério da Saúde/Saúde da Mulher, 2008)

Em 17 de julho de 1988, Dourados sediou o 4º Encontro Estadual, no Instituto Pastoral de Dourados – IPAD, na Vila São Pedro, e contou com a presença de aproximadamente 200 mulheres. No evento foram apresentadas diversas propostas de organização das mulheres nos municípios e uma, no âmbito estadual, que tivesse peso político. Decidiu-se então, que no dia 8 de março de 1989 os grupos dos diversos municípios se encontrariam em Campo Grande para uma grande manifestação em praça pública e para levarem uma mensagem a todas as mulheres que lá estivessem.

A mensagem era evidenciar a escassa discussão sobre a condição de vida das mulheres sul-mato-grossenses, tanto por governos, nos três níveis, quanto por partidos políticos e sindicatos. As mulheres eram “descaradamente”, colocadas em segundo plano. Essa situação se refletia nos dizeres dos cartazes levados por municípios como Selvíria, Jardim, Três Lagoas, Dourados, Rio Brillhante, Pedro Gomes, Angélica, Camapuã, Bodoquena, Corumbá, Novo Horizonte, Nova Alvorada, Paranaíba, Campo Grande e o Assentamento Santo Inácio.

37 Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

“A mulher dos nossos bairros tá vivendo sufocada, pois os grandes estão mandando e a mulher é explorada”.

“A mulher organizada jamais será pisada”

Estas frases definem o momento de “entornar o caldeirão”, quando então, essas mulheres passaram a sentir as injustiças e perceberam se tratar de um momento propício para se tornarem orgânicas. Desejavam ser ouvidas e sair da invisibilidade, enquanto sujeito de transformação social, com interesses individuais e coletivos, portanto, lutar por direitos era uma história específica a ser contada. Sobre essa “invisibilidade feminina” Schumacher (2000, p. 10) aponta:

A história das mulheres é uma história recente e que se ressentem de um passado mal contado. Afinal não se pode esquecer ou banalizar o esforço individual e coletivo de milhares de brasileiras, que inconformadas com sua condição, se rebelaram contra a situação estabelecida [...].

Em Dourados, as mulheres se organizavam em vários bairros, em grupos que foram classificados por uma das lideranças do Movimento Popular de Mulheres de Dourados, Zandira Luvison, freira católica, como: “duas partes ou classes”.

Uma parte delas são pobres, moram em casebres ou barracos [...] não tem iniciativas, não buscam alternativas [...]. Muitas dessas mulheres sofrem violência física de seus companheiros [...]. a maioria são analfabetas e acham que está bem assim. A outra parte [...] moram em casa própria ou casas populares. [...]. Este segundo grupo está tendo uma visão mais crítica da realidade.³⁸

À solicitação para descrever sobre qual o passo importante dado pelas mulheres, ao participarem do Movimento, e o que este proporcionou às componentes dos grupos, Maria Aparecida Palmeira responde:

[...] as mulheres cresceram enquanto mulheres, enquanto cidadãs. Se desenvolveu aí mulheres na política (...) as que não se projetaram politicamente mas elas procuraram assim dar uma melhor qualidade de vida pra elas porque elas começaram a ver que ela não precisava apanhar mais do marido, que ela podia estudar, que ela podia ir trabalhar, [...]. Então eu acho que [...] abriu a cabeça dessas mulheres (...) eu acho que é essa a palavra (...) abriu a cabeça dessas mulheres pra que ela pudesse assim engajar numa luta orientar seus filhas, suas vizinhas e as pessoas que rodeava (...) foi uma projeção sim (...) a gente também tá podendo politicamente cobrar os nossos direitos e saber onde eles estão, quem está

38 “Perfil da mulher do meio popular em Dourados”, assinado por Zandira Luvison, sem data, e encaminhado para a Associação de Grupo de Mulheres de Mato Grosso do Sul. Encontrada em meio aos arquivos do MPM.

sentado em cima, quem não põe eles pra funcionar (...) a gente já sabe escolher em quem a gente vai votar, porque antes a gente votava em quem o marido dissesse, em quem o pai mandasse, em quem o patrão mandava. Hoje não! a gente já decide [...] em quem vai votar, quantos filhos você vai querer, aonde vai trabalhar, porque vai trabalhar, de estudar, de se formar (...) acho que foi um crescimento (...) não sei explicar com palavras um desenvolvimento desse (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008).

Percebe-se, pela entrevista de Maria Aparecida, que o processo de socialização de informações e capacitações direcionadas pelo MPM permitiu a mudança de mentalidade dessas mulheres, principalmente cultural.

Na mesma proporção, Zandira Luvison define quais eram as características dessas mulheres e como se sentiram após começaram a participar das atividades desenvolvidas pelo Movimento.

[...] se acompanhavam os marido nas reuniões, coisa assim, elas não falavam. Os maridos falavam mas elas não falavam. Eu penso que é uma cultura, uma cultura que a mulher não tinha espaço social, então elas dificilmente falavam, então começamos a fazer brincadeiras, fazer técnicas pra fazer elas falarem e começamos fazer também coisas prática pra chamar as mulher porque elas não tavam acostumadas a participar de reuniões, então começamos fazer coisas práticas, [...] sabão de vários tipos, detergente, varias coisas práticas pra elas terem gosto das coisas e junto com as coisas praticas a gente coloca uma teoria por exemplo o sabão pra que que ele serve (...) a utilidade como é que se usa e assim por diante, [...]. E assim foram crescendo. (Entrevista: Zandira Luvison, 2008).

Interessante observar que, entre esta entrevista e a anterior, um objetivo era comum: fazer as mulheres participarem dos processos sociais e ou políticos. Entretanto a fala de Maria Aparecida Palmeira direciona-se mais para a idéia de uma “mulher cidadã política”, com direito a fazer escolhas e ser multiplicadora do processo de conscientização feminina. Em contraposição, nas palavras de Zandira, as mulheres participavam de atividades mais relacionadas ao trabalho doméstico, como um continuísmo da disposição dos primeiros grupos organizados pela Igreja Católica, em Dourados, ou seja, é a tônica da religião que determina o papel feminino.

De 1991 a 1997, segundo alguns documentos do Movimento, Maria Aparecida Palmeira era a coordenadora do MPM no município. Este detalhe foi verificado, através de recorte do Jornal Diário do Povo, de 8 de março de 1995, em matéria intitulada: *Nã sessão especial, Movimento Feminino denuncia discriminação*, onde aparece a fotografia

de Maria Aparecida Palmeira com a seguinte inscrição: *Coordenadora fez um relato histórico das mulheres a partir de 8 de março de 1857*, nas anotações manuscritas sobre a formação de uma comissão para organizar uma pesquisa sobre violência doméstica, para a campanha "Violência: Tô de olho em você", em 01 de junho de 1997, onde consta o nome de Maria Aparecida Palmeira por Dourados; seu nome está registrado também na Ata nº 03, da assembléia Geral da Associação de Grupos de Mulheres-AGM-MS, com data de 26 de janeiro de 1997.

[...] e aí teve os primeiros encontros do MPM em Campo Grande e depois em 91 eu vim pra Dourados e aqui quem coordenava na época era a Denise que mora lá na Vila industrial. Denise tinha deixado o movimento por problemas de saúde e eu assumi. [...] e eu assumi essa coordenação até 1997 depois eu fui trabalhar em Maracajú e continuou aí uma outra pessoa a tocar o movimento (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008).

Essa “outra pessoa” mencionada por Maria Aparecida Palmeira, implicitamente, sugere ser a freira da Congregação São Jesus Xavier, Zandira Luvison. Segundo Luvison, ela iniciou o movimento, em 1990, quando veio para Dourados.

[...] eu vim pra cá em 1990. Chegando aqui eu comecei a trabalhar nos bairros com o Tetila³⁹, acompanhar o Tetila nos bairros de noite e eu percebia que as mulheres estavam muito isoladas, muito quietas, muito excluídas e daí então eu telefonei para minha superiora que eu queria trabalhar com as mulheres já que a nossa congregação tem uma prioridade específica para as mulheres [...] aí eu comecei a trabalhar então com as mulheres dos bairros e formamos vários grupos. Então entrei em contato com algumas mulheres aqui e formamos um grupo que seria então a comissão do movimento, a Nilda, a Nilma, a Luzia, a Cida, Cida Palmeiras [...] (Entrevista Zandira Luvison, 2008).

Observa-se, pelo relato das duas militantes, a existência de uma divergência entre as afirmações com relação as datas de organização do MPM, em Dourados, e sobre quem coordenou. Zandira afirma a formação do Movimento a partir da sua vinda para Dourados, seu trabalho nos bairros, portanto, início de 1990. Entretanto, os documentos do Movimento e as considerações de Maria Aparecida Palmeira revelam a organização do MPM, em Dourados, a partir do 4º Encontro Estadual (1988).

39 José Laerte Cecílio Tetila, geógrafo, professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foi eleito vereador, em 1992, por dois mandatos; em 1998 foi eleito Deputado Estadual. Foi prefeito de Dourados, pelo Partido dos Trabalhadores, gestões 2001-2004 e 2005-2008.

[...] aí aconteceu um encontro de mulheres, o 4º encontro de mulheres que aconteceu na Vila São Pedro. Eu não sei exatamente a data (...) que teve uma participação imensa das mulheres de Três Lagoas, acompanhadas da companheira Bel que era uma das coordenadoras do Estado, teve a presença da coordenação de Campo Grande⁴⁰, da estadual (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008).

Diante desta contradição, se faz necessário destacar que ao trabalhar com as fontes (oral e documental) é necessário se considerar recuos e/ou avanços no tempo, principalmente, em relação à entrevista que, segundo Verena Alberti (2005, p. 179) “[...] os temas são abordados conforme vão sendo suscitados pela conversa e não necessariamente em ordem cronológica”. Portanto, as divergências mencionadas revelam a visão das entrevistadas sobre os acontecimentos.

Os documentos, por sua vez, também revelam o momento de quem o escreveu, como interpretou as definições das reuniões para transcrevê-las. Importante destacar que vários documentos do MPM não eram datados. Algumas informações sobre as datas, somente foram possíveis com o cruzamento entre as fontes documentais: relatórios da coordenação, recortes de jornais locais, panfletos, cartilhas; fontes orais: entrevistas com as militantes; e imagéticas: fotografias das atividades do Movimento e vídeos utilizadas como recurso para a pesquisa.

Outra divergência na fala de Zandira Luvison - em relação ao que consta dos documentos do MPM - foi encontrada na matéria jornalística do Gazeta Popular, publicada em 06 de março de 1999, página 03, intitulada *Movimento utiliza a Tribuna da Câmara*.

O objetivo do Movimento, segundo irmã Jandira⁴¹, uma de suas fundadoras, é a formação da mulher em todos os níveis, classificando de caráter ecumênico a mobilização que cerca de 650 mulheres realizam durante todo o ano. Irmã Jandira informou também que a mulher douradense há cerca de três anos descobriu a importância de sua participação no movimento, já que registra-se um grande aumento de integrantes. (Grifo meu)

No primeiro grifo da entrevista acima - “uma de suas fundadoras” -, os arquivos demonstram a organização do Movimento a partir da Pastoral Social, em Três Lagoas e da Pastoral da Saúde, em Dourados entre os anos de 1984 e 1989; quanto à classificação (segundo grifo) “classificando de caráter ecumênico a mobilização”, é possível afirmar que

40 A coordenação estadual que ela se refere era Aparecida Gonçalves, Bárbara Nicodemos e a Isabel (Bel Prates)

41 O nome correto é Zandira.

o Movimento não teria esse “caráter ecumênico” nas suas manifestações. Primeiro porque não era um movimento universal e, segundo, porque não constituía um espaço de representantes das igrejas, ao contrário do que demonstra Zandira na entrevista.

Talvez o discurso de Zandira Luvison, no qual dimensiona o Movimento como ecumênico, se justifique pela sua formação religiosa que satisfaz a necessidade do interlocutor do grupo se definir, através de uma ação simbólica, como ocupante de uma determinada posição que, segundo Bourdieu,

Na medida em que os interesses religiosos [...] têm por princípio a necessidade de justificar a existência numa dada posição social, eles são diretamente determinados pela situação social. Logo, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer a demanda religiosa de um grupo e, portanto, de exercer sobre ele sua ação propriamente simbólica de mobilização, é aquela que lhe forme um (quase) sistema de justificativas de existir enquanto ocupante de uma posição social determinada. (BOURDIEU, 1998, p. 86).

Neste caso, especificamente, o Movimento é visto com os olhos da Igreja, portanto, a experiência subjetiva das integrantes. Para Zandira, as datas e o discurso são relevantes para sua identidade como militante.

A terceira frase na matéria jornalística do Gazeta Popular, “a mulher douradense há cerca de três anos descobriu a importância de sua participação no movimento”, que seria 1997, também apresenta contradições, haja vista as mobilizações organizadas em anos anteriores, a exemplo a de 8 de março de 1989, na praça Ari Coelho, em Campo Grande, de caráter, essencialmente, político, com várias participantes de Dourados, além da organização de grupos que participaram ativamente do PALMAS (1996 a 2000), e de todos os encontros estaduais que contaram com a presença das mulheres douradenses, principalmente aquelas moradoras em bairros mais populosos.

A contradição acerca da formação do Movimento em Dourados tem base nos “[...] efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre homens)” (BOURDIEU, 1999, p. 139). O MPM em Dourados, mesmo construindo uma formação gradativa sobre a consciência da desigualdade entre homens e mulheres, optou por fazer uma atividade mais específica e pontual. Essa abordagem mais específica, mais direta, na concepção do movimento, em Dourados, a partir das discussões, de reivindicações, das experiências e da conquista de objetivos comuns a todas – a saúde - geraria uma consciência da sua própria condição de

mulher.

A luta mais forte e consistente foi em relação à saúde da mulher. A coordenação também se organizava para garantir informações sobre a saúde preventiva e alternativa que culminou na pesquisa, durante os anos de 1989, 1990 e 1991. A pesquisa iniciou em Dourados, com o apoio da Pastoral da Saúde estendida para outras regiões (Três Lagoas, Coxim, Jardim, Corumbá, Campo Grande), gerou denúncias sobre o descaso com a saúde preventiva da mulher e demonstrou o número alarmante de esterelizações, principalmente, em épocas de campanhas eleitorais.

De acordo com os documentos, as mulheres organizadas em Dourados mostravam sua determinação na luta pela abertura do Hospital da Mulher, desde 1992, quando o Movimento exigiu das autoridades o seu pleno funcionamento⁴², somente concretizado em 2002.

A construção do Hospital da Mulher foi iniciada no governo de Pedro Pedrossian, e seria o Hospital Regional, mas as mulheres não recebiam um atendimento necessário e com dignidade, desse modo, as militantes do Movimento em Dourados transformaram essa realidade em um dos eixos de sua “bandeira de luta”, além de exigirem que o hospital se constituísse em uma referência para o atendimento exclusivo às mulheres, por isso a denominação Hospital da Mulher. Zandira Luvison retrata como foi esse período:

Então as mulheres falavam nos grupos como elas eram atendidas [...] só tinha o Hospital Evangélico porque não tinha outro lugar (...) até uma falou assim ‘irmã eu fiquei deitada em cima de um banco lá fora até que lá dentro uma ganhava o bebê pra depois eu entrar pra ganhar o meu’(...) era assim o atendimento. Então nós começamos a pegar pé nisso aí, pegar essa bandeira do Hospital da Mulher. Foi cinco anos de luta, de caminhada então nosso ponto de referência era lá, era o Hospital da Mulher. [...] nós tinha o apoio de várias pessoas, secretários, o primeiro mandato do Tetila, era vereador, depois foi deputado e continuava com a gente. Depois que o Zeca⁴³ entrou é que concretizou isso aí. Mas ali quantas coisas foram feitas. Aconteceram muitos trajetos aí. Até vieram aqui inaugurar o hospital assim meio por trás dos panos pra abafar o nosso movimento, até que num dia oito colocaram uma ambulância dizendo que tava funcionando. (Entrevista: Zandira Luvison, 2008)

Zandira demonstra as dificuldades no atendimento das mulheres, principalmente, durante a gestação e parto e também relata as “artimanhas” do Governo para desmobilizar

⁴² Reportagem veiculada no Jornal Gazeta Popular, p. 03, em 06 de março de 1999

⁴³ José Orcírio Miranda dos Santos, conhecido como Zeca do PT, governou o estado de Mato Grosso do Sul, por dois mandatos, consecutivos, de 1999/2002 e 2003/2006.

o Movimento. Várias inaugurações e entregas de equipamentos foram realizadas de forma estratégica, pelo Governo, para evitar ou diminuir as pressões do movimento.

Maria Aparecida Palmeira também trata do assunto com forte emoção

[...] a grande luta nossa foi pra criação do hospital da mulher. Foi uma luta muito grande e não posso dizer que ela foi perdida (...) houve a participação de alguns políticos na época que estavam engajados nessa luta (...) e a gente tá vendo aí (...) as mulheres vão lá se elas não são atendidas elas falam. O movimento popular de mulheres e a associação do movimento e o projeto palmas foi uma luz que clareou a cabeça dessas mulheres (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008)

Era um sonho coletivo realizado e Maria Aparecida dimensiona como “a grande luta nossa”, que reforça a *luta* articulada pelo Movimento e pelas mulheres do Estado, portanto coletiva, e não apenas a realização de ações individualizadas do poder público.

No dia da inauguração, ou concretização do sonho do MPM (até porque, houve várias inaugurações sem funcionamento das instalações), dia 20 de dezembro de 2002, nasceu a primeira criança: Vinícius, filho de Ivanete Pinheiro da Silva e de Josias Correia de Araújo⁴⁴. Este fato fortaleceu o processo de reivindicação das mulheres e resultou em um espaço de referência focado, principalmente, em partos e pediatria, além do atendimento aos 38 (trinta e oito) municípios que fazem parte da região da Grande Dourados.

A atuação do MPM na transformação do Hospital em um referencial para o atendimento às mulheres seguia uma de suas prioridades, a saúde, além de outras como o combate à violência e a educação. Portanto, além da constante reivindicação pelo Hospital da Mulher, em Dourados; pela implantação efetiva do PAISM, as mulheres direcionaram seus esforços, também, para a efetivação de um projeto de alfabetização, durante 04 (quatro) anos.

2. “Magas” alfabetizadas: “PALMAS para a cidadania”

No ano de 1996, o MPM trouxe então, à luz das discussões, a temática do analfabetismo que atingia as mulheres do Mato Grosso do Sul. Segundo o MPM, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 1991, apontava uma população economicamente ativa no Estado de 797.083 (setecentos e noventa e sete mil e

⁴⁴ Informação extraída do Informativo Especial do Movimento, em Dourados, de março de 2007, p. 04.

oitenta e três) habitantes.

Além dos números do IBGE apontados pelo MPM, a coordenação do Movimento detectou que, nos encontros estaduais e municipais, a maioria das mulheres tinha dificuldades em acompanhar a leitura de textos e letras de músicas.

A dificuldade que as mulheres apresentavam em se manifestar, em virtude de serem analfabetas ou semi-analfabetas, foi outra importante constatação. Portanto, muitas não se sentiam à vontade para se expressarem ou, não se consideravam como partícipes daquele processo, fato que poderia se agravar diante de uma história de exclusão e de socialização pautada no seu próprio esquecimento.

Esta realidade pode ser resumida na discussão de Michelle Perrot (1989, p.17): “Dizer 'eu' não é fácil para as mulheres a quem toda uma educação inculcou o decoro do esquecimento de si [...]”. Assim, entre tantas propostas para a atuação do Movimento no Estado, o MPM definiu, no 10º Encontro Estadual (1994), a necessidade de elaboração de um projeto numa perspectiva de educação popular, objetivando diminuir o número elevado de mulheres analfabetas detectadas pelas pesquisas.

O PALMAS⁴⁵ surgiu então, no ano de 1996, como uma ação efetiva com o objetivo de reverter um dado concreto: a ausência de políticas públicas voltadas à educação das mulheres acima de 35 anos.

Durante o ano de 1996 a atividade prioritária do MPM vai girar em torno da discussão e da implantação do Projeto PALMAS de Alfabetização de Mulheres Adultas. Ao se falar sobre o MPM é necessário ressaltar que um de seus papéis mais importantes é o de dar voz às mulheres das camadas menos favorecidas da população, segmento este que tem em geral maior dificuldade de fazer ouvir, no que tange a seus direitos (GOMES, 1997, p. 05).

Quando Gomes ressalta que um dos “papéis mais importantes” do Movimento “é o de dar voz às mulheres”, retomamos a entrevista de Bárbara quando fala em “dar voz” ao ato de denunciar as condições de saúde, mas também as participantes do MPM acreditavam no poder da educação como mecanismo de emancipação feminina, como descreve Enereilda, militante do Movimento, 58 anos, quando foi perguntado a ela qual foi o ato mais importante do Movimento

Pras analfabetas, aprender a ler e escrever o nome. Isso pra elas ate hoje quando eu encontro alguma fica feliz da vida. Tem Dona Irene que era amiga da Dona Expedita [...] a Dona Irene ela não sabe ler...ela sabe escrever mas, ela aprendeu bastante coisa. Eu vejo ela na

⁴⁵ PALMAS: Programa de Alfabetização de Mulheres Adultas.

igreja, eu sempre chego ela tá sempre no segundo banco da frente...e eu fico vendo o jeitinho dela se vestir, dela andar, sabe? Dela conversar, ela mudou bem, sabe? (Entrevista: Eneirelda Gomes de Oliveira, 2008)

Na pesquisa “Perfil da mulher sul-mato-grossense” - publicada em abril de 2000, pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, órgão do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - que entrevistou 4.000 (quatro mil) mulheres em 30 (trinta) municípios, revela que metade das mulheres estava fora da População Economicamente Ativa (PEA). Destas, 9% nunca freqüentaram a escola e 29% concluíram apenas a primeira etapa do ensino fundamental (antiga quarta série).

Saber ler e escrever para algumas mulheres significa mudança de comportamentos, leitura diferenciada de mundos. É assim que Eneirelda vê “o jeitinho” de D. Irene que participava, na turma na qual ela era monitora, durante o processo de alfabetização. Na entrevista demonstrou-se muito orgulhosa pelo fato de ter contribuído para que essa mudança acontecesse na educanda. Seu relato veio acompanhado de suspiros de saudades pelo término do projeto.

O nome do projeto remete a uma reflexão do termo *aplausos* como aclamação, como um ato de elogiar ou aprovar publicamente, através do movimento de mãos, uma ação considerada relevante. A escolha da sigla PALMAS reforça a expectativa das mulheres, lideranças do Movimento, em efetivar um projeto sério e construído por elas. O aplauso, portanto, revela o esforço conjunto ao pensar um projeto de alfabetização com as características sonhadas pelo MPM: aplausos para a ousadia, para a militância, enfim, para o empoderamento das mulheres. Essa sigla foi escolhida pela coordenação pedagógica do projeto e, mais uma vez, a mística utilizada pelo Movimento aparece para dimensionar um sonho acrescido de novos desafios já que

[...] todo ser humano constrói de algum modo um sentido para a própria existência com base nos projetos que pode vir a construir pra si e para os seus, [...] a questão da emancipação é mais enfatizada do que a da singularidade, já que a mística parece ressaltar uma comunicação emocional que agrega a todos num ideal comum, [...] (GOHN, 2003, p.117)

É possível perceber essa construção de um “sentido para a própria existência” no campo da afetividade, das emoções, do espiritual num momento de interação quando da inauguração da nova sede do MPM, registrada pela fotografia que segue, de autoria

provável, Paulo Matoso, ou Romildo, que eram colaboradores do Movimento.

O Movimento organiza a festa de inauguração da nova sede, na rua Marechal Cândido Rondon, centro de Campo Grande, em 13 de setembro de 1997, Na recepção, os convidados passavam por um ritual de lavar-se numa bacia com água perfumada e colorida por pétalas de rosas como um processo de purificação para a entrada do novo, ou até mesmo um “batismo”, já que a grande maioria das participantes do Movimento tinha uma formação religiosa, predominantemente, católica.

Mas também, ao lado da mística do batismo, uma planta chamada “espada de São Jorge” que, segundo as crenças populares afastam energias negativas, famoso “mau olhado”, própria das crenças de benzedadeiras e da religiosidade africana. Importante reafirmar que o MPM não era um movimento ecumênico, na medida que fluíam diversas perspectivas de religiosidade mesmo a maioria sendo católica.

Nesta fotografia (Foto 04) aparecem Onorail (pai) e a menina Dandara Ferronato. O nascimento de Dandara foi acompanhado pela mulheres do Movimento e o seu nome é uma homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares. Ele, militante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), muito próximo do MPM pela participação de sua esposa, Odete Ferronato, advogada, ex- freira católica e uma das coordenadoras do Movimento, no município de Rio Brillante.



Foto 04 – Onorail e a criança Dandara, no momento da inauguração da nova sede do Movimento Popular de Mulheres, Av Candido Mariano, em

Campo Grande.

Esta imagem foi escolhida pela relevância do ato que “agrega todos num ideal comum” (GOHN, 2003, p. 117): pais que acreditam na possibilidade de construção de uma nova sociedade, longe de qualquer forma de discriminação, trazem seus filhos para sentirem-se, desde cedo, pertencentes ao grupo e ao processo de elaboração de projetos de emancipação do ser humano.

A inauguração de uma nova sede própria (o MPM-MS sempre dividiu espaços físicos com outros movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Associação Kaguateka) e mais central, define o início de um momento mais autônomo e significativo, conquistado pelo Movimento.

Em princípio, a meta estabelecida pelo MPM era alfabetizar as mulheres que participavam das suas atividades, mas em virtude das pesquisas apontarem que de quatro pessoas analfabetas no Estado, três eram mulheres, decidiu-se ampliar o projeto e atingir, audaciosamente, 2.400 mulheres em seis municípios, por um período de dois anos, sendo eles: Campo Grande, Dourados, Fátima do Sul, Rio Brilhante, Três Lagoas e Aquidauana.

De forma comprometida, essas mulheres pensaram uma alfabetização alicerçada no princípio freireano, cujo núcleo articulador é a transformação da realidade, e, para isso, seria preciso tomar consciência da própria realidade e da capacidade para transformá-la. Há, nesse princípio, uma relação muito próxima com o que pode ser considerado empoderamento. Para Paulo Freire “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (2002, p. 52). O empoderamento gera reconhecimento das próprias experiências entre as pessoas que estão no convívio e deve ser induzido, primeiro, pelo processo de conscientização, de forma crítica, até possibilitar a emancipação. A educação libertadora também propõe emancipação com esta característica.

Entretanto, segundo os relatórios da Comissão Estadual de Mulheres, o maior problema seria a dificuldade financeira, isto porque o MPM contava com contribuições das militantes, além de algumas atividades desenvolvidas para arrecadar fundos, a exemplo, vendas de artesanatos.

Para um projeto dessa envergadura, o Movimento precisaria de recurso financeiro, de pessoal capacitado com formação em educação popular e material didático-pedagógico apropriado. Optou-se, então, por estabelecer uma parceria com o Governo do Estado⁴⁶,

46 Gestão Wilson Barbosa Martins (PMDB)

com a interveniência da Secretaria de Estado de Educação, responsável em financiar o projeto.

Até esse momento, o ano de 1996, a relação com o Estado sempre se deu de forma conflituosa, e era, conforme descrito,

[...] de enfrentamento, que era de denúncia, de pautar políticas, de garantir a visibilidade da mulher na política pública. Eram governos que não sabiam o que falar, vinham da ditadura; era o Governo Pedrossian, era o Governo Wilson Barbosa Martins. Nenhum deles tinha a experiência do diálogo [...] (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007).

Contudo, apesar dos conflitos existentes, observa-se que o MPM tinha como prioridade enfrentar o problema do analfabetismo, presente nos grupos organizados de mulheres. Isso fez a Comissão Estadual estabelecer diálogos constantes com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação, sob a responsabilidade de Aleixo Paraguassu Netto, em 1996.

Segundo lideranças do Movimento, o secretário de Estado era o interlocutor desse processo, pois se mostrou comprometido com a proposta da alfabetização. Deve-se levar em consideração que, efetivamente, uma das funções do Estado é a garantia de educação para todos indistintamente, portanto, a parceria do MPM com o Governo, para assegurar a execução do projeto, era legítima.

Importante destacar que, no início da década de 1990, várias mudanças estavam ocorrendo no Brasil: a política econômica do governo oferecia possibilidade de atividades informais oportunizando a abertura de negócios que contratavam mão-de-obra barata e sem direitos sociais; o crescimento generalizado da violência contra mulheres, crianças, seqüestros dentre outros; além da “[...] economia da ilegalidade, baseada no tráfico de drogas e armas [...]” (GOHN, 2000, p 299).

Aliados a este cenário de mudanças, proliferavam os discursos de combate à miséria, ao analfabetismo, a formação de Organizações Não-Governamentais e outros movimentos sociais pautados mais por solidariedade e ações coletivas do que em objetivos para efetivar um projeto político-partidário. Também foi a década, segundo a análise de alguns estudiosos dos movimentos sociais, inclusive Gohn (2000, p. 309), na qual observava-se o surgimento de outra concepção de cidadania: a formação de políticas de parcerias entre essas entidades e governos.

A relação de interlocução entre movimento social e governo não se efetivava mais no campo do enfrentamento, da reivindicação ou pressão, mas do diálogo, do

estabelecimento de uma relação propositiva, pois, conforme Gohn (2000, p. 288), na década de 1990 o Estado passava por um processo de transição democrática, já não era mais o “[...] adversário dos movimentos, mas seu principal interlocutor”.

No Mato Grosso do Sul essa política de parceria não era um processo democrático, nem era pautado pelo sentimento de solidariedade. Havia diálogo com o Governo, mas com ressalvas a sua forma: o diálogo acontecia sempre mediante pressões, conforme descreve Maria Aparecida

Foi assim uma peregrinação pra se conseguir essa parceria, né? Porque era interessante pro governo né? Era interessante pro governo (...) mas queria que as mulheres fossem alfabetizadas mas sem mexer no bolso do governo (...) foi uma insistência muito grande, foi uma luta muito grande, foram várias reuniões, foram várias audiências com o governo, a gente teve ajuda de alguns parlamentares, na época, outras entidades, elas também fortaleceram essa luta, se juntaram pra poder pressionar o governo (...) na verdade foi sob pressão e o governo na época era Wilson Barbosa Martins, tinha como filha a deputada Celina Jalade e a gente sentiu assim que ele não podia negar naquele momento e nós fomos com muito poder porque a gente tinha esse direito, era um direito garantido, mas a gente também foi muito humilhada, sala de espera, houve assim bastante recusa de horário (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008)

No Mato Grosso do Sul essa relação de interlocução aconteceu até a conclusão da primeira etapa do PALMAS. O Governador Wilson Barbosa Martins, ao substituir o secretário Aleixo Paraguassu Netto (1997), retirou o interlocutor do Movimento junto ao Estado e como resposta para apoiar o PALMAS, propôs que os grupos de mulheres – a serem alfabetizadas na segunda etapa – fossem distribuídos no programa de alfabetização criado pelo Governo. As mulheres retornam ao processo de reivindicação, de enfrentamento, e de pressão, conforme matéria intitulada *Educação: direito do cidadão, dever do Estado*, veiculada em material impresso produzido pelo MPM:

O descaso do governo é tão grande que mesmo com a grande aceitação da população e sendo um projeto com custo baixo, sendo de apenas R\$ 136, 60, por educanda, durante 06 (seis) meses, até hoje a Secretária de Educação, Sra. Maria Maciel, não nos recebeu. Como resposta à exigência feita por nós, nos ofereceu que o movimento se integrasse no Tempo de Alfabetizar, porém o mesmo tem sua particularidade, é um Projeto do governo, com temas próprios, tempo e forma, o que difere do PALMAS, um Projeto específico para mulheres, dentro de sua realidade e com uma linguagem própria. O fato é que o Governo Wilson se elegeu com o discurso de Governo da Cidadania, porém deixamos uma pergunta: É possível Sr. Governador, cidadania sem educação? Sem estabelecer parcerias com a sociedade? (Boletim do MPM, Ano 02- nº 002)

Nesse contexto, para realizar o PALMAS e continuar a organização das mulheres, o MPM também sentiu a necessidade em constituir, em 1995, uma entidade sem fins lucrativos, estabelecendo uma cláusula no seu estatuto caracterizando-o como uma ONG, além de responder juridicamente pelo Movimento e com capacidade de captar recursos.

Ter clareza do seu papel, suas limitações, potencialidades, sua identidade, repudiando qualquer forma de instrumentalização e se caracterizando como entidade não governamental (Art. 4º, inciso IV, Ata de Fundação, 28 de dezembro de 1995).

Fundou-se, então, a Associação de Grupos de Mulheres de Mato Grosso do Sul (AGM-MS), composta por 18 (dezoito) lideranças das regiões, conforme Art 10, da Ata de fundação:

Parágrafo Único: As regiões para a atuação da AGM-MS, fica constituída das seguintes cidades e suas imediações: a) Região de Campo Grande; b) Região de Dourados; c) Região de Três Lagoas; d) Região de Coxim; e) Região de Corumbá; f) Região de Jardim.

O critério, segundo o MPM, para a escolha desses municípios era a existência de grupos populares e organizados que participariam ativamente das atividades a serem desenvolvidas.

O processo de implantação do PALMAS se concretizou, oficialmente e estrategicamente, no dia 8 de março de 1996. Três eventos marcaram esse momento: o primeiro, uma grande manifestação contra o analfabetismo no Estado, realizada na capital Campo Grande, especificamente na Praça do Rádio Clube. Este foi um evento festivo com roda de capoeira, grupos de pagode, patrocinado pela Caixa Econômica Federal conforme fotografia acima (Foto 05).



Foto 05 – Comemoração ao 08 de Março e campanha contra o analfabetismo feminino, na praça do Rádio Clube, em Campo Grande, 1996.

O segundo evento se constituiu no ato da assinatura de convênio nº 011/96SE/MS com a Secretaria de Estado de Educação, com vigência de seis meses, conferindo recursos financeiros ao MPM para o pagamento de monitoras e para a elaboração de material didático-pedagógico. A foto ao lado (Foto 06) mostra exatamente o momento da assinatura. O único homem (ao centro) na composição da mesa era o Dr. Aleixo Paraguassu, na época Secretário de Estado de Educação. Como testemunha da efetivação do convênio, aparece Celina Jallad (ao fundo e assinando-o), deputada estadual na época, filha do então governador Wilson Barbosa Martins.



Foto 06 – Ato de assinatura do Convênio entre Secretaria de Estado de Educação e Movimento Popular de Mulheres, para execução do projeto PALMAS, 08 de Março de 1996

O terceiro e significativo evento foi a capacitação das militantes do movimento que se apresentaram, nessa primeira fase, como voluntárias para o processo educativo com as mulheres em seus municípios. A formação das monitoras aconteceu durante três dias, em julho de 1996, na Escola Estadual, Professor Hercules Maymone, em Campo Grande ⁴⁷, como demonstra a fotografia (Foto 07).



Foto 07 – Primeira capacitação de monitoras do PALMAS, em julho de 1996, na Escola Estadual Professor Hercules Maymone, em Campo Grande

Nela aparecem algumas militantes. Foi possível a identificação de: Cida Palmeira (Dourados), Claudia Thomaz (Fátima do Sul), Enereilda Gomes (Campo Grande), Maria Helena (Campo Grande), Zilda Moura (Coordenação Pedagógica), Cida Gonçalves (Coordenadora do MPM), Jucélia Campos (da executiva do MPM), Acácia Milhomen (Campo Grande. Não foi possível verificar o nome de militantes dos outros municípios visualizadas na fotografia, tampouco a autoria das imagens dos eventos registrados acima.

A primeira fase do programa consistia em capacitar monitoras para atuarem política e pedagogicamente no projeto, sem a exigência de habilitação para o exercício do magistério. O critério para atuar no programa seria a militância efetiva no Movimento, além de saber ler e escrever com facilidade.

Esta formação contou, à época, com o professor Pedro de Carvalho Pontual⁴⁸, este desenvolveu abordagens teóricas sobre democracia e cidadania, concepções e práticas pedagógicas, além da professora Sílvia Andrade Teles⁴⁹. A escolha dos palestrantes estava diretamente ligada ao propósito do Movimento em alfabetizar a partir da concepção de

⁴⁷ . Jornal Correio do Estado, 05 de julho de 1996.

⁴⁸ Doutorando da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a época.

⁴⁹ Coordenadora pedagógica Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), pensado por Paulo Freire, em Diadema – SP

alfabetização como um “[...] ato de conhecimento, como ato criador e como ato político [...]” (FREIRE, 1994, p 30). O contato com os palestrantes⁵⁰, supostamente, teria ocorrido através de Aparecida Gonçalves tendo em vista sua participação na direção da Central de Movimentos Populares, sediada em São Paulo, além de inúmeros amigos e amigas que eram membros do Diretório Nacional do PT, como Frei Beto, por exemplo.

Desta forma, a partir da concepção do Movimento sobre educação, entendia-se que a alfabetização das mulheres sul-mato-grossenses se daria a partir da leitura “[...] da realidade vivida pelas mulheres [...]”⁵¹. Para a realização dos encontros de alfabetização das mulheres, foram utilizados espaços próximos às residências das educandas, a exemplo, salões paroquiais, sedes de associações de moradores e casas das monitoras residentes nas imediações ou tinham uma relação de vizinhança com as mulheres que não sabiam ler e escrever. Cada sala deveria comportar um número máximo de quinze educandas convidadas pelas monitoras⁵².



Foto 08 - Primeiro grupo do PALMAS, residência da militante/monitora Amália Araújo, no Bairro Guanandy, em Campo Grande -MS, em agosto de 1996.

Este contexto político pedagógico pode ser verificado nesta fotografia (Foto 08). Primeiro grupo do PALMAS, residência da militante/monitora Amália Araújo(em pé), no Bairro Guanandy, em Campo Grande -MS, aproximadamente em agosto de 1996.

⁵⁰ Não foi possível identificar, nos documentos ou mesmo através da lembrança das entrevistadas, quem fez o contato com os palestrantes Silvia Teles e Pedro Pontual. A suposição ocorre na medida em que os documentos do MPM trazem alguns elementos que induzem a suposição. E este detalhe não ocorreu no momento da entrevista com Aparecida Gonçalves

⁵¹ Plano de trabalho apresentado pela AGM-MS, em 1996, à Secretaria de Estado de Educação para firmar parceria.

⁵² Cartilha *PALMAS: para a cidadania*, 1997, p. 18.

Esta fotografia foi digitalizada do original para compor este trabalho. O registro possivelmente tenha sido feito por Paulo Sérgio Matoso ou Atiliana da Silva Vicente Brunetto, ambos militantes do Movimento, que, segundo informações das lideranças, eram as pessoas responsáveis por fotografarem todos os eventos do MPM. Este documento não está catalogado, nem há uma informação precisa que indique as datas e seus autores, como as outras centenas de imagens do Movimento.

Entretanto, trata-se de um importante documento. A imagem demonstra que a sala de aula foi improvisada, na residência da monitora Amália (em pé e ao fundo), mas com uma característica importante: a concentração das mulheres ao recortar palavras, de revistas ou jornais, de forma orientada. O material era distribuído em uma única mesa. A escassez de estrutura física, adotada pelo MPM, gera a definição de um trabalho coletivo, solidário. Para Paulo Freire, “[...] esse tipo de sala de aula pode produzir conhecimento *não supervisionado* ou *não oficial*. Isto desafiaria a comercialização da ideologia feita pela escola” (1986, p. 21).

Na ação educativa libertadora, em Paulo Freire, existe uma relação de troca horizontal entre educador e educando exigindo-se neste processo, atitudes de transformação da realidade conhecida. É por isso, que a educação libertadora é acima de tudo uma educação conscientizadora, na medida em que além de conhecer a realidade, busca transformá-la, diferente da educação “bancária” que oprime e nega o diálogo nas relações entre os sujeitos e a realidade (FREIRE, 1983. p. 67).

A implantação efetiva da primeira fase do PALMAS ocorreu com 32 grupos nos seis municípios, já citados anteriormente, totalizando 480 (quatrocentas e oitenta) mulheres a serem alfabetizadas em um período de 06 (seis) meses, compreendido em 02 (duas) horas diárias e 10 (dez) horas semanais, perfazendo uma carga horária de 240 (duzentas e quarenta) horas/aula. Segundo a *Reunião de Estudos n. 02*, a garantia da participação e a permanência das mulheres nas salas de aula dependeria do poder de articulação e comprometimento político e social das militantes/monitoras.

As monitoras “[...] receberam, inicialmente, orientações sobre como alfabetizar jovens e adultos, segundo o Método Paulo Freire [...]”. O resultado desta capacitação seria a elaboração de um caderno “[...] composto por três palavras retiradas do universo vocabular das educandas. [...]: panela, novela e marido” (*Reunião de Estudos n. 02*). As palavras foram definidas após as visitas realizadas às educandas pelas monitoras, com o objetivo de interagir na realidade que permearia o processo. Durante as visitas, as monitoras estimulavam um diálogo propício para que as mulheres falassem de suas vidas.

As palavras eram anotadas e aquelas com maior índice de repetição eram utilizadas para o início do processo de alfabetização.

Importante analisar que, ainda segundo Paulo Freire, a “palavra geradora” deve ser subtraída do universo de vida do educando, portanto as palavras “panela, novela e marido”, são geradoras porque, evidentemente, está associada ao cotidiano das mulheres. Tais palavras não apontam para os seus sonhos e suas expectativas de vida, não demonstram uma perspectiva política e/ou transformadora (esperava-se a construção desse olhar durante o processo).

A escolha de tais palavras são determinantes, ao evidenciar um contexto vivido por essas mulheres, assim como as limitações de seu cotidiano, condições visibilizadas nos registros escritos durante o processo de alfabetização, quando muitas delas descortinaram sentimentos de opressão e demonstraram o afloramento de sentidos de liberdade e de compreensão dessa condição.

Todos os grupos tinham o acompanhamento de uma coordenação pedagógica e de uma coordenação política instituídas pelo próprio Movimento. Este grupo se constituía por pedagogas, licenciadas em Letras, outras apenas com habilitação para o Magistério, mas com ampla experiência em debates no campo da política e de movimentos sociais.



Foto 09 - Coordenação pedagógica do projeto PALMAS.

Nesta fotografia aparecem alguns coordenadores: Cida Gonçalves (à direita), Iara (Coordenadora Pedagógica e organizadora da Cartilha PALMAS: para cidadania), Atiliana Brunetto e Jucélia Campos (abaixo e a esquerda) e o homem (ao centro), José Lopes. Não aparece nesta fotografia, uma das coordenadoras, Zilda Alves Moura (Foto 09).

Oportuno destacar que a alfabetização destas mulheres não ficaria restrita ao campo da leitura e da escrita. A formação política era a mola propulsora do processo.

O fato das educadoras serem militantes do Movimento favoreceu o engajamento dessas no projeto colaborando para que os espaços de alfabetização se transformassem em espaços de “[...] debates dos problemas sociais e políticos, assim como, de lutas dos direitos e de busca de libertação de todas as mulheres”⁵³, conjugados com o esforço do ato de ler e de escrever.

O perfil das educandas era de mulheres que nunca freqüentaram a escola, eram donas de casa, domésticas, costureiras, lavadeiras, com uma média de idade de 50 anos e que se encontravam sem nenhuma perspectiva de vida, como retrata a educanda Izabel Ermelinda de Oliveira, ao responder por escrito à pergunta formulada pela monitora Selma Campos (Campo Grande), no início da alfabetização: *Quem é você mulher?*

Eu sou um relógio porque trabalha sem parar. É que nem o meu coração se ele parar eu moro Eu sou uma flor daquelas que não tem cheiro porque esta seca. A minha cara é feia. Olhei no espelho. Com certeza ela é feia.[...] Eu hoje estou muito cansada. Pareço um trapo de passar no chão. (09 de julho de 1998)⁵⁴

Observa-se neste texto a analogia que a educanda fez entre o relógio e a sua vida. A vida aparece biologicamente representada pelo coração. Considera-se uma máquina, que trabalha e vive automaticamente, sem qualquer perspectiva. De forma simbólica, se seu coração pára, como um relógio que se deixa sem dar corda, a vida se extingue. Também, simbolicamente, faz analogia à sua aparência física a uma flor quando perde o encanto, mas que, entretanto, não deixa de ser uma flor. Sua auto-estima encontra-se tão em baixa, que sequer se percebe enquanto ser humano, talvez porque não tenha recebido nenhum tratamento como tal. A maioria das educandas, no início do projeto, sentia-se como esta mulher, ou como aponta Bourdieu

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (*perçipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto receptivos, atraentes, disponíveis (1999, p. 82)

As educandas traziam consigo um conhecimento já elaborado das relações

53 Cartilha *PALMAS: para a cidadania*, 1997, p. 32

54 Texto reproduzido na íntegra, extraído da atividade aplicada pela monitora.

familiares, do trabalho, que historicamente as colocou como cidadãs de segunda categoria, cuja experiência pode ser resumida no desabafo de uma das monitoras do projeto, Ruth Alves Gomes (Fátima do Sul):

[...] o sucesso ou o fracasso de uma experiência humana, seja ela qual for, depende [...] da cultura do lugar onde esta experiência vai ser realizada [...], das condições de vida, de auto-aceitação e de consciência do compromisso [...]. mulheres que passaram a vida toda em casa cuidando dos filhos e do marido e que agora, já idosas, passam o tempo assistindo televisão [...]. elas próprias não acreditam que vão aprender [...].⁵⁵

3. “Poderes” concedidos às iniciantes

Em contrapartida, nos depoimentos escritos pelas educandas – ao final do projeto – tanto as mulheres que apresentavam algum conhecimento relativo à leitura e escrita, quanto àquelas que nunca tiveram contato com a alfabetização, aprenderam a ler e escrever o mundo durante os seis meses iniciais. Esta realidade pode ser constatada no relato de uma das educandas, destinado à monitora Odete Aparecida de Souza Airton, do município de Mundo Novo:

Esta experiência foi um orgulho que foi demais que tirou minha venda dos meus olhos feliz de quem sabe escrever e ler. agora tirei meu tapa os olhos graça o projeto PALMAS. agradeço a deus é as professoras por serem tão boa com nós nunca vou esquecer das nossa aulas. Quero deixar uma mensagem para essa mulheres que não sabem escrever e ler. Venham e tira a venda dos seus olhos porque eu já tirei a minha venda porque se vocês não estudarem vão continuar vendadas. Vocês mulheres abri os seus olhos. (Maria Chueng Moraes, 03 de março de 1998)⁵⁶

“Desvendar os olhos” significa “ter” a sua própria visão de mundo, tornar-se crítica. Significa “poder” fazer a luta, contra obstáculos cotidianos que discriminam, pelo fato de não saber ler e escrever. Esta realização também é sentida pela educanda Tereza Alves Belo, em 02 de março de 1998⁵⁷:

Projeto Palma aprovou que foi muito bom porque tinha mulheres que num sabia escrever o seu próprio nome. Eu espero que esse projeto continua para ajudar essas mulheres como eu que não sabia nem escrever meu próprio nome E agora eu já sei Graças a Deus e as minhas professoras.

55 Relatórios do desempenho das educandas do Projeto PALMAS, grupo localizado no Jardim Brasilândia, em Fátima do Sul, em 10 de julho de 1998, elaborado por Ruth Alves Gomes.

56 Texto reproduzido na íntegra, extraído da cópia da carta anexada ao relatório da monitora .

57 Idem

Esse tratamento dispensado à monitora, pela educanda, como “minhas professoras” desvenda também uma relação de amizade e de afetividade, alguém que dá atenção, que cuida, sem sufocar.

Ao encaminhar essas cartas para o arquivo do MPM, a monitora Odete revela no seu relatório uma satisfação que, mesmo com o desafio de elevar a auto-estima dessas mulheres, pôde “[...] com orgulho e satisfação anunciar que 80% estão matriculadas na EJA⁵⁸, fato que não teríamos alcançado sem antes ter-lhes dado o primeiro caminho que o PALMAS, só o PALMAS, é capaz de proporcionar [...]”. As monitoras também perceberam que a educação e a formação política poderiam ser tratadas sem o apego às tradicionais convenções da educação formal.

Partindo da lógica freireana de que a educação deve estimular a colaboração, a solidariedade e desenvolver o espírito crítico e a criatividade, o exercício de “tira a venda dos seus olhos” também perpassa, conceitualmente, pela discussão da educação como instrumento de *empoderamento*.

O empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão os espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres. (DEERE; LEON, 2002, p.53)

Portanto, a igualdade entre os gêneros requer um esforço transformador das estruturas sociais que permita, à mulher, o acesso ao poder. Aqui, a terminologia poder não carrega a conotação de dominação de uns indivíduos sobre outros, ou o aumento deste para com alguém e a diminuição para o outro. Revela, sim, o poder como fonte da emancipação feminina.

O PALMAS proporcionou o empoderamento das mulheres, partícipes do processo de alfabetização. Naquele momento, as mulheres se descobriram capazes de desvendar os segredos da leitura, da escrita e, principalmente, sentiram-se nascendo novamente como novas mulheres, agentes de transformações sociais a partir da transformação de sua própria vida.

Em Dourados, o reflexo do projeto de alfabetização não foi diferente na vida das mulheres que foram alfabetizadas. Ao perguntar para Maria Aparecida Palmeira o que esse

58 Educação de Jovens e Adultos

projeto proporcionou a essas mulheres, além da alfabetização, e se ele tinha uma característica diferente em relação aos programas de alfabetização comuns, ela responde:

Totalmente diferente ele não tinha só o intuito de ensinar essas mulheres a ler escrever, tinha que ensinar elas a ser cidadãs (...) e eu tenho assim depoimentos de mulheres que disseram na entrega dos certificados dizerem assim “hoje eu sei pegar um ônibus pra ir pra minha casa, hoje eu sei o que é cidadania” então isso foi muito emocionante, entre outras falas, delas dizerem assim “ não, não vou mais por mais meu dedão, eu vou assinar meu nome” (...) de chegarem assim (...) na holerite de pagamento (...) tinha uma que era gari (...) na holerite de pagamento ela já não assinava com dedão já colocava o nome. Elas já começaram a ler o nome do ônibus que levavam elas pra casa, já não pergutava mais “que onibus é esse?” elas já sabia o ônibus que levavam elas (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira 2008)

Quando se trata do PALMAS, observa-se nas considerações de todas as entrevistadas, uma forte emoção ao recordarem experiências vivenciadas durante a realização do projeto. É como se elas, ao ajudarem-se mutuamente, se alfabetizaram também. O sentido de alfabetizar pressupõe revelar conhecimento da própria vida. Sentimentos como a cooperação e a vontade de aprender incentivaram várias mulheres para a construção de suas próprias salas de aula.



Foto 10 - Uma das salas de aula do projeto PALMAS, em Dourados, 1996, coordenada por Maria Aparecida Palmeira

Nesta fotografia encontra-se Maria Aparecida Palmeira (em pé, à direita) com suas educandas e, a sala de aula com as mesmas características do grupo de Campo Grande. Ou

seja, utilizavam os espaços próximos a elas ou construía a sua sala de aula.

Assim, Maria Ferreira, 78 (setenta e oito) anos, avó de quase vinte (20) netos, aluna do PALMAS, em 1999, quando questionada sobre o que ela recordava da alfabetização, ela diz

Comecemo com esse negoço foi com a professora Rosa⁵⁹ qui nós comecemo. Que ela falô “dona Maria vamo ajuntar a metade da mulherada aí e vamo fazer um barraquim, já logo qui voceis quere estudar, vamo ajuntar a mulherada aí vamo tirar bambu e vamo fazer um barraquim pra mim podê dá aula pra voceis”. Aí isto mesmo nois fez. Fomo, tiremo bambu (...) longe(...)tiremo bambu, carreguemo, interremo os palanco pra podê fazê as parede do barraquim, aí voltemo, arrumemo uma lona, aí depois de acercar tudo a redor, arrumemo uma lona, fechemo, cubriu esse barraquim, aí voltemo. Aí a professora Rosa falou assim “antão tá tudo pronto então vamo arrumar um bucado de mulher aí qui num tem estudo nenhum”(Entrevista: Maria Ferreira, 2008)

Essa entrevista demonstra que o *empoderamento* sentido pelas mulheres passa pela revalorização da sua própria vida, da descoberta das suas habilidades para produzir, gerir e criar. O empoderamento defendido pelas feministas nos anos 70/80, compreende a redefinição das estruturas que subordinam as mulheres como gênero humano. As mulheres se tornam *empoderadas* através da tomada de decisões, sejam elas coletivas ou individuais, e consequentemente, quando compreendem e rompem com tal subordinação.

Em todos os municípios onde o Movimento atuou, o PALMAS tinha como objetivo principal trazer essas mulheres para serem alfabetizadas, para isso, deveriam demonstrar vontade, além de escolherem o espaço para acontecer o processo educativo e as formas de execução das ações, quando então, optaram pela construção de salas de aulas improvisadas. Na reserva indígena Francisco Horta Barbosa, o PALMAS também desenvolvia ações com um grupo e as aulas aconteciam sob um pé de amora.

Quando solicitada para falar sobre o que sentiu ao passar pelo projeto de alfabetização do Movimento, Maria Ferreira retrata

Olha! eu num tinha um estudo tá?, olha num sabia de fazer um “O” assim ó, com a garrafa e tinha medo até de gente eu tinha medo, e hoje em dia não, graças a deus pode ser o rico pode ser o milionário qui vim, eu converso com tudo e infrento tudim. E entrei com a cara e a coragem. Se sinti foi muito bem, porque eu num sabia de nada, se sinti muito bem mesmo. Hoje em dia eu sei entrar nos beco da cidade, eu num sabia nem entrar aqui na metade da cidade, eu num sabia (...) teve uma vez que eu fui no evangélico interná meu véio lá, quando eu vim de noite eu se perdi

⁵⁹ Domingas Rosa, moradora no Jardim Canaã II, em Dourados. Foi uma das monitoras do PALMAS, no ano de 1999.

no meio dessa rua, no meio da rua de noite, aí vai indo (...) vorto prá trás, perguntava pra um, perguntava pra otro, aí foi indo minha fia, eu peguei e saí na minha rua certa pra pegar o ônibus pra vim embora pra casa. Era desse jeito. Abriu o olho da gente e a língua parece que ela entrou, que ela entrou na gente porque desde minina que eu num sabia nada mesmo e eu falei pra irmã Jandira “irmã Jandira eu tô até cum vergonha” depois a Rosa falou (...) a professora Rosa falou “joga a vergonha de lado, joga a vergonha e vamo istudar”.

Ela, Dona Maria, relembra a passagem em sua vida com muita intensidade, com forte emoção. Quando fala “a língua parece ela entrou na gente porque desde minina que eu num sabia nada mesmo” revela que em sua infância, o estudo não era prioridade para as mulheres, pois o seu papel estava condicionado aos afazeres estritamente domésticos. O saber, para ela, implica o conhecimento das letras. Demonstra que, mesmo com as hierarquias de gênero legitimadas pela história patriarcal, elas podem ser contestadas e modificadas. A possibilidade de “abrir os olhos” apaga o sofrimento e a dificuldade de identificar a desigualdade que ela vivenciava e, ao conhecer as letras, conquistou uma existência menos excludente, fortalecendo-se como mulher.

As mulheres viveram a possibilidade de, como diz a música, “começar de novo e contar comigo, vai valer a pena, ter amanhecido, ter me revelado, ter me debatido, ter me machucado, ter sobrevivido, ter virado a mesa, ter me conhecido”⁶⁰.

Certamente, essas mulheres caminham por outros tempos e lugares, mas trazem em sua memória o sentido de terem, juntas, construído um significado para a vida e para a conquista de direitos. Iniciaram uma trajetória pessoal e coletiva de *empoderamento* que, atualmente, permite a outras mulheres se sentirem capazes, também, de reivindicarem reconhecimento por igualdade em diversos âmbitos sociais, por isso, a importância em registrar a história do MPM.

Durante dezessete anos (1984-2000), algumas mulheres, paulistas, paraenses, nordestinas, sul-mato-grossenses, gaúchas forjaram a sua história e a de muitas outras mulheres, no Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo principal de construir novas relações sociais entre os gêneros. Estimularam e apoiaram a participação política de mulheres e homens.

O discurso sobre a igualdade entre os gêneros não foi concebido, inicialmente, pelas ciências, mas sim formatado pelos movimentos de mulheres e feministas, através de suas experiências de vida. E é, a partir da experiência social do presente, que se faz

⁶⁰ Música “Começar de novo”, de Ivan Lins.

necessário evidenciar a experiência de mulheres com suas problemáticas, estratégias, medos, ousadias, militância etc.

O Palmas teve um papel fundamental, eu creio, na alfabetização das mulheres no Mato Grosso do Sul. Porque mostrou, primeiro dentro de uma realidade em que as mulheres não podiam nem sair de casa, a não ser pra ficar com a vizinha para tomar tereré. Vai pra uma reunião...vai fazer o quê? Vai passar a tarde inteira em reunião fazendo o quê? Essas mulheres de repente dizem: não eu vou pra reunião porque eu quero aprender a ler e escrever e aí começa modificar a vida delas [...]. (Entrevista, Bárbara Nicodemos, 2007)

Neste contexto, o PALMAS traduziu o termo *empoderamento* em três situações permeadas por poderes positivos: *poder para*, *poder com* e *poder dentro*. As autoras Carmen Deere e Magdalena León, citam Jo Rowlands e descrevem 4 tipos de poder: *poder para*, *poder sobre*, *poder com* e *poder de dentro*. O único poder negativo é o *poder sobre*, pois ele significa a perda de poder para o outro indivíduo (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53).

Na primeira situação, o Movimento e monitoras proporcionaram o “poder para” – que serve para “catalisar a mudança quando uma pessoa ou um líder de grupo promove o entusiasmo e a ação dos outros” (p.54) – para outras mulheres, quando tornaram realidade a vontade de um grupo promovendo o entusiasmo e ações das educandas, ou seja, é o PALMAS um poder gerador, facilitador, criador, “[...] que abre possibilidades e ações sem dominação [...]”, fazendo uso de palavras do cotidiano das mulheres para educar.

[...] Enereilda, Amália, a Córdoba (...) mulheres que estavam ali na comunidade, que tinham uma vida comunitária, mas tiveram um papel muito importante dentro do movimento porque elas tinham a linguagem das mulheres de bairro. Elas tinham a linguagem daquelas mulheres que precisavam avançar e a alfabetização, ela veio junto com toda uma força que hoje a gente fala em empoderamento. Mas as mulheres tiveram isso numa negociação com o secretário de educação e dizer: olha nós queremos esse tipo de alfabetização, nós queremos fazer dessa forma. E pensar que o movimento fez isso! O movimento criou, dentro da metodologia Paulo Freire, criou seu material, criou o seu jeito de fazer a alfabetização. Aí elas começam a dizer (...) ‘a gente aprende a ler e escrever, então a gente quer ir mais adiante’ (...) aí começam a fazer documentos[...] (Entrevista: Bárbara Nicodemos, 2007).

Na segunda situação, o *poder com* para a tradução do termo *empoderamento*, pode ser definido como o estabelecimento de uma relação do “poder para” com o “poder com”. Estes foram compartilhados, como salienta Deere e Leon.

Isto se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que é também assumida individualmente. (2002, p.54)

A terceira situação, o *poder dentro*, remete ao fato que, sendo estes poderes positivos, como já foi salientado, há uma gênese da força interior que devolve a auto-estima das mulheres alfabetizadas, provocando o reconhecimento do processo de subordinação que as levou, até a madura idade, não só ao analfabetismo, mas a todas as outras condições - violência, desemprego, por exemplo - de invisibilidade, tanto social quanto política.

A segunda fase do PALMAS (1998-2000) sofreu algumas alterações no seu modo de operar. As mulheres não conseguiram articular um convênio que atendesse os grupos de todo o Estado, diante de tal dificuldade, elas estruturaram apoios com as prefeituras e câmaras legislativas de seus municípios, com o objetivo de garantirem a continuidade dos grupos existentes.

A educação popular proporcionada pelo MPM-MS, nos seus 04 (quatro) anos de duração trouxe às quase 2.000 (duas mil) mulheres alfabetizadas, a ousadia de desafiar os padrões pré-estabelecidos em uma sociedade que acreditava, e ainda acredita, na condição da mulher como um ser incapaz de atingir a racionalidade plena.

Por fim, diante destas reflexões, que apresentam novos caminhos, para sempre “começar de novo”, pode-se dizer que movimentos como esse proporcionaram o empoderamento das mulheres, para o questionamento da constante fragilização do patriarcado. O empoderamento reconhece a dominação e ao reconhecê-lo gera situações que também “libera e empodera o homem nos campos tanto material quanto psicológico” (DEERE e LEÒN, 2003, p. 55), porque implica mudanças nas relações sociais entre os gêneros.

Um dos temas que experimenta mudanças, a partir da indução ao empoderamento, de uma consciência da discriminação, é a violência contra a mulher. Não é um processo linear, com começo e fim. É moldado ao longo da história. A sociedade atual já vivencia alterações na forma de enxergar e lidar com a violência. Assim, também o MPM.

4. “Mal agourando” a violência.

Este é mais um capítulo na organização do MPM. O combate à violência praticada contra as mulheres vinha seguido do desafio de compreender “os porquês” dessa violência e como gerar mecanismos de defesa. Segundo Márcia Camargo (1998, p. 123) “A violência não é exercida diretamente sobre todas as mulheres, mas introjetada por elas como uma ameaça pertinente a todas”. Esta ameaça pertinente a todas reflete o modo de consagração de um espaço privado onde se ocultam todas as formas de violência, principalmente a doméstica.

A partir da segunda metade da década de 1980, com as suas múltiplas faces, o feminismo brasileiro insere o tema “violência contra a mulher” como “bandeira de luta” prioritária na agenda de reivindicações, inaugurando uma nova fase de reflexões. A violência contra a mulher é um componente das relações desiguais entre os gêneros, segundo Ana Paula Portella

[...] “atravessa” as demais relações sociais, sobrepondo-se a elas, e manifestando-se de forma relativamente homogênea em todas as classes e segmentos sociais. A segunda idéia é de que a condição primordial para se lidar com a situação violenta é a recuperação da autonomia das mulheres – ou o seu “empoderamento” – para que elas mesmas sejam capazes de sair da situação em que se encontram (2005, p. 93)

No contexto, onde somente a autonomia das mulheres seria capaz de fazer com que as vítimas da violência saíssem desse circuito, o MPM trouxe à cena pública a decisão do 8º Encontro do Movimento Popular de Mulheres, em 1992:: mobilizar os municípios para a realização de um levantamento sobre essa realidade. Deflagrou, então, a campanha *Violência! É Preciso dar um basta!*⁶¹. A campanha se estendeu até 1995, e através de panfletos (material muito utilizado pelo Movimento), se inicia uma mobilização da opinião pública e a exigência de implementação de políticas afirmativas que pudessem garantir a cidadania às mulheres sul-mato-grossenses.

Violência! É Preciso dar um basta. A violência contra a mulher tem crescido assustadoramente. Ameaças, espancamentos, estupros são manifestações de força que permeiam o cotidiano das mulheres. É preciso dar um basta! É preciso que a sociedade e autoridades nos engajemos nesta luta. Medidas importantes devem ser tomadas na defesa dos Direitos da Mulher e da sua Cidadania: Implantação do Programa Integral à Saúde da Mulher; Descriminalização do Aborto; Proibição da exigência de atestado de esterilização, de teste de gravidez e de anti-HIV como condição para admissão e/ou permanência no emprego; Criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher vítima de violência;

⁶¹ Relatório do 8º Encontro do MPM-MS, 1992.

Criação e manutenção de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica; Execução de programas que visem coibir a violência e a discriminação sexual, racial ou social contra a mulher. (Panfleto MPM-MS, 1993).

Outra campanha intitulada *Violência, tô de olho em você!* (ANEXO I, 1996) foi realizada. Esta campanha foi fruto dos debates da Semana 25 de novembro, com o tema: “Direitos das Mulheres Também são Direitos Humanos”, realizada entre os dias 25 de novembro à 10 de dezembro de 1996. Foram redigidos panfletos para serem distribuídos em todos os grupos do Estado, cujo conteúdo seria discutido nas comunidades, com propostas de organizar atos públicos para denunciar os casos de violência e o descaso das autoridades competentes. Além dessas medidas, vale ressaltar a criação do disk-denúncia da violência contra a mulher e o atendimento às mulheres que procurassem o Movimento, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa campanha estendeu-se até 1997 com o Seminário “Casa Abrigo” entre os dias 14 e 15 de novembro.

Com a campanha, o MPM esperava chegar até o dia 25 de dezembro de 1998, com mais cinco delegacias de atendimento específico para as mulheres, em funcionamento. Para tanto, era fundamental provocar debates nos poderes executivo e legislativo, nos âmbitos municipal e estadual permitindo que a violência saísse do privado para se tornar um problema de todos.

Para isso, o MPM utilizou, novamente, o método de pesquisa entre as mulheres. Elaborou um questionário, com um total de 10 (dez) perguntas, entre elas, se o município tinha delegacias especializadas, se as mulheres conheciam alguma outra mulher que era acometida pela violência, entre outras (ANEXO II). A pesquisa revelou que 33% das 1.474 (mil, quatrocentas e setenta e quatro) entrevistadas nas 04 (quatro) das maiores cidades do Estado (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá) já tinham sido agredidas ou sofriam violência física de seus companheiros.

De posse desses dados, o Movimento Popular de Mulheres, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Grupo de Gênero da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e outros parceiros, como entidades de direitos humanos e parlamentares, iniciaram uma série de discussões locais e, posteriormente no âmbito estadual, para a proposição da criação de serviços como centros de atendimento, casa-abrigo e delegacias especializadas para o atendimento às mulheres em situação de violência no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em Dourados, o jornal Diário do Povo, em 20 de março de 1997, revela:

[...] um dos crimes mais bárbaros contra mulheres, foi verificado na periferia de Dourados, quando o mecânico Antonio Marcos Pastore [...], assassinou de forma violenta a sua esposa [...]. A mulher tinha registrado ocorrência contra o mecânico na Delegacia de Defesa da Mulher, [...], duas semanas antes de sua morte.

Esta divulgação (e tantas outras), além da atuação do Movimento, em Dourados, fez com que a Câmara Municipal realizasse, em 18 de setembro de 1997, o 1º Seminário sobre a violência contra a mulher, solicitado através de requerimento pelo vereador José Laerte Cecílio Tetila (PT) (ANEXO III). Posterior a este seminário, o mesmo vereador, em 26 de maio de 1998, apresenta Projeto de Lei, aprovado por unanimidade, que institui o Programa de Atendimento à mulher vítima de violência⁶². O programa previa, inclusive, a criação de uma casa-abrigo para mulheres em risco de morte.

Em 1999, altera-se o cenário político no Mato Grosso do Sul. Pela primeira vez na história política do Estado, o Partido dos Trabalhadores (PT), através de José Orcirio Miranda dos Santos, assumiu o governo e foi convocado pelo Movimento a firmar um compromisso: instituir, no Mato Grosso do Sul, organismos governamentais de políticas públicas para as mulheres, com base nas experiências de prefeituras administradas pelo PT.

Em Dourados, a Casa-Abrigo tornou-se realidade quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a administração do município, em 2001, por meio, primeiro, da criação do *Viva Mulher*, um centro de atendimento às mulheres vítimas da violência, posteriormente, com a estruturação definitiva da Casa-Abrigo, em 2005.

A violência contra a mulher tem sido uma das manifestações em que as relações sociais desiguais entre os gêneros, construídas ao longo da história, têm perpetuado o poder patriarcal. É um fenômeno que afeta profundamente a vida de milhares de mulheres, independentes de classe social, raça, etnia ou religião.

O MPM discutiu a violência contra a mulher e a violência sexual, como um dos temas prioritários, mas não houve um discurso sobre a cumplicidade de responsabilidades sobre a questão do aborto, conforme Carla Batista.

Costumamos dizer que historicamente os homens sempre realizaram os seus abortos pela boca. Eles normalmente dizem: "te vira!", "eu não quero este filho, problema seu!", "eu não tenho nada a ver com isso!". Ou simplesmente vão embora, quando já não foram antes mesmo de saber os resultados de uma relação sexual sem contraceção⁶³.

⁶² Informação contida no Jornal O Progresso de 29 de maio de 1998.

⁶³ <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=470>, acessado em 29/07/2009, às 12:54. *O aborto dos Homens*. Artigo publicado no site Católicas pelo Direito de Decidir.

De fato, diante das análises dos documentos do MPM, em nenhum momento, nas campanhas contra a violência, o tema sobre o aborto foi discutido. É importante compreender que há uma distância entre o que se entende por conquistas legais e a concretização de ações de políticas públicas. Mesmo que um número significativo de pessoas seja contrária à descriminalização ou legalização do aborto, as mulheres o praticam, e esta é uma realidade à qual não pode ser tratada como pano de fundo. Este distanciamento também é percebido no que se refere às políticas públicas e à autonomia do MPM.

Com a criação da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulher pelo governo do Estado e quando lideranças do Movimento passam a atuar no interior do Governo, o MPM perde força, ou seja, os seus quadros não conseguem fazer uma discussão ou elaboração de propostas, enquanto movimento popular e o Governo se transformava, então, no detentor e executor das *lutas*: “[...]surgiu a coordenadoria da mulher e as cabeça foram pra lá e abandonaram nós. Quer dizer, foi ficando e nós ficamos enfraquecida, as pessoas foram saindo [...] (Entrevista: Enereilda Gomes, 2008).

Para Enereilda, esse enfraquecimento aconteceu quando as lideranças foram compor o governo, como assessoras da Coordenadoria de Especial de Políticas para as Mulheres. Para Bárbara a desarticulação foi por um erro de estratégia política do próprio Movimento, porque, como muitas foram para o governo, aquelas que ficaram não conseguiram acompanhar os projetos e as discussões, naquele momento

Este um relato demonstra profunda tristeza, quase um sentimento de abandono. Quando Enereilda diz “nós ficamos enfraquecida”, de certa forma significa que em situações anteriores, quando estavam juntas, o sentimento era de fortalecimento, ou *empoderamento*.

Para Enereilda, a articulação e mobilização do Movimento era motivação para ela conquistar mais saberes. Para Bárbara, em nenhum momento as lideranças quiseram perpetuar na direção do Movimento e para isso era preciso que outras mulheres assumissem a coordenação.

Para Bárbara, uma das lideranças do Movimento, o empoderamento acontecia quando atingiam suas idealizações.

Com certeza, toda uma política pública que hoje no Estado tem com relação a questão da mulher o MPM tem a sua contribuição, uma

contribuição no sentido da construção desse ideal...nós queremos e queremos dessa forma ...e aí fica uma grande incógnita...(Entrevista: Bárbara Jandaia, 2008)

Algumas mulheres avançaram na compreensão do que é “gênero”, outras continuam a caminhar ainda na perspectiva do determinismo religioso, embora com outras leituras. Assim escolheram. As escolhas também fazem parte do processo de empoderamento ou mesmo, do não empoderamento.

[...]

Muito estranhas são as Bruxas

*É gente que fica horas olhando as estrelas,
tentando decifrar seus mistérios, e sempre conseguem.
Gente que lê em fundos de xícaras, em bolas de cristal, tarot, com pedras, na areia,
nas nuvens, no fogo, no copo d'água...
São muito estranhas!*

*Viajam de avião, a pé, de
carro e em lombos de animais, agradecendo pelas oportunidades que a vida lhes dá...
Aliás, essa gente estranha agradece por tudo, até
pela dor, que chamam de mãe, pois acreditam que é a forma mais rápida para a evolução..*

Muito estranhas são as Bruxas.

(Graça Lúcia Azevedo)

CAPÍTULO III

PODEROSA POÇÃO

Ambígua, a bruxa pode ser tanto a bela jovem sedutora (ainda sem marido e cheia de pretendentes) como a horrenda anciã (viúva solitária), aparentada com a morte. Como um tipo psicossocial que emerge no final da Idade Média, essa imagem abarca uma ampla gama de traçados históricos sobre as mulheres e as várias etapas de suas vidas: infância, menarca, juventude, defloramento, gravidez, parto, maternidade, menopausa, envelhecimento e morte. O que a figura da bruxa ensina é um certo modo de enxergar a mulher, principalmente quando esta expressa poder (ZORDAN, 2005, p. 332)

O poder da mulher/bruxa, pela concepção patriarcal, originava da convivência com os demônios. Era inconcebível, até pouco tempo, imaginar que a mulher, por si própria, tivesse a capacidade de curar, através do conhecimento que tinha sobre a manipulação das ervas medicinais, menos ainda, acreditar que essa mesma mulher fosse capaz de se organizar num coletivo de mulheres, saindo do espaço privado para outro espaço social tematizando suas ações difundidas em nível público e privado.

Marcela Lagarde define poder como

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder. (1993. p.154)

Se o poder “consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro”, entende-se que o mesmo está engendrado nos mais diversos níveis sociais, ou seja, opera nas relações interpessoais e nas ações estatais. Assim, o patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social, sobretudo o controle sobre a vida das mulheres. Reforça o poder masculino no espaço familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril). (COSTA, s/d).

Para Bourdieu, o fenômeno da dominação está impregnado no pensamento de dominados e dominantes e se expressa no próprio corpo por meio da manifestação de seus *habitus*, - capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes

por meio de disposições para sentir, pensar e agir - sendo este a “[...] força dormente de onde a violência simbólica extrai a sua eficácia”. Ainda segundo Bourdieu, as relações sociais entre os sexos são orientadas segundo essa lógica da dominação (masculina), situada no campo da dominação simbólica (BOURDIEU, 1999, p. 8).

Enereilda recorda, que ao fazer contatos com mulheres para participarem do projeto de alfabetização organizado pelo MPM, um acontecimento chamou-lhe a atenção, fato importante para as militantes que se dedicavam a contribuir para o empoderamento feminina.

[...] e (sic. referindo-se a uma mulher da comunidade e seria uma educanda no futuro) ela tava com o papel na mão que ela tinha recebido e ela queria saber o que era aquilo, correndo. E um vizinho não sabia ler, a outra não sabia...e aí eu tava caçando alunas eu não conhecia ela e na hora eu cheguei, aí a Conceição falou “ela sabe Expedita pergunta pra ela”(...) aí eu li(...) e era uma coisa que era importante pra ela e ela ficou contente. Aí eu falei assim “mas a senhora não sabe lê nadinha, nadinha?” Ela falou “não eu nunca tive oportunidade, meu marido era ruim”, era aquela coisa dos homens que não deixava a mulher sair [...] (Entrevista: Enereilda Gomes, 2008)

Muito foi negado às mulheres, principalmente o conhecimento formal a partir da justificativa de pais e companheiros (maridos) que reforçavam o papel feminino apenas para a lides doméstica. Alguns fatores apontam para certa mudança nas relações de dominação entre homens e mulheres. O principal fator reside na discussão sobre o domínio masculino fundamentado pelo campo simbólico, segundo Bourdieu

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível, a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pela vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em ultima instancia, do sentimento (1999, p.8)

O fortalecimento da desigualdade entre homens e mulheres esteve organizado a partir das hierarquias de gênero, forjada através das práticas patriarcais. Isso nos faz pensar que a conquista da igualdade entre os gêneros “[...] requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens econômicos quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher” (DEERE; LEÒN, 2002, p. 54).

Os fatores como: o aumento da presença das mulheres nos processos educativos,

sua inserção no mercado de trabalho, a possibilidade de autonomia econômica, bem como, sua responsabilidade como provedoras da família, permitem – em uma perspectiva mais ampla – que, ao deterem em suas mãos o poder aquisitivo e contribuam efetivamente para tomadas de decisões na família, o empoderamento transpõe a esfera privada. Isso porque, de certa forma, essas mulheres contribuem de modo mais efetivo para o desenvolvimento dos seus espaços: cidades, bairros, comunidades, associações de moradores, dentre outros.

O empoderamento feminino, então, avança para os espaços públicos, pode alterar relações, fragilizar poderes arraigados nos espaços políticos e governamentais e está

Relacionado a uma das vertentes do conceito de participação, o empoderamento ou “empowerment”, estabelece um diálogo com as formas de aquisição de poder e como estas agem sobre os recursos necessários ao desenvolvimento de uma região ou qualquer outro tipo de espaço. Dessa forma, percebe-se que o empoderamento efetivo das mulheres deriva de uma reformulação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (FILHO; REGINO, s/d)⁶⁴

A participação ativa pode ser considerada como um dos pressupostos importantes para o empoderamento da mulher como na frase a seguir: “Sei que nada no mundo se consegue facilmente: é preciso lutar e conquistar aos poucos tudo o que queremos” (Maria Hanako Prates Olivieri - em memória). Esta frase foi escrita por uma adolescente, militante do MPM, em Três Lagoas, cuja vida foi interrompida por um acidente. Sua frase foi utilizada em um panfleto comemorando o 8 (oito) de março de 1996. Hanako era filha de Bel Prates e João Carlos Olivieri e, pelo relato de militantes mais antigas, Hanako seria a “nova mulher”. Foi incentivada pelos pais, desde muito cedo, a pensar sua condição de mulher e cidadã e poderia ser exemplo para muitas outras. Com essa afirmação de Hanako e o registro de sua militância no Movimento:

[...] o empoderamento como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (FREIRE; SHOR, 1996).

⁶⁴ Artigo mimeografado, Renato Macedo Filho é Doutorando em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, UFBA/BA; Fabiane Alves Regino é Mestranda em Ciências Sociais, UFBA/BA

Maria Aparecida Palmeira tem recordações de Hanako e a sua participação nos eventos organizados pelo Movimento, lembrando que, como Bel, ao estimular a filha a pensar diferente, outras mulheres também foram capazes de agir em busca dos seus direitos.

[...] choramos a perda da companheira Hanako, uma adolescente de 15 anos, era uma menina que estava inserida nos movimentos populares[...] e mais mulheres lutando pelos seus direitos, lutando não, em busca dos seus direitos. Deixou de ser uma luta e passou a ser uma busca porque elas já sabiam onde buscar né, então isso marcou muito. E eu tenho assim carregado durante toda minha vida, porque hoje eu to pouco afastada do movimento, mas eu ainda carrego as lembranças dos encontros, dos momentos bons, das horas alegres, dos choros e de tudo isso que conquistamos. (Entrevista Maria Aparecida Palmeira)

Essa recordação de Maria Aparecida Palmeira, carregada de saudosismo, demonstra que, o empoderamento, enquanto uma mudança radical dos processos e das estruturas que reproduzem a submissão feminina, não acontecia. No que diz respeito ao desenvolvimento coletivo e individual, de mudança de mentalidade e de atitudes, o empoderamento é sinônimo, para Maria Aparecida Palmeira, de participação e integração das mulheres. Esse empoderamento se efetivou, através da participação maciça de mulheres nos encontros, e da execução dos projetos pensados pelo Movimento, como o PALMAS. Este despertava o desejo de aprender a ler e escrever para “ler o mundo”.

O mesmo sentimento de participação e de transformação social acontecia com Enereilda. Há uma vontade solidária em contribuir para a mudança de mentalidade do “outro” a partir da sua própria conscientização enquanto ser humano, independente de classe social, conforme descreve, em tom de desabafo.

[...] a gente queria abrir mente das pessoas. Queria que as pessoas deixasse de ser omissas e as pessoas assim...eu não tô sabendo falar a palavra certa...as pessoas era assim... muito oprimida. O poder oprime o pobre e aí o pobre fica se sentindo assim que nem um cachorrinho de rabo baixo, cabecinha baixa. Se vai falar com uma pessoa não tem coragem de erguer a cabeça porque é pobre? Não..pobre arribita o nariz...não pode ser...pobreza não é defeito.. (Entrevista: Enereilda Gomes de Oliveira, 2008)

Para D'Àvila, a participação das mulheres em associações e outras organizações são fatores preponderantes para a conscientização de sua própria condição e das características de suas vidas, conforme segue

[...] a presença em associações de bairro e organizações não governamentais, por exemplo, contribui, de maneira importante, para o processo de empowerment feminino. Esses espaços constituem-se em vias de acesso à participação social e à conscientização de direito e possibilitam afastamento da esfera doméstica, bem como aumento do controle de seus próprios destinos.(D'ÁVILA Neto M. ; PIRES, C. B. 1998, p. 14-21.)

A inserção feminina nessas organizações da sociedade civil – clubes de mães, associações de bairros, movimentos populares – é a demonstração da vontade e do desejo, sentido por essas mulheres em transformarem as funções tradicionais que lhes foram atribuídas pelo poder patriarcal e serem valorizadas como sujeitos políticos, com deveres e direitos. A partir da sua participação em movimentos e outras organizações, começam a sentir as “ordens” culturalmente impostas e passam a questionar qual é o seu papel social, enquanto mulher, e redefinem sua participação, ocupam outros espaços de discussão e por fim, sua importância no âmbito social. Para Lauretis

[..] “sujeito do feminismo”: aquele que parte da sua própria experiência de opressão para questioná-la e transformá-la, em vez de simplesmente negar sua existência, um sujeito cuja identidade está sempre em construção e, portanto, em mutação. (LAURETIS, 1994, p 217)

Para Bárbara, a participação efetiva na luta por direitos iguais, ou pelo menos a conscientização da sua condição de “ser” mulher, enquanto sujeito político, movia as mulheres militantes. Mesmo as lideranças, segundo ela, participavam mais para se identificarem enquanto atrizes de transformação social. Não era necessariamente “fazendo Movimento para outras mulheres”, mas pra elas próprias, pois sentiam a necessidade de se identificarem, enquanto mulheres conscientes e críticas de sua condição desigual na sociedade.

Primeiro sempre disse que quando a gente, eu pelo menos, entrei no movimento popular de mulheres não foi para a mulher. eu também cresci nesse movimento com o sentido de me identificar com mulher ne eu tenho isso muito claro até hoje que a gente tá no movimento de mulheres não é pra outras mulheres. É pra mim... pra mim como mulher que vou me descobrindo na sexualidade, pra ir descobrindo o meus direitos enfim ...mais nunca senti fazendo movimento pra outra [...] isso é, porque voce entende determinados limites que essa luta traz, a memória desse movimento, o que a gente guarda, o que a gente analisa de todo esse processo. Esse movimento teve sua trajetória de envolver mulheres, de organizar mulheres, de propor políticas públicas, porque

nós crescemos também na discussão do que seria o instrumento, quais os instrumentos que a gente poderia ter né, como política pública (Entrevista: Bárbara Nicodemos, 2008)

Essa recordação da Bárbara apresenta de forma incisiva, com consciência sobre o que está falando, a solidariedade intrínseca ao Movimento. Mulheres com formação política mais ampla, contribuíam para o processo de aprendizagem de outras, e como contrapartida, a união dessas mulheres proporcionava às lideranças um conhecimento significativo delas próprias. Tal afirmação recai sobre a análise de uma relação do “poder para” com o “poder com” compartilhados, defendidos por Deere e Leon, ou seja, “quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum” (2002, p. 54)

O empoderamento, ou fortalecimento feminino, segundo Ana Alice Costa

É o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (s/d, p. 06).

Ainda segundo a autora, citando Stromquist, para a ocorrência do empoderamento, a mulher necessita da “[...] construção de uma auto-imagem e confiança positiva; habilidade para pensar criticamente; coesão de grupo; tomada de decisões e; ação”, além de envolver “componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos”. A partir desta composição encontra-se a “perfeita definição de empoderamento” (COSTA, s/d, p. 07).

Assim, as reflexões a seguir, são demonstrações dos “poderes”: da palavra, da cura, da ousadia e da coragem, alcançados por estas mulheres. Embora de forma pontual, ou mesmo específica, as mulheres pesquisadas e entrevistadas descobriram a fórmula mágica para diminuir o efeito dos males que as afligiam. Com essa poderosa poção, gradativamente, mostravam que não nasceram destinadas à submissão e, por natureza, não eram inferiores.

Durante longo período da história brasileira, as mulheres pobres foram destinadas a não ter uma educação formal, principalmente, quando a faixa etária era superior a 35 (trinta e cinco) anos. A luta permanente pelo direito à instrução merece ser reconhecido pelo “poder da palavra”.

1. Da palavra

A educação feminina não poderia ser concebida, no século XIX, se não estivesse vinculada a uma formação cristã, ou seja, privilegiava a educação do coser. Passando pelas máquinas de costura, pelo esforço teórico e prático em adquirir uma leitura mais elaborada, as mulheres impuseram nova realidade, abriram, então caminhos possíveis para seu empoderamento.

Esse empoderamento significa uma mudança no modelo de dominação patriarcal: o controle do trabalho feminino, controle da sexualidade, limitar o acesso aos recursos culturais, econômicos, sociais, ao poder político e, sobretudo, a reprodução da violência, são âmbitos a serem transformados. Dona Maria deixa transparecer essa mudança, quando afirma: “tinha medo até de gente eu tinha medo, e hoje em dia não [...] pode ser o rico pode ser o milionário qui vim, eu converso com tudo e infrento tudim” (Entrevista: Maria Ferreira, 2008).

O medo de outras pessoas acontecia pela sua condição de pobre e analfabeta e essa “coragem” ou esse “sentimento”, descrito pela entrevistada, se alterou através da participação nos grupos de mulheres, organizados pelo MPM – de Dourados e do PALMAS – quando aprendeu a ler e escrever. Ou seja, outra leitura de mundo foi possibilitada.

A vida de Dona Maria assume novas formas ao criar estratégias – especialmente interiores definidas como “poder de dentro”, ligado à auto-estima – de enfrentamento à discriminação e ao preconceito devido a sua condição. Para Deere e León, o “poder de dentro” surge “[...] quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas.” (2002, p.54)

Mulheres sentiram-se felizes ao construírem, juntas, o que Paulo Freire chama de “educação libertadora”. Sentiam-se sujeitos do seu “pensar”. De maneira explícita manifestavam o seu pensar e o de suas companheiras, como Geni Palombo (*in memoriam*), monitora de um grupo na Vila Vieira, em Dourados, através da suas rimas:

O projeto palmas
Não pode parar
Ele abriu nossos olhos
Para a vida melhorar

Mesmo sendo alfabetizadas
Pretendemos continuar
Nós seremos mais felizes
Poderemos até cantar.

Nós da Vila Vieira vamos parabenizar
O Movimento Popular de Mulheres
Porque hoje juntas
Queremos continuar...

O ano 1996 foi o primeiro do projeto de alfabetização, organizado pelo MPM-MS. A partir deste projeto muitas mulheres se foram, outras tornaram-se lideranças, ou se envolveram com as políticas públicas para mulheres. Maria Aparecida Palmeira ao recordar, durante entrevista, o convívio com algumas militantes atuantes no MPM naquele momento histórico, no que se refere à condição atual das mesmas, responde

Então, eu vejo que elas estão aí empenhadas na luta, né? em outros segmentos. Um tabalhando como funcionárias públicas, outras trabalhando com as políticas públicas pra mulher, outras tão aí fazendo mestrado (risos). O Movimento contribuiu com tudo isso. Eram muitas mulheres que tavam apagadas pra vida e o projeto de alfabetização veio como uma luz, não só pras mulheres do movimento, mas pras mulheres do Mato Grosso do Sul onde tinha esse projeto palmas, como é o caso de Três Lagoas, Fátima do Sul, de Dourados, de Campo Grande, Aquidauana (Entrevista: Maria Aparecida Palmeira, 2008).

Pelo relato de Dona Maria, de Maria Aparecida Palmeira e nas rimas de Geni, mudanças ocorreram porque desafiaram relações patriarcais. Acreditaram nas suas capacidades e reconheceram seus direitos. Entretanto, o empoderamento é relativo. Mesmo aquelas que souberam o poder da palavra, não conseguiram romper com a crença dominante: o espaço público é do homem.

No trabalho desenvolvido durante as aulas do PALMAS, algumas mulheres concebiam o processo político, mas apenas no âmbito das eleições. Apesar de pensarem a respeito de candidatos com propostas para a sociedade e com uma conduta honesta, sempre se referiam à figura masculina, definida na expressão: “um candidato”, “um prefeito”, “trabalhador”. Desse modo, continuavam a reforçar a ordem patriarcal, ou seja, o espaço

público era considerado predominantemente masculino também por essas mulheres, vítimas dessa dominação.

Essas afirmações são reforçadas ao observar-se o exercício (Fig 02), produzido pela educanda, Maria M. Viana, aluna de Enereilda, no Bairro Cel Antonino, em Campo Grande, 1996. Nesse momento, as mulheres não se percebiam participantes de um processo, não se sentiam inseridas nesse contexto de intervenção direta e de representatividade.



Fig. 2 – Texto produzido pela educanda Maria M. Viana. Exercício elaborado pela monitora Enereilda Gomes, em uma das salas do PALMAS, no Bairro Cel. Antonino, em Campo Grande.

O “não se perceber como participantes”, ou sem a noção de pertencimento à determinada comunidade, um dos grupos do PALMAS, em Fátima do Sul, revelou um comportamento conflituoso. Para a monitora Ruth Alves as diferenças entre elas serviam como armas, para iniciarem o conflito. A novela e o frio eram desculpas para não participarem do projeto, seguidas do desabafo da monitora: “Deixo registrado aqui minha decepção e minha tristeza. Por mais que eu tenha me esforçado, a turma não apresentou o

resultado esperado”⁶⁵.

O empoderamento é “ Para Almas Livres de Mulheres, Acorrentadas ao sonho e ao Sofrimento”⁶⁶. Ruth acreditava na educação como um sonho possível, mas as pessoas fazem escolhas, e o não empoderamento é o resultado de escolhas frágeis ou de não fazê-las. Permitir-se escolhas, pela mulher e a aceitação dessas escolhas pelos homens, constitui-se em um processo complexo e conflituoso, principalmente, porque o homem encontra-se em fase de adequação frente às alterações da ideologia patriarcal e ao surgimento de uma nova mulher. A sobrecarga que a identidade patriarcal impõe gera conflito e este é descarregado na mulher, através da violência. Foi com a poção da coragem, que as mulheres romperam o silêncio.

2. Da coragem

Na atualidade, muitas mulheres optaram pela independência econômica, outras levam a vida sem muita correria, com simplicidade, entretanto com consciência daquilo que desejam fazer. Enereilda, é um exemplo disto. Tem casa própria, filhos adultos, netos, vai à Igreja, continua participando das atividades do bairro, dos conselhos municipais, mas, segundo ela, gosta realmente de fazer o enfrentamento à qualquer forma de violência.

Se eu vê violência, onde eu vejo eu me intrometo, eu não aceito violencia. Eu não gosto. Tem muitas coisas que a gente faz um filme na sua cabeça (...) eu gosto mesmo é de indicar as pessoas “vai lá, vai lá, lá você vai vai ser bem atendida” (...)eu acho que como cidadã de uma certa forma o que eu pude ajudar, acho que ajudei. (Entrevista: Enereilda Gomes, 2008)

Ela percebe que, após a criação dos mecanismos de combate à violência como delegacias especializadas e centros de referência, além do “poder” em conscientizar outras mulheres ainda contribui para que outras possam ser atendidas, na rede de combate à violência. Quando Enereilda, diz na entrevista, “vai lá”, está se referindo aos instrumentos não utilizados por pessoas que deles necessitam, por desconhecimento, e ela, pode indicar.

Outros espaços de discussão são tecidos pelas mulheres, militantes do MPM em parceria com a Central de Movimentos Populares-CMP. Em 05 de maio de 1995, por exemplo, as mulheres elaboraram uma Carta aos Vereadores, em Campo Grande com o

⁶⁵ Relatório sobre a sala do PALMAS – Jardim Brasilândia, Fátima do Sul, 10 de julho de 1998. Manuscrito por Ruth Alves Gomes.

⁶⁶ Idem.

objetivo de demonstrar a indignação pelo veto de dois vereadores ao projeto apresentado pelo vereador Pedro Teruel (PT), que criava um programa de abrigos para mulheres vítimas da violência. Essa manifestação pública foi uma demonstração da construção de uma identidade feminina não passiva às agressões e à violência a sua dignidade, conforme apresenta trecho da carta.

Assim indignadas com o veto dos vereadores Sérgio Martins, Waldir Brito, ao projeto apresentado pelo vereador Pedro Teruel, que cria o “Programa Municipal de abrigos para a mulher vítima de violência”, desconhecendo a realidade vivida pelas mulheres de nossa cidade, assim como a luta que o Movimento Populares de Mulheres vem realizando há anos pela conquista da cidadania, não podemos aceitar, nem nos calar diante da alegação de que a Câmara não tem poderes para aprová-la; é muito pouco para quem assiste e vê diariamente mulheres humilhadas, machucadas e até assassinadas, sem ter a quem e onde recorrer (Manifesto, 1995)

O empoderamento das mulheres, em relação à temática da violência, aconteceu quando insistiam na criação de uma consciência militante em denunciar sempre. As mulheres priorizavam o combate e a denúncia a qualquer prática de ameaça e agressão, além de estimularem novas relações entre homens e mulheres, permeadas por solidariedade e igualdade: de oportunidades, de carinho, de respeito, no trabalho, dentre outras.

As mulheres perceberam que a violência contra a mulher era também um problema de saúde pública, na medida em que sofriam caladas e as visitas aos postos de saúde aumentavam. E a luta pelo atendimento à saúde, mais específico para mulheres, transformou-se em outra poção: a da cura.

3. Da cura

Na década de 1990, saúde, educação e o combate à violência foram os três eixos norteadores da atuação do MPM. As militantes sempre estiveram envolvidas em audiências para a discussão de políticas públicas para a saúde da mulher envolvendo a criação e implementação dessas políticas, o funcionamento dos equipamentos de atendimento, além de realizarem e participarem de capacitações.

O Movimento, naquele momento, já acumulava conhecimentos e experiência para o atendimento às mulheres, em diversos âmbitos, condição que incentivou a efetivação de parcerias com a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres. Essa parceria tinha

por objetivo, capacitar servidores públicos atuantes na rede de saúde pública e educação, além das delegacias. Tal parceria está expressa na deliberação da 1ª Plenária do MPM realizada nos dias 06 e 07 de março de 1999, na sede do IBBIS.

A coordenadoria tem a preocupação com os órgãos públicos que atende as mulheres como por exemplo os postos de saúde, delegacias, IML, etc, são locais que precisam qualificar os funcionários para tal atividade, seja para atender as mulheres em caso de violência, doenças, ou até mesmo uma informação (Relatório de Reunião, 1999, p. 01)

Essas qualificações, mesmo sendo direcionadas ao funcionalismo público, eram pautadas em reflexões acerca do mito das bruxas: raizeiras, parteiras e benzedadeiras. As militantes, entre os grupos, elaboravam trabalhos de conscientização de prevenção da saúde, oficinas sobre a prevenção de DST, através da criação de uma alternativa de saúde popular, princípios fortalecidos pelo Movimento.

Novamente, percebeu-se a ausência, nos documentos, da discussão sobre os direitos reprodutivos. Neste sentido, constata-se uma lacuna a ser preenchida por outras pesquisas, pois esta omissão demonstra uma opção de atuação, haja vista serem poucas as mulheres dentro do Movimento com interesse e capacidade para realizarem as discussões necessárias acerca desse tipo de violência: o controle do corpo feminino.

A que se propuseram – conquista de centros de referência, exames de alta e média complexidades, como mamografias e ultrassonografias, informações sobre a legislação de esterelizações, prevenção de DST – as militantes alcançaram muito.

O empoderamento feminino é pré-condição para a obtenção da igualdade. Entretanto, para conquista da igualdade, principalmente de oportunidades, se faz necessário uma alteração das estruturas sociais, sobretudo culturais, reprodutoras da subaltertnidade da mulher. Para Deere e León, o fato da subordinação feminina parecer naturalizada pela concepção patriarcal, a ruptura com esta ideologia não ocorre de forma espontânea. É fundamental que a mulher “[...] mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a seus direitos e capacidades” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 55).

As 03 (três) poções: educação, combate à violência e saúde, isoladamente, não altera as estruturas sociais que subordinam as mulheres. Isso somente é possível com um ingrediente especial: a incorporação das mulheres nos espaços públicos de decisão. A pitada especial, para o surgimento de poderes compartilhados e ousados, aditivos e positivos: “poder para”, “poder com” e “poder de dentro”, depende da capacitação de

mulheres para o exercício desse poder, socialmente e politicamente, reconhecidos. O poder da ousadia: a política, sem a qual a democracia plena não se realizará, é a grande articuladora dos 03 (três) eixos de discussão e de “luta” do MPM.

4. Da ousadia

Para as mulheres é preciso garantir o exercício de muitos direitos sociais que não são respeitados, na sua totalidade, como o acesso à educação e à saúde, direito ao trabalho com salários dignos. De analfabetas, no século XIX, caminham vislumbrando inúmeras modificações no seu cotidiano. Participantes do Movimento que se sentiam constrangidas ao falarem em público, como reporta Zandira Luvison, conseguiram ao longo dos encontros e, principalmente da militância no MPM, a romper com a timidez e introspecção.

Nós tivemos até 40 grupos aqui na cidade, de mulheres, em vários bairros e isso me animou muito porque eu percebi que elas começaram a falar, começaram se interessar, despertou assim varias lideranças. Muitas mulheres falam assim 'eu sou assim hoje porque comecei a participar dos grupos, eu não falava, eu nem me reconhecia como mulher' (Entrevista: Zandira Luvison, 2008)

As mulheres amadureceram suas perspectivas para o campo político, escolheram e se filiaram aos partidos políticos, lançaram-se candidatas e algumas foram eleitas.

Aparecida Gonçalves deixa transparecer que a mudança radical das estruturas, para forjar esse empoderamento, ocorreria pelo campo político, não apenas institucional, mas também no âmbito de participação. Ela e outras mulheres, em 1985, ao contribuírem no processo de organização do Partido dos Trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul, já concebiam outra leitura sobre a condição feminina

[...] eu já tinha uma outra leitura que não era só a leitura da pastoral, eu já tinha a construção de uma conjuntura que fosse diferenciada, mais política e 85 vai ser o primeiro ano que vai ter eleições nas capitais e nos municípios de fronteira, que até então eram pessoas nomeadas, e foi então a minha primeira eleição, na organização de três grandes campanhas que era Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007).

Em março de 1978, o engenheiro Harry Amorim Costa foi nomeado para o cargo de governador do Estado. Entre 1979 e 1982, o novo estado de Mato Grosso do Sul foi

governado por um interventor nomeado pelo presidente da república Ernesto Geisel.

Em 1º de janeiro de 1979, foi instalado oficialmente o governo de Mato Grosso do Sul com a posse do governador Harry Amorim Costa, em sessão solene no Teatro Glauce Rocha e a presença do presidente Ernesto Geisel e seus ministros. No entanto, antes de completar um ano no cargo, Harry Amorim foi substituído por Marcelo Miranda. Este, por sua vez, foi demitido já em 1979 pelo presidente da República e substituído por Pedro Pedrossian, "[...] de modo a promover maior entrosamento e unidade política no estado, com vistas às eleições de 1982"⁶⁷.

Em 15 (quinze) de Novembro, de 1992, o eleitorado brasileiro foi convocado às urnas para eleger os Governadores de Estado que administrariam suas respectivas unidades federativas pelo interregno temporal de quatro anos a se iniciar em 15 (quinze) de março de 1983, num pleito que envolveu um total aproximado de 70 (setenta) milhões de eleitores sendo a primeira eleição direta para governador de estado desde a década de 60 (sessenta)⁶⁸. A eleição de governadores volta a ser direta, na forma da Emenda Constitucional n.º 15, de 19-11-1980⁶⁹. Essa Emenda restabeleceu, também, o voto direto nas eleições para senador da República, com mandato de oito anos.

Nesse período, Aparecida Gonçalves era uma das representantes do Partido dos Trabalhadores na definição do horário eleitoral, e sentia uma inquietação pelo fato de as figuras masculinas não tratarem o debate, em condição de igualdade, ou seja, como era um “espaço exclusivamente masculino”, os representantes de outros partidos, inclusive do PT, ainda não concebiam a participação efetiva da mulher nos processos de organização política eleitoral.

[...] como eu era a representante do partido nas negociações, negociar os horários políticos no TRE era com os homens e era uma época que quando eu me inscrevia todos se desinscreviam por uma questão de educação (...) eu não podia fazer o debate e a disputa com ninguém porque os homens, os cavalheiros seja de que partido fosse "primeiro as damas primeiro as damas" e até por uma questão do cavalherismo entre aspas vamos dizer assim eu tentativa ganhar os melhores horários para o partido apesar do partido não ter nada não ter tempo isso também me inquietou muito num processo em que eu era única que estava ali fazendo esse processo todo (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007)

⁶⁷ www.progresso.com.br/not_view.php?not_id

⁶⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_Gerais_no_Brasil_em_1982, acessado em 17 de julho de 2009, às 22:34 horas.

⁶⁹ <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103906/emenda-constitucional-25-85> acessado em 17 de julho de 2009, às 23 horas.

No período da formação de uma Assembléia Constituinte, no Brasil,

[...] é claro que tudo isso já vindo de um processo de que o grupo já tinha decidido da importância de ter uma pessoa eleita, ter intervenção política, já vinha com todo esse intuito, mas também já ganhava força porque eu já me articulava com outros grupos tanto eu quanto o Chico, já vinha de outro patamar que vai culminar em 86 (...) aí tem o segundo encontro que a gente começa discutir que tem que existir o MPM já começa ter um movimento que é mais estadual, começa já ter a partir dos encontros começa a ter uma cara estadual porque tem mais ou menos o mesmo discurso, a mesma linha e vai culminar em 86 com a minha candidatura como a única mulher candidata a Constituinte, embora não tenha sido determinando pelo movimento, foi pelo partido, porque a conjuntura que a gente via é que não tinha nenhuma mulher, precisa ter e o partido precisava demarcar esse campo (...) que essas mulheres esse grupos de mulheres vão responder com muita força aí eu tive muito voto, tive pra época, não era para eleição, mas muito voto pra aquilo que era a candidatura de 86 (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007)

As formas diferenciadas de participação de homens e mulheres na vida política têm como origem o pré-estabelecimento de papéis para cada um deles, principalmente o constructo social determinante do que é ser homem e o que é ser mulher. A participação vai além dos projetos políticos eleitorais. Faz-se necessário considerar a participação presente em todos os campos políticos, desde a reivindicação de necessidades básicas, como creches, fornecimento de água e energia, até a disputa para um cargo eletivo. Assim, Aparecida Gonçalves relembra do Encontro em 1985.

[...] então a gente juntou as duas coisas e em 85 tem o primeiro encontro na verdade, que a gente nem sabia que ia se transformar né, num movimento. Era mais num encontro para discutir a questão das mulheres, pra discutir no estado o rumo das mulheres e, foi interessante porque já naquele encontro as mulheres decidiram que tinham que ter uma candidata mulher. Foi hiper interessante. Que precisava de uma representação, que a gente avaliava que não dava porque a conjuntura ainda não permitia uma mulher candidata. Depois, esse movimento e o PT me colocam como única candidata constituinte no MS. Tive três mil e poucos votos. Fizemos uma campanha meio diferenciada. Depois da eleição, precisava cumprir um papel de referência política para aquelas mulheres que acompanharam na campanha no Estado (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007)

As histórias de vida das entrevistadas são reforçadas pela autora Luana Simões Pinheiro, quando esta analisa a participação das mulheres na política brasileira. Elas são protagonistas de um processo efetivo de participação feminina tecendo e dando o tom de suas “vozes femininas”.

A análise dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista, considerados na lógica ampliada de participação, contribui para desconstruir o mito do apoliticismo feminino ao demonstrar que, na verdade, as mulheres participam da vida política, mas o fazem de maneira diferenciada e em esferas que tradicionalmente não foram reconhecidas como políticas. A experiência nesses setores, que são também importantes arenas de preparação para a política institucional, favorece a emergência de indivíduos com capacidade de liderança e motivados a participar da vida política formal. (PINHEIRO, 2008, p. 58)

Na eleição de 1996, para prefeito e vereadores das cidades de Mato Grosso do Sul, militantes do MPM participaram do pleito como candidatas, em diversos municípios. Maria Aparecida Palmeira em Dourados, Bel Prates em Três Lagoas, Célia Flores em Fátima do Sul, Rosimeire em Glória de Dourados, Maristela Farias em Nioaque, Loreni em Amambaí. Destas, cinco foram eleitas⁷⁰ e a atuação foi pautada na defesa das mulheres, mas, sobretudo no combate a violência contra a mulher.

Interessante observar que, encerrando o mandato de quatro anos algumas não tentaram a reeleição e, posteriormente, todas se afastaram da carreira política. Supõe-se que, neste processo, essas mulheres não conseguiram juntar os “componentes” que pudesse vislumbrar a “perfeita definição de empoderamento” (COSTA, s/d, p. 07). Empoderar significa: controlar seu próprio corpo, sua sexualidade, poder ir e vir, fazer escolhas, se permitir novas experiências e, principalmente, tomar decisões e ter responsabilidades compartilhadas.

Na política, mesmo verificando a inserção de mulheres em movimentos sociais, no ato do voto, na militância em algum partido político ou no apoio a candidaturas, no Brasil ainda são poucas as mulheres que ocupam cargos eletivos e ou posições de liderança no campo institucional. A participação política continua sob domínio de “homens adultos de meia-idade, brancos e proprietários”. (PINTO, 1994, p. 38)

A desigualdade de gênero é diferente de acordo com o meio social e de oportunidades a que estão inseridas as mulheres, conforme Gomes

As relações sociais de gênero vão assumir características próprias dependendo da cultura onde estão inseridas, do grupo social ao qual pertencem. É por isso que as formas de opressão e de exclusão que atingem as mulheres das camadas mais pobres da população são completamente diferentes daquelas que afligem as mulheres que pertencem às camadas que detêm o poder social e político, pois as primeiras além da exclusão de gênero, também sofrem a exclusão de

⁷⁰ Bel Prates, Célia Flores, Maristela, Loreni, Rosimeire.

classe (GOMES, s/d, p. 02)

Pressupõe, portanto, que o empoderamento pode variar conforme o indivíduo, através do seu cotidiano, dos seus contextos e da sua história. Conforme as afirmações de Dona Maria (a seguir), virar a página de sua vida era primordial,

[...] porque a mulher naquele tempo a mulher era só pra fazê o serviço de casa e serviço de roça. Acaba o de casa ia pra roça. A muié trabaia em dobro. Trabaia o dobro do que o serviço dos home de hoje em dia. O que era o serviço de roça que eu sei olha é corte de arroz e ranca de feijão e panha de algodão, é bateção de arroz [...](Entrevista: Maria Ferreira, 2008)

Para Dona Maria, o fato de não mais trabalhar o dobro, de ter aprendido ler, escrever e poder sair às ruas, sem auxílio de outras pessoas significa alcançar “poder”. Mas esse serviço dobrado também lhe conferiu conhecimento, que poucos “homens de hoje” conseguiram apreender. Para Enereilda, o empoderamento é sinônimo de intromissão, revolução, desde que estes sejam para o auxílio de outros: “eu acho que sou assim, meio revolucionária, eu me intrometo muito nas coisas dos outros (risos)”.

Para outras mulheres o empoderamento pressupõe fortalecimento de grupo, este “pode ser superior à soma de suas partes individuais” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 54).
Como Aparecida Gonçalves

[...] as coordenadoras da região eram reponsáveis pelos municipios da região, né. Então era quem ia fazer o debate, fazer as articulações, então foi assim que ele se constituiu enquanto movimento. Era movimento porque não tinha controle mesmo, não tinha controle, eram idas e vindas, ninguem conseguia furar. Fora a pesquisa feita pela Coordenadoria da Mulher, que o movimento aparece como terceiro, ate então a gente não tinha noção do tamanho do movimento (Entrevista: Aparecida Gonçalves, 2007).

E Bárbara continua

[...] desaparece a articulação que o movimento tinha e o que o movimento fazia. Mas o movimento nao desaparece porque voce começa a ver que é Três Lagoas, quanto Dourados, quanto Corumbá, quanto Coxim, enfim vários municipios tem movimento né. Você vê mulheres que eram militantes na epoca, hoje, como mundo novo aconteceu umas das nossas monitoras é secretária da saude lá. Então a memoria que eu faço do movimento nesse estado é que nós tivemos aqui no estado um momento historico dessas mulheres, de honestidade, de construcao de cidadania. O

movimento não acabou porque existe mulheres hoje que estão aí fazendo coisas. O movimento passa e a gente fica.

É possível pensar nas atrizes sociais do movimento de mulheres como construtoras de um discurso próprio, cujas produções no mundo particular e nas práticas micropolíticas, podem significar um processo de revolução dos pequenos significados e símbolos do cotidiano, na medida em que buscam romper com identidades consolidadas pela ideologia patriarcal. Foram esses os sentimentos expressos por Leyde ao concluir seu trabalho de especialização em gênero, pela Universidade Católica Dom Bosco

Em 1995 conheci a Cida Gonçalves, militante/dirigente do Movimento Popular de Mulheres. Por meio dela conheci o feminismo e minha vida se transformou. A luta tornou-se maior, mais ampla. Tornei-me militante do Movimento Popular de Mulheres. Lá encontrei tantas companheiras queridas, guerreiras e de luta! Aprendi ser feminista. Retornei à minha origem humilde e passei a olhar mais para as pessoas excluídas. E acredito que o feminismo vai além de ser proposta política, uma ideologia, representa muito mais. Ser feminista é ter atitude! É querer um mundo comprometido com a transformação social, e também dizer não às todas as formas de violência, combater as discriminações de gênero, classe social, étnico-raciais... É buscar a distribuição de riquezas, lutar por justiça, agir em defesa dos princípios democráticos (PEDROSO, 2008, p. 75).

Como Leyde Pedroso, para Vera Soares, o movimento de mulheres tem, constantemente, promovido mudanças nos comportamentos, reivindicado transformações políticas mais amplas que culminariam em uma sociedade melhor e mais justa, através da possibilidade de um mundo compartilhado, “[...] com a criação de espaços públicos em que os indivíduos possam afirmar suas identidades e estabelecer relações de reciprocidade e solidariedade, [...]” (SOARES, 2004, p. 178).

Para a Rede Mulher de Educação e autoras como Jeanine Anderson, as mulheres têm recursos como: conhecimentos, destrezas, habilidades, aos quais chamam de “ativos” que foram divididos por Anderson (2004, s/d), como: econômicos, culturais, legais, educativos, políticos e sociais, e estes servem para desenvolver seus projetos e agilizar suas ações.

A antropóloga Jeanine Anderson diz que um ativo “é um bem, direito, dote intangível ou capacidade que permite que a pessoa atue em prol de seus interesses”. Jeanine ressalta que este conceito de “ativo” é útil para evidenciar alguns recursos que as mulheres possuem, permitindo que deixem de ser vistas permanentemente como carentes ou vítimas. Trata-se de reconhecer “porta-fólios” de bens e recursos de todo tipo –

desde os materiais até os simbólicos – que permitem a uma pessoa ou grupo entabular relações de negociação e intercâmbio com outras pessoas ou outros grupos. (2005, p 08)

Anderson (2004, s/d), ainda afirma que os ativos são indicadores de empoderamento das mulheres, ao permitir que cresçam no aspecto pessoal e coletivo e que avancem na realização de seus projetos, como aconteceu à grande parte das mulheres que foram alfabetizadas. Quando esses ativos, ou poderes, não são reconhecidos torna-se difícil o empoderamento, como o ocorrido em um grupo, em Fátima do Sul. É necessário identificá-los para se perceberem como capazes.

Politicamente, as militantes do MPM sentiram-se empoderadas pelo viés do reconhecimento de suas histórias, pelas experiências adquiridas. Esse reconhecimento permite apreender o caráter do patriarcado, pois este, mesmo com as conquistas femininas, não foi destruído, haja vista as diferenciações de salários para a mesma função, entre homens e mulheres, o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva.

As mulheres do MPM, durante a década de 1990 combateram o analfabetismo, a violência e falta de atendimento à saúde da mulher, mas não conseguiram alcançar o empoderamento em relação aos direitos sexuais.

Os direitos sexuais incluem, entre outros: a liberdade de finalidade do exercício da sexualidade, seja recreativa, comunicativa ou reprodutiva; o respeito às decisões pessoais em torno da preferência sexual; a expressão e o livre exercício da orientação sexual; a liberdade de escolha de companheira/o sexual; a escolha de atividades sexuais de preferência da pessoa (CHACHAM; MAIA, 2004, P.82)

Os direitos sexuais e reprodutivos são conceitos relativamente novos, apesar de estarem em evidência, nas reivindicações do movimento feminista, a partir da década de 1990. Entretanto, o MPM não conseguiu aprofundar essa discussão porque não foi capaz de romper com a ordem patriarcal que enxerga a mulher como um ser “dessexualizado” (CHACHAM; MAIA, 2004, P.82).

No campo geral da saúde: controle da mortalidade materna, prevenção de doenças sexualmente transmitidas, esterilização em massa, abertura de hospitais e funcionamentos de postos de saúde, a luta das militantes do MPM foi fundamental na melhoria da qualidade no atendimento à saúde das mulheres, principalmente em Dourados, com o pleno funcionamento do Hospital da Mulher.

Em relação à violência, o MPM, junto com outros organismos de defesa da mulher

sul-mato-grossense, elaborou a pauta de combate à violência, transformando essa pauta em política pública de combate à violência contra a mulher, conforme Bárbara Nicodemos, que esteve à frente do processo.

Vivi o desafio institucional, quando fui chamada a coordenar o Centro de Atendimento a Mulher Cunã Mbarete (que significa Mulher Forte) o primeiro do Estado, tenho orgulho de ter sido um processo discutido dentro do movimento e decidido por ele. A experiência, rica em descobertas, de como se organizava um espaço que pudesse ser um lugar de acolhida e de encaminhamento, que respondesse à necessidade imediata de enfrentamento a essa realidade. [...] A implementação deste serviço trazia consigo uma nova dinâmica no atendimento às mulheres em situação de violência, [...] “lembro que certo dia chegou um carro de bombeiro com uma moça, que apresentava um distúrbio mental, eles a encontraram andando perdida, estava chovendo muito nesse dia, eles já sabiam da existência do centro e a levaram para lá, foi uma discussão se atenderíamos ou não, não tínhamos como deixar de lado aquela situação, é claro que não foi tão fácil administrar essa situação, mas fizemos o que n’aquele momento achávamos que deveríamos fazer” NICODEMOS, 2008, p. 37)

O Programa foi premiado pela Fundação Getúlio Vargas como experiência inovadora (NICODEMOS, 2008, p. 38). Se transformou em um instrumento de prevenção e combate iniciado pelas militantes do MPM. Somente tem valor aquilo que se atribui valores. E o MPM foi capaz de definir políticas públicas, como princípio de empoderamento.

Para essas mulheres/bruxas, o percurso de vida e de empoderamento, não acontece de forma linear, nem de modo consentido e/ou homogêneo. É recheado de desconstruções, de resignificações, confrontos, críticas, ajudas compartilhadas e “sagas” individuais. Implica em superar as inseguranças, continuar sempre com a mente aberta para o novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Movimento Popular de Mulheres foi, delicadamente, iniciado por Leyde Pedroso e Bárbara Nicodemos, na monografia de conclusão do curso de Especialização em Gênero e Políticas Públicas, pela UCDB. Portanto, considero esta dissertação uma alternativa para novos olhares.

Ela abre um importante caminho ao registrar o Movimento Popular de Mulheres partindo do olhar das mulheres que fizeram sua própria história, participaram das “lutas” e dos processos de reivindicação, e mais, essas próprias mulheres se auto-reconhecerão nessas reflexões.

Muitas outras mulheres poderiam ter sido entrevistadas, e os documentos deverão ser explorados por outras (os) pesquisadoras (os), pois há uma infinidade de possibilidades e perspectivas para analisar este Movimento.

O objetivo desta dissertação foi, portanto, analisar as experiências de mulheres que viveram um movimento popular, e que o construíram ao longo da década de 1990. Elas vieram de todas as vielas, florestas, condomínios, sítios, cidadelas, igrejas e foi exatamente essa pluralidade que fez a diferença: misturaram movimento popular com feminismo, “[...] porque todas as atuações e reivindicações eram frutos de uma mesma luta” (PEDROSO, 2008, p. 64). Desenvolveram ações efetivas para a mudança de mentalidade das mulheres sul-mato-grossenses e contribuíram, substancialmente, para a efetivação das políticas públicas para as mulheres, neste Estado. Todas, ao seu modo, têm uma história de “luta”, de superações, de vitórias, a contar. E,

Se os discursos estabelecem uma história, como é o caso, é preciso dar visibilidade a esses discursos que ainda não fazem parte da história oficial de Mato Grosso do Sul. Ao inserir a fala das mulheres, como já dissemos, contribuímos com a escrita de uma história menos excludente (PEDROSO, 2008, p.64)

Encantei-me pela história oral, que rompe silêncios e ela “[...] tem a possibilidade de devolver a palavra aos que não têm outros espaços e o poder de dizer é constitutivo de novas imagens. [...]” (SOUZA, 1995, p. 154). Foram elas, as bruxas, magas, mulheres, com suas Poderosas Poções, que disseram “não” à esterilização em massa; durante anos denunciaram a violência contra a mulher; gritaram por Casas Abrigo; alfabetizaram e

foram alfabetizadas. Romperam muitos silêncios: do preconceito, da discriminação, da violência e da impunidade.

Reconheço a trajetória das mulheres, militantes do MPM e me vejo nela. Foram elas que direta ou indiretamente contribuíram, decisivamente, para reduzir o espaço da desigualdade entre mulheres e homens. Entretanto, muito falta para o reconhecimento da desigualdade de gênero e para o empoderamento feminino como almejamos.

Ao final desta dissertação, afirmo que os movimentos de mulheres são, em grande parte, a fórmula mágica para solucionar as desigualdades determinadas pela cultura, esta foi a representação da capacidade pessoal e coletiva do MPM alicerçada na idéia de magia, ferramenta essencial às bruxas, empoderadas ao utilizarem-na.

O empoderamento é possível, desde que, as mulheres modifiquem suas próprias experiências, se auto-reconheçam como protagonistas da história e se aproximem de outras mulheres com desejos e necessidades comuns. Assim, poderão também, criar mecanismos mais eficazes de resistência e de demonstração, ao homem, que ele é vítima da ideologia patriarcal, da qual ele mesmo é o mentor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDERSON, Jeanine. *Cómo generar activos políticos de las mujeres*. Memoria de Assembleia de REPEM. Mimeo, 2004.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, UNESP, 2001.
- BANN, Stephen. As invenções da história. *In:* _____. *As invenções da História – Ensaios sobre as representações do passado*. São Paulo: Edunesp, 1994.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOFF, Leonardo; BETTO, Frei. *Mística e Espiritualidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BORBA, Ângela. O Feminismo no Brasil hoje. *In:* *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, n. 2, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *A Dominação Masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. *In:* _____. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.
- _____. Unidade e Variedade na História Cultural. *In:* _____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher. *Caderno de Pesquisa: Perfil da mulher sul-mato-grossense*. Campo Grande, 2002.

CAMARGO, Márcia. Novas políticas públicas de combate à violência. *In:* GODINHO Tatau; FARIA Nalu; BORBA Ângela (Orgs) *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARNEIRO, Cristina Helena. *Bruxas e feitiças em novelas de cavalaria do ciclo arturiano: o reverso da figura feminina?*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. SILVA, Iara Augusta da, (org). Cartilha *PALMAS para a cidadania*. Campo Grande, 1997.

CAVALEIRO, Maria Cristina. *“Mulheres em Movimento”*: identidade coletiva e subjetividades nas práticas culturais de lazer na cidade de Diadema. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In:* _____ *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EUFRGS, 2002.

CHACHAM. Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. *In:* VENTURINI Gustavo; RECAMÁN Marisol; OLIVEIRA Suely de, (Orgs). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COELHO, Mariana. *A Evolução do feminismo*: subsídios para a sua história. Org. Zahidé Lupinacci Muzart. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Mimeografado.

_____. *As donas no poder*: Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia: Coleção Bahianas, Vol. 2, 1998.

D’ÁVILA Neto, M.; Pires, C. B. *Empoderamento*: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 50, n. 4. Rio de Janeiro, 1998.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher*: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução Leticia Vasconcelos Abreu et al. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Acampamento Amélia Rodrigues*: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS, Dinâmica, 2006.

FIGUEIREDO, Luzia Araújo. *Uma história de lutas*: as mulheres agricultoras de Mato Grosso do Sul e a criação de seu movimento. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Dourados, 2001.

FILHO, Renato Macedo; REGINO, Fabiane Alves. *O empoderamento das mulheres do sertão*: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural. Mimeografado.

FREIRE, Paulo. SHOR, I. *Medo e ousadia*. cotidiano do professor. Tradução Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: 13. ed. Paz e Terra: Coleção O Mundo, Hoje, 1983

_____. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo Rio de Janeiro: Paz e Terra: Coleção Leitura, 1996.

UNIVERSIDADE. ESTADUAL DE MOSSORÓ/RN. FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*: Trabalhos para discussão n. 113/ agosto 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GOMES, Ana Maria. O que é o Movimento Popular de Mulheres-MS. In: SILVA, Iara Augusta (Org). *Cartilha*: PALMAS: para a cidadania. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

GONÇALVES, Aparecida. PALMAS para a Cidadania. In: *Alfabetização e Cidadania*. São Paulo: RAAAB, n. 4, dez/1996

HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e política: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LANGE, Odila Schwingel. *Violência Doméstica - Cicatrizes da Alma*: um histórico geral da luta das mulheres e o emprego da força contra a mulher na vida conjugal na cidade de Dourados/MS - 1986-2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.

LAGARDE, Marcela. *Cautiverios de las mujeres*: madresposas, monjas, putas, presas y locas. -México: UNAM, 1993.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Buarque de, (Org). *Tendências e Impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: O Rocco, 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto*: Relações de Gênero ou Patriarcado

- Contemporâneo?. Série Antropologia: 284. Brasília, 2000.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do Governo Collor e a tática do PT*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas – SP, 2005.
- MONTEIRO, Angélica; LEAL, Guaraciara Barros. *Mulher da Luta e dos Direitos*. Instituto Teotônio Vilela. Brasília, 1998.
- MORAES, Jô. *Esta Imponderável Mulher*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.
- NICODEMOS, Bárbara Jandaia de Brito. *O Movimento Popular de Mulheres na construção de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher no governo do Estado de Mato Grosso do Sul*. Monografia (Especialização em Gênero e Políticas Públicas), UCDB-MS, 2007.
- Revista de Estudos Feministas/ IFCS-UFRJ; nº 1/96. Vol.4
- Revista de Estudos Feministas/ IFCS-UFRJ; nº 1/97. Vol.5
- Revista de Estudos Feministas/ IFCS-UFRJ; nº 2/2002. Vol. 10
- Revista Brasileira de História. *A mulher no espaço público*. Org Maria Stella M. Bresciani. ANPUH: Marco Zero; nº 18/1989. Vol. 9.
- SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena*. experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes,
- _____. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: TATAU, Godinho; SILVEIRA, Maria L. (Org). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- _____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.
- _____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SOARES, Vera. Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios. In: *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. Especial, 2. sem. 1994
- SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.
- SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500*

até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

PEDROSO, Leyde. *Saga feminista: trajetória dos feminismos no Mato Grosso do Sul* Monografia (Especialização em Gênero e Políticas Públicas), UCDB-MS, 2007

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org). A Mulher e o espaço pública*. Revista Brasileira de História n. 18 – ANPUH. São Paulo: Marco Zero, 1989.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007 (Série documentos).

PINTO, Céli R. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. *In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ, Mônica. (Org.). Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Tatau Godinho; Maria Lucia da Silveira, (Orgs). São Paulo:2004.

PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTELLA, Ana Paula. Novas faces da violência contra as mulheres. *In: Márcia Castillo-Martin e Suely de Oliveira (Orgs). Marcadas a ferro*. Violência contra a mulher. Uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Governo Federal, 2005.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos Movimentos Sociais. *In: Sociedade e Estado*. Brasília: v 21, n.I.p. 17-28, jan./abr. 2006.

WARREN, Ilse Scherer-. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ZORDAN, Paola Basso Menna Barreto Gomes. *Bruxas: figuras de poder*. In:Revista Estudos Feministas: Florianópolis, 2005.

Sítios pesquisados

<http://www.pastoralsocial.org.br/objetivo.asp>, acessado em 13 de novembro de 2007, às 22: 23 horas.

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008-03-05.6242811352/view>, acessado às 20:14 horas, em 17 de abril de 2008

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=852>, acessado em 20 de abril de 2008, às 20: 15 horas

www.feteccn.com.br /index.php?option=com_content&task=view&id=3903, acessado em 29 de maio de 2008, às 20:55.

<http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=470>, acessado em 29/07/2009, às 12:54; em 30/07/2009 às 19:23 horas; em 08/08/2009, às 22:14 horas.

www.adital.com.br/site/index.asp?lang=ES#, acessado em 22 de maio de 2008, às 19:36 horas.

<http://grupocurumim.blogspot.com/2008/08/audincia-na-alepe-discute-impacto-do.html>, acessado em 02 de agosto de 2009, às 17:30 horas

http://www.ipas.org/Publications/asset_upload_file61_3553.pdf, acessado em 02 de agosto de 2009, às 17: 45 horas

http://witchesonline.zip.net/arch2009-06-28_2009-07-04.html, acessado em 03 de agosto de 2009, às 20:33 horas.

www.agende.org.br/.../Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf, acessado em 29/07/2009, às 19:52 horas.

<http://casatelucama.blogspot.com/2007/03/uma-bruxa-assim-estranha-gente.html>, acessado em 06/08/2009, às 20:42 horas.

ANEXOS

- I.** Panfleto *Violência: tô de olho em você.*
- II.** Questionário da campanha *Violência: tô de olho em você*
- III.** Recorte do jornal O Progresso de 29 de maio de 1998.
- IV.** Relação das pessoas que concederam entrevista
- V.** Documentos do Movimento Popular de Mulheres-MS, analisados.

.

ANEXO I

PANFLETO *VIOLÊNCIA TÔ DE OLHO EM VOCÊ*

Este panfleto é um dos muitos distribuídos pelo Movimento Popular de Mulheres. Foi digitalizado, frente e verso, do original e, como muitos documentos do arquivo do MPM-MS, não consta a data no material. Entretanto, ao fazer o cruzamento de informações, entre um documento e outro, foi possível identificar que sua impressão e distribuição se deu no mês de março, no ano de 1996.



Violência: Vô de olho em você

Já faz bastante tempo que as mulheres vêm tentando se achar como cidadãs. Fica muito difícil aceitar a manutenção do "oculto" fenômeno da violência contra as mulheres, mais ainda sabendo que somos mais da metade da população.

Violência maior é quando tentam nos fazer acreditar que a condição de ser mulher implica em manter relações de subordinação, exploração e anulação. Ela vem de geração para geração e depois de toda uma vida não consegue comprovar a sua validade. Estamos indignadas com essa história que não escrevemos e que nos destinam papéis que não escolhemos.

Incrível é acreditar em transformação de uma sociedade tão desigual sem nossa participação.

É preciso encarar, olhar de frente, tomar atitudes. Ao Estado cabe garantir; aos homens a dignidade de devolver as mulheres o direito de viverem nossa cidadania. E a nós, trocar o silêncio pelo grito, o oculto pelo descoberto, tornar visível o invisível.

Nosso 8 de março é dia de Luta e de Esperança

***Dia do nosso grito de alerta:
"Violência: tô de olho em você"***

Programação

Campo Grande

Abertura: Encontro Municipal no dia 1º de março, na sede do Movimento de Mulheres
R. Dom Aquino, 314.

Debates Vila Albuquerque
Cel Antonino
Colibri II
Coophavila II
Nova Lima

Encerramento: Bairro Guanandy - 8 de março

Fátima do Sul

Debates - palestras - panfletagem na semana
Entrada do requerimento de Lei que cria a Delegacia da Mulher no município.

Glória de Dourados

Debates nos Bairros

Três Lagoas e Região

Debates nos bairros sobre Política

Dourados

Exposição das Mulheres na Praça no dia 8 de março.

Aquidauana

Debate sobre o tema da semana

Rio Brillante

Debates: 1º, 04 e 08 de março

Ivinhema

Concentração na Praça (todo o Vale do Ivinhema)

Novo Horizonte do Sul

Concentração na Praça



**Maiores informações sobre local e horário :
Movimento Popular de Mulheres 725-5587 ou 982-6695**

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DA CAMPANHA “VIOLÊNCIA: TÔ DE OLHO EM VOCÊ”

Esta imagem foi digitalizada do original. Consta como anexo para demonstrar o trabalho feito pelo Movimento Popular de Mulheres que entregavam essas fichas para as mulheres - nos bairros dos municípios onde estavam atuando - e solicitavam que estas, sem se identificarem, respondessem as perguntas. Esta é uma das inúmeras fichas respondidas pelas mulheres de Dourados e foi escolhida, principalmente, pela identificação de uma mulher solteira, a sua visão sobre a violência e sobre os equipamentos públicos de combate a esta violência.



DE MARÇO

Campanha Violência Tô de Olho em você

01. Existe delegacia especializada de mulheres em seu município?

Não, pois que qualquer uma delegacia e assim todas tem o mesmo problemas.

02. Se tem qual o atendimento? Por que?

Bom Regular Ruim

Porque as mulheres vai lá toda machucada e elas não ligam, e vai atender a Hora que quer, porque eu falo que e um pessimo atendimento!

03. O que pode ser feito para melhora?

Eu acho que e que comanda este municipio, ele tem que dar uma dica nos funcionários e a p. ele que não fica ali mandando pra rua.

04. Se não tem como e o atendimento nas delegacias?

não consigo explicar.

05. Você acredita na importância de Delegacia de mulheres? Por que?

Não porque nenhuma presta todas não iguais, não só as mulheres se defendem não e ninguém mais não ajuda!

06. Você conhece muitas mulheres vítimas de violências?

Eu conheço até 10 três.

07. Elas denunciam? Por que?

Sim Não

Porque tem medo de sofrer de novo a punição e muitas por causa de seus filhos.

08. As que denunciam, qual a solução apresentado?

Isso ai eu não sei informar.

09. Os agressores são punidos? De que forma?

Muitos não porque foi a mulher que errou.

10. Qual o meio mais pratico para acabar com a violência contra a mulher em seu município?

Bom e os homens tomar vergonha na cara e respeitar a mulher que esta lá de lado dele, porque homem que bate em mulher e covarde, Bom se não seu covarde, mais quando eu cavar aquele que tirar a mão em mim, ele atropelava do dia que...

ANEXO III

PROJETO DE LEI E SEMINÁRIO QUE DISCUTE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM DOURADOS

Matéria publicada no jornal O Progresso, em 29 de maio de 1998. Discorre sobre a aprovação de Projeto de Lei que institui um Programa de Atendimento de combate à violência contra a mulher, e a realização do 1º Seminário para discutir o assunto, em Dourados, organizado pela Câmara Municipal

80

DOURADOS, SEXTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1998

CARROSSEL

Vander Verão

Não é tanto o que não temos quanto o que os outros têm que causa nossa infelicidade.

Frank C. Ross

Mulheres

A Câmara de Dourados aprovou na sessão ordinária da última terça-feira, por unanimidade, projeto de lei que institui o Programa de Atendimento à Mulher Vítima de Violência. O projeto é de autoria de Laerte Tetila (PT), tendo como co-autores João Grandão (PT) e Geraldo Resende (PPS). O programa prevê a criação da Casa-Abrigo, que acolherá, em caráter emergencial e provisório, as mulheres vítimas de violência e seus filhos menores. Oferecerá, também, alimentação, assistência social, médica, psicológica e jurídica a estas mulheres e, ainda, estimulará o seu encaminhamento ao mercado de trabalho público e privado. A luta pela Casa-Abrigo é antiga. Ela é uma necessidade para que as mulheres possam ter segurança após denunciar as violências sofridas. Segundo Tetila, "ao mesmo tempo em que a cidade e a população cresce, bem como aumenta a crise sócio-econômica, aumentam também os casos de violência contra as mulheres. Temos informações de que grande parte das mulheres vitimadas não tem procurado a Delegacia da Mulher pelo fato de que, se o fizerem, terão dificuldades de retornar para casa, onde poderão sofrer novas violências". Para discutir mais sobre a questão da violência contra a mulher, a pedido de Tetila, foi realizado em setembro de 97, um seminário específico sobre o assunto. Participaram como palestrantes: Maria do Socorro Gomes, titular da Delegacia da Mulher de Dourados; Cida Gonçalves, coordenadora do Movimento Popular de Mulheres do Estado; Marisa Malheiros, advogada, representando a OAB; e Ivete Garcia, vereadora do PT em Santo André (SP). Foram tratados, sob vários ângulos, os diversos tipos de violências praticados contra as mulheres, além de ser destacada a importância da Casa-Abrigo em Dourados. No Orçamento do Município para 98, estão previstas verbas para a construção e funcionamento deste local no valor de R\$ 200 mil.

ANEXO IV

RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE CONCEDERAM ENTREVISTA.

Aparecida Gonçalves, natural de Clementina-SP, 46 anos, solteira, Pedagoga por formação; coordenou durante 16 anos o Movimento Popular de Mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul, atualmente ocupa cargo de direção na Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, órgão com *status* de Ministério do Governo Federal, gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Entrevista concedida em 22 de setembro de 2007, em Brasília. Gravada em MP3.

Bárbara Jandaia de Brito Nicodemos, 49 anos, natural de Belém-PA, casada, mãe de duas filhas. Assistente Social. Trabalhou na Coordenadoria Especial de Políticas para a Mulher, órgão do Governo do Estado, no segundo mandato de José Orcírio Miranda dos Santos; Foi coordenadora do Centro de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência “Cuña Mbarete”, em Campo Grande-MS. Atualmente é Assistente Social da Prefeitura de Dourados e coordena os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Entrevista concedida em 01 de novembro de 2007, em Dourados-MS. Gravada em MP3

Enereilda Gomes de Oliveira, natural de Floresta-PE, 58 anos, viúva, mãe de quatro filhos, tem três netos. Completou o Ensino Médio. Foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Coronel Antonino, em Campo Grande-MS. Continua desenvolvendo trabalhos com a comunidade católica do bairro. Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2008, na sua residência, em Campo Grande-MS. Recurso utilizado, gravador de voz digital DVR 190.

Maria Aparecida Palmeira, natural de Fátima do Sul, 50 anos, viúva, mãe de dois filhos, tem duas netas. Tem formação como Técnica em Enfermagem. Foi coordenadora do Movimento, em Dourados, até o ano de 1997. Foi monitora do PALMAS, grupos de Dourados, em 1996 e 1997. Entrevista concedida em 17 de março de 2008, na sua residência, em Dourados-MS. Recurso utilizado, gravador de voz digital DVR 190.

Zandira Luvison, natural de Ipumirin-SC; aposentada, 73 anos; freira da

Congregação Irmãs de São Jesus Xavier. Formada em Técnicas Domésticas e Industriais, em Caxias do Sul. Atual coordenadora do Movimento de Mulheres de Dourados. Entrevista concedida em 15 de abril de 2008, em Dourados-MS. Recurso utilizado, gravador de voz digital DVR 190.

Maria Ferreira de Almeida, viúva, natural de Dourados-MS, 78 anos, moradora no bairro Canaã II. Foi aluna do Programa de Alfabetização de Mulheres Adultas e posteriormente aluna do MOVA. Entrevista concedida em 06 de maio de 2008, em Dourados. Recurso utilizado, gravador de voz digital DVR 190.

ANEXO V

DOCUMENTOS DO MOVIMENTO POPULAR DE MULHERES-MS

Relatórios dos Encontros Estaduais: 1989 a 2000.

Histórico do Movimento Popular de Mulheres, escrito pela Comissão Estadual, 1989.

Relatório de prestação de contas e avaliação, REF: 212-35/90-1, encaminhado à Campanha Episcopal da Quaresma Holandesa, 1991.

Ata de Fundação da AGM/MS, 1995.

Registro de Documentos Particulares (Estatuto): Livro A-29, n. 12.289, de 1996.

Boletim Informativo, setembro de 1996.

Recorte de jornal Correio do Estado, 05 de julho de 1996.

Boletim Informativo, n. 001 de 1997.

Relatórios do desempenho das educandas do Projeto PALMAS, 1998.

Recorte de jornal Gazeta Popular, p. 03, 1999.

Relatório de atividades, abril de 2001

Arquivos pessoais das militantes:

1. DVD editado por Bárbara Jandaia de Brito Nicodemos. Consta a primeira manifestação pública do Movimento, na semana do 8 de março, em 1989, na Praça Ari Coelho, em Campo Grande e o 4º Encontro Estadual do Movimento, em Dourados, 17 de julho de 1988.
2. Dossiê elaborado por Maria Aparecida Palmeira. Relata as ações do Movimento Popular de Mulheres, de 1995 a 1997, em Dourados. Consta inclusive de questionários respondidos pelas mulheres que a participavam dos grupos.
3. Fotografias, fitas de vídeo cassete, recortes de jornais, panfletos, organizados por Zandira Luvison, atual coordenadora do Movimento, em Dourados.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, ___ de ___ de ____.

CÉLIA MARIA FLORES SANTOS